



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



PPGI .CH

Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Ciências Humanas

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH.
NÍVEL MESTRADO

ROSANNA LIMA DE MENDONÇA

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA: A CERVEJARIA MIRANDA
CORRÊA**

Manaus - AM

2020

ROSANNA LIMA DE MENDONÇA

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA: A CERVEJARIA MIRANDA CORRÊA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas - PPGICH/UEA, como exigência final dos requisitos mandatórios para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura).

Orientação: Prof. Dr. Rafael Ale Rocha

Manaus - AM

2020

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Catálogo na fonte
Elaboração: Sásghala Maciel CRB11/673-AM

M539p

Mendonça, Rosanna Lima de

Patrimônio industrial e memória: a cervejaria Miranda Corrêa /
Rosanna Lima De Mendonça; orientador Rafael Ale Rocha. - - Manaus:
[s. n.], 2020.

118 f.: il.; 30 cm + CD-ROM (versão digital).

Dissertação – PPGICH - Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas. Escola Superior de Artes e
Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, 2020.

Inclui referências bibliográficas, p.112 a 118.

1. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas - Dissertações
2. História oral - Cervejaria Miranda Corrêa 3. Memória - Patrimônio
industrial 4. Trabalho. I. Rocha, Rafael Ale II. Título.

CDU_1ª ed.- 338.45:930.2(043.3)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – www.uea.edu.br

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB

Biblioteca Setorial de Artes e Turismo – BSAT

Av. Leonardo Malcher, 1728 – Ed. Professor Samuel Benchimol

Centro – CEP 69010-170 – Manaus-AM.

ROSANNA LIMA DE MENDONÇA

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA: A CERVEJARIA MIRANDA CORRÊA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas - PPGICH/UEA, como exigência final dos requisitos mandatórios para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura).

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Rafael Ale Rocha. Orientador-Presidente

Dr. Davi Avelino Leal / UFAM. Examinador Externo

Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos / UEA. Examinadora Interna

SUPLENTES:

Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira / UFPEL. Examinadora Externo

Dra. Jocilene Gomes da Cruz / UEA. Examinadora Interna

*Não andei ansioso por coisa alguma; em tudo, porém, sejam conhecidas, diante de Deus, as vossas petições, pela oração e pela súplica, com ações de graças. E a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará o vosso coração e a vossa mente em Cristo Jesus.
(Col 4:6-7).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Foi Ele que me deu sabedoria e saúde mental em todo o processo de estudo do mestrado assim como a elaboração do projeto. Agradeço a minha mãe, Rosimeyre, por ter tido toda a paciência e ter me auxiliado para a criação de um espaço físico de concentração para meus dias de estudo extensivos. Agradeço ao Italo, pelo seu amor e compreensão diante de todos os momentos de dificuldades, me dando palavras de afirmação e confiança para continuar essa jornada. Aos colaboradores dessa pesquisa, Antônio José, José Cândido e Maria Aparecida, sem vocês essa pesquisa não seria possível. Aos professores do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH pelas explicações em áreas do conhecimento específicas nas quais tive que me aprofundar para elaborar a dissertação e gerar arcabouço teórico mínimo para analisar os materiais coletados ao longo da pesquisa. Aos professores da banca de qualificação pelas importantes sugestões ao meu trabalho. Ao meu orientador desta pesquisa Prof. Dr. Rafael Ale Rocha pelo aprendizado e principalmente pela paciência.

Agradeço ainda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES responsável pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

O patrimônio industrial tem adquirido um sentido que excede o estético para converter-se em um conjunto de ordem temporal e espacial frente ao avanço do esquecimento e a perda da memória do lugar. Os valores paisagísticos, os vestígios industriais, a memória coletiva e a herança artística se misturam em um espaço contínuo. O edifício como local de trabalho, pode representar memórias diversas no contexto social e cultural da cidade. Assim sendo, para os antigos trabalhadores da Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa é um patrimônio industrial? Quais são as memórias ligadas ao edifício? Sendo a cidade que está instalada a Zona Franca, Manaus possui escassa discussão da indústria como patrimônio. Por tanto, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a apropriação e a valorização do patrimônio industrial da antiga Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa através do olhar de antigos trabalhadores da fábrica. Os objetivos específicos serão: Entender as mudanças sociais e geográficas ocorridas pela inclusão da indústria na Manaus do início do século XX; Descrever o processo histórico da Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa; Compreender de que forma se dá a apropriação e a valorização do patrimônio industrial da cervejaria a partir das memórias e significados atribuídos pelos antigos trabalhadores da fábrica. O trabalho baseia a metodologia na história oral. Por meio das narrativas coletas, pode-se trabalhar com as memórias e as ressignificações apontadas pelos narradores, cumprindo o objetivo proposto da pesquisa. O trabalho pretende trazer à tona a discussão do patrimônio industrial constituído a partir da identidade de indivíduos, trazendo o lugar de fala dos antigos trabalhadores e como suas experiências contribuem para a atual visão do edifício na constituição de memória, cultura e patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: História oral; Cervejaria Miranda Corrêa; patrimônio industrial; memória; trabalho.

ABSTRACT

The industrial heritage has acquired a sense that goes beyond the aesthetic to become a set of temporal and spatial order in the face of the advance of forgetfulness and the loss of the place's memory. Landscape values, industrial traces, collective memory and artistic heritage are mixed in a continuous space. The building as a place of work can represent different memories in the social and cultural context of the city. So, for the former workers of Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa is an industrial heritage? What are the memories connected to the building? As the Free Zone city, Manaus has little discussion of the industry as heritage. Therefore, the present work has as a general objective to understand the appropriation and valorization of the industrial heritage of the former Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa through the eyes of former factory workers. The specific objectives will be: To understand the social and geographical changes that occurred due to the inclusion of industry in Manaus at the beginning of the 20th century; Describe the historical process of Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa; Understand how the brewery's industrial heritage is appropriated and valued based on the memories and meanings attributed by former factory workers. The work bases the methodology on oral history. Through the collected narratives, it is possible to work with the memories and resignifications pointed out by the narrators, fulfilling the proposed objective of the research. The work intends to bring up the discussion of the industrial heritage constituted from the identity of individuals, bringing the place of speech of former workers and how their experiences contribute to the current vision of the building in the constitution of memory, culture and heritage.

KEYWORDS: Oral history; Miranda Corrêa Brewery; industrial heritage; memory; job.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1.	37
Imagem 2.	47
Imagem 3.	53
Imagem 4.	54
Imagem 5.	57
Imagem 6.	58
Imagem 7.	60
Imagem 8.	61
Imagem 9.	62
Imagem 10.	62
Imagem 11.	63
Imagem 12.	64
Imagem 13.	64
Imagem 14.	66
Imagem 15.	67
Imagem 16.	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. AM – Amazonas
2. AMBEV - Companhia de Bebidas das Américas
3. CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
4. InBev - Anheuser-Busch
5. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
6. PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
7. TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
8. TICCIH Brasil - Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial
9. UEA – Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.....	16
2.1. O forte da Barra de São José do Rio Negro	16
2.2. De vila à cidade	19
2.3. O modelo econômico	24
2.4. A cidade industrial	30
2.5. As mudanças da cidade	36
2.5.1. O bairro de Nossa Senhora de Aparecida	44
3. A FÁBRICA DA CERVEJA AMAZONENSE MIRANDA CORRÊA & CIA.....	51
3.1. A família Miranda Corrêa e o comércio	51
3.2. A construção da fábrica	56
3.3. O edifício	65
3.4. A cerveja	68
3.5. A crise econômica	73
4. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	77
4.1. História oral dos trabalhadores	82
4.1.1. Memórias de trabalho	83
4.1.2. Memórias dolorosas	92
4.2. Narrativas	97
4.2.1 O padecimento da modernidade	98
4.3. Preservar o “símbolo do meu passado trabalhador”	100
5. CONSIDERAÇÕES	107
6. REFERÊNCIAS	112

1. INTRODUÇÃO

Assim como a cultura é pública e dinâmica (GEERTZ, 2008), a cidade e seus significados também o são. Dentro do contexto das cidades ocorre o processo contínuo de mudanças culturais, sociais, econômicas e geográficas. Durante a Revolução Industrial, as mudanças demográficas, tecnológicas e industriais transformaram a distribuição dos habitantes no território e as carências de novos locais de fixação começaram a manifestar-se em larga escala, na ausência de providências adequadas. Assim, ocorreu a expansão da cidade dando novos significados aos territórios atrelados, surgindo a periferia, que rapidamente se transformaram em novos bairros ao redor do centro (ABIKO; ALMEIDA & BARREIROS, 1995, p. 38).

A urbanização, definida como concentração espacial de uma população, está associada a difusão de sistema de valores, atitudes e comportamentos dentro do complexo cultural característico das sociedades industriais capitalistas (CASTELLS, 1983, p. 39). A urbanização e a industrialização são compreensões que se integram, no qual o complexo cultural influencia o modo em que as cidades são construídas, incluindo os espaços industriais.

Dessa forma, o patrimônio industrial é também parte de uma cultura, pois é um patrimônio técnico de uma sociedade que, como fator cultural, está sempre em transformação (SILVA, 2009, p.1).

O patrimônio industrial tem adquirido um sentido que excede o estético para converter-se em um conjunto de ordem temporal e espacial frente ao avanço do esquecimento e a perda da memória do lugar. Os valores paisagísticos, os vestígios industriais, a memória coletiva e a herança artística se misturam em um espaço contínuo.

A antiga Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa se encontra dentro do contexto urbano da cidade de Manaus, no bairro de Aparecida. Fundada pela família Miranda Corrêa, a construção da fábrica iniciou-se em 1905 em vista do aumento do consumo da cerveja na cidade.

A fábrica pertenceu à família até a sua venda para o Grupo J. Macedo em 1970. Em poucos meses o Grupo se associou à Cervejaria Brahma, o qual atuou na fábrica. A fábrica esteve em funcionamento por cem anos, e atualmente pertence a Companhia Heineken.

Para Luiz de Miranda Corrêa (1969, p. 50), o edifício da Cervejaria é uma bela e imponente construção “art-nouveau”, seguindo o modelo das cervejarias alemãs da época, representado em riquezas de detalhes uma construção industrial.

O edifício como local de trabalho, pode representar memórias diversas no contexto social e cultural da cidade. Assim sendo, para os antigos trabalhadores da Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa é um patrimônio industrial? Quais são as memórias ligadas ao edifício?

Sendo a cidade que está instalada a Zona Franca¹, Manaus possui escassa discussão da indústria como patrimônio. Por tanto, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a apropriação e a valorização do patrimônio industrial da antiga Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa através do olhar de antigos trabalhadores da fábrica. Os objetivos específicos serão: Entender as mudanças sociais e geográficas ocorridas pela inclusão da indústria na Manaus do início do século XX; Descrever o processo histórico da Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa; Compreender de que forma se dá a apropriação e a valorização do patrimônio industrial da cervejaria a partir das memórias e significados atribuídos pelos antigos trabalhadores da fábrica.

Como metodologia para cumprimento dos objetivos propostos da presente pesquisa, optou-se pela pesquisa descritiva, pois busca-se realizar uma análise do objeto de estudo: o edifício da Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa. A pesquisa também é explicativa, de modo que busca entender através da fala dos antigos trabalhadores da fábrica as experiências, os sentimentos, as apropriações e as valorizações do edifício. O trabalho baseia a metodologia na história oral. Por meio das narrativas coletas, pode-se trabalhar com as memórias e as ressignificações apontadas pelos narradores, cumprindo o objetivo proposto da pesquisa.

A pesquisa visará a análise da fala de antigos trabalhadores que exerceram tipos de funções salariais dentro do edifício da Cervejaria Amazonense nos anos de 1970 a 1980. A escolha dos colaboradores para a entrevista foi aleatória, na qual os candidatos se disponibilizaram de forma participar voluntariamente. Em relação à amostra de estudo é não probabilística intencional, pois a origem do problema partiu da inquietação da pesquisadora. A amostra conta com três pessoas, que trabalharam na fábrica em momentos diferentes, exercendo atuações profissionais diferentes.

O estudo de caso a partir dessa amostra visa uma análise cuidadosa nos relatos de trabalho e das memórias dos indivíduos, incluindo a observação e descrição do “não dito” ou do silêncio diante de acontecimentos passados através de testemunhos ou experiências. Tais

¹ Criada em 1957 a partir do projeto do deputado Pereira da Silva, sendo implementada somente em 1960, a Zona Franca foi fundada com a finalidade de constituir como interposto de mercadorias estrangeiras para os países da América do Sul, realizando o intercâmbio nas duas vias – as de importação e exportação através das indústrias (BATISTA, 2007, p. 345).

conjunturas auxiliarão no entendimento do por que consideram o edifício como patrimônio industrial, ou no motivo pelo qual não o consideram patrimônio.

O instrumento de análise será textual e discursiva. O uso da história oral como metodologia auxiliará na coleta de dados e na compreensão qualitativa dos resultados.

A história oral, por se basear na oralidade, procura destacar e centralizar a sua análise na visão e versão marcadas pela vivência dos atores-sociais. A matéria-prima utilizada na pesquisa é a oralidade vertida em depoimentos, tradições, relatos, história de vida, narrações, recordações, memórias, esquecimentos, entre outros fatores da reconstrução do passado (AMADO, 2000, p. 18).

Assim sendo, a coleta de dados se dará por meio de entrevistas semiestruturadas, contendo perguntas abertas e fechadas feitas aos colaboradores. As perguntas serão voltadas ao trabalho, funções, convívio social dentro do ambiente de trabalho, edifício, sua função e utilização nos diferentes períodos em que os colaboradores estiveram trabalhando ali. As perguntas também abordarão parte da história de vida e da vivência compartilhada através das memórias dos entrevistados e o sentimento atrelado ao edifício visando a análise do “patrimônio”.

Os procedimentos tomados foram a análise de documentos tais como revistas, periódicos, códigos de posturas e leis municipais, assim como a utilização da pesquisa de campo, registrando imagens da cervejaria pela parte externa do edifício.

O trabalho se estrutura no levantamento histórico das mudanças sociais e geográficas no final do século XIX e início do século XX, dentre o qual se discutirá o modelo da cidade de Manaus. Neste tópico, estudaremos as mudanças de Manaus como cidade, até o início do século XX com o advento das indústrias e as alterações no contexto da cidade. O modelo econômico capitalista muito influenciou nas estruturas sociais e urbanas da cidade, incluindo a constituição da primeira fábrica no padrão europeu em Manaus. A discussão permitiu entender a formação das periferias e da escolha para a construção da fábrica no bairro de Aparecida.

Para descrever o processo histórico da cervejaria, o segundo capítulo visa abordar a história da família Miranda Corrêa em Manaus, a construção do edifício, a cerveja e a construção social feita pela família através do edifício.

O terceiro capítulo abordará os conceitos de patrimônio industrial, memória e história oral. Igualmente, apresentará uma análise da arquitetura industrial do edifício. A fala dos

entrevistados tecerá a discussão sobre o espaço, no qual o edifício será o objeto central do debate, apresentando as memórias do espaço e do trabalho.

Dessa forma, o capítulo finalizará na busca-se compreender a construção, apropriação e valorização ou a desconstrução, rejeição, desconsideração do edifício como patrimônio industrial a partir das memórias e significados atribuídos pelos antigos trabalhadores da fábrica.

Entre as diversas abordagens que relacionam trabalho, significados e memória em Manaus, este texto se debruça sobre algumas possibilidades que essas temáticas, quando percebidas em cruzamento, oferecem no tange ao campo da memória social, enfatizando-se o caso da Cervejaria Miranda Corrêa.

Entender as formas de trabalho do passado atreladas ao sentimento do espaço pode contribuir para compreendermos problemas sociais e econômicos do presente. A partir desse trabalho, busca-se abrir novas possibilidades de se debater as diversas perspectivas das fabricas na cidade de Manaus. Pensar na instituição do patrimônio industrial a partir dos trabalhadores e suas memórias nos possibilita trabalhar com as complexidades de significados que diverge na concepção histórica na construção do imaginário da “*fantástica*” Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa.

A importância social da memória (individual e coletiva) e da história (pessoal e social) apresentam reflexões quanto ao contexto, valorização, conservação e preservação do patrimônio, assim como nos ajuda a entender quando há o descaso ou a exclusão social desse patrimônio técnico que é o patrimônio industrial.

Dessa forma, este trabalho pretende trazer à tona a discussão do patrimônio industrial constituído a partir da identidade de indivíduos, trazendo o lugar de fala dos antigos trabalhadores e como suas experiências contribuem para a atual visão do edifício na constituição de memória, cultura e patrimônio.

2. DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

A ocupação europeia e a posse da Amazônia no decorrer do século XVII e XVIII se desenvolveu a partir de intensos movimentos de disputa de poder. Nesse processo de posse e ocupação territorial, os portugueses transplantaram e difundiram os valores e símbolos culturais como parte do método de colonização. A cultura como sendo um fator reproduzido na ação (SAHLINS, 1970, p. 7), é um elemento dinâmico e mutável, de forma que o processo de civilização na Amazônia sofreu modificações na medida de sua implementação, afetando todos os envolvidos.

Sendo assim, as formas de criação de um espaço estruturado para a vivência dos grupos se sobrepõem na visão e desejos de Portugal, idealizando e transplantando modelos de cidade para diversas regiões, incluindo a Amazônia.

Para Alves (2011, p. 146), a implementação de um modelo tem como objetivo a representação da conquista, estabelecendo desse modo, as vilas urbanizadas como elemento integrante do plano civilizatório português. Conforme Dias (1999, p. 32), a modernidade civilizadora também transformou paisagens naturais, proíbe antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação e incentiva a imigração. As formações culturais amazônicas, como se manifestam atualmente, se desenvolveram de forma intimamente ligada à colonização e a economia (BATISTA, 2006, p. 68).

Dessa forma, o seguinte capítulo buscará discutir as múltiplas facetas do desenvolvimento da cidade, analisando os aspectos econômicos, culturais e patrimoniais de uma vila que em pouco tempo se transformou em cidade com aspectos de cidade industrial.

2.1. O forte da Barra de São José do Rio Negro

Para Manuel Carlos Teixeira, a influência romana na prática portuguesa foi bastante significativa, principalmente na sua cultura militar de construção e integração, possuindo sua influência até mesmo na escolha do local para a construção da cidade. As áreas deveriam ser “localizadas próximas a rios, que serviam de abastecimento e vias de comunicação, juntamente com as de circulação terrestre (...)” sendo as vias terrestres também parte

importante nas atividades econômicas. Ainda conforme o autor, as cidades deveriam estar localizadas em espaços de fácil acesso, com a possibilidade de formar um mercado de importação e exportação além de manter as defesas (TEIXEIRA, 2005, p. 147 *apud* ALVES, 2011, p. 148).

As delimitações territoriais foram necessárias para decisão da construção do Forte da Barra de São José do Rio Negro. O local para a construção do forte fora bem estudada, assim como a área da futura cidade de Manaus. Assim, o forte foi constituído as margens da Ponta do Camanaus², espaço já habitado pelos indígenas Manaós³.

A fim de escolher o lugar, buscou-se um espaço privilegiado geograficamente para a construção do Forte da Barra de São José do Rio Negro, o qual foi erguido em 1669 (COSTA, 2013, p. 38). O Forte possuía a função de resguardar o Rio Negro das incursões consideradas inimigas. Tais motivações são justificadas nas documentações enviadas a Portugal, pois como mostra Manuel Carlos Teixeira (2005 *apud* ALVES, 2011), era necessário que a escolha do local fosse visível política e geograficamente.

A autoria do projeto da construção do forte se deu pelo capitão Francisco da Mota Falcão, que juntamente com seu filho Manuel da Mota Siqueira, realizaram a planta da construção. Conforme o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, a escolha do capitão Francisco da Mota Falcão se deu porque era “grande sabedor de assuntos militares”, julgado ser o mais adequado para o serviço (SAMPAIO, 1825 *apud* MONTEIRO, 1994, p. 58).

Em 1684, o rei solicita através de cartas, o reforço de monumentos, símbolos da ocupação portuguesa. Conforme o rei, a construção de “casas-forte” especificamente nos rios Tapajós, Negro, Solimões e Madeira serviriam como marco da ocupação de forma que consolidaria a posse portuguesa nas regiões avante a “concorrência das nações da Europa” e reunir os indígenas convertidos, devendo possuir a melhor arte e defesa diante dos materiais disponíveis (MONTEIRO, 1994, p. 48).

De acordo com Graciete Guerra da Costa (2013, p. 39), tanto o forte como a vila que se formou ao redor, seguia os padrões e modelos militares de Portugal, sendo ocupado pelo aglomerado de índios e dos poucos portugueses e mestiços.

² Informe de Pedro Teixeira nos relatórios para o projeto de ocupação do espaço Amazônico entregues na França. Conforme Anísio Jobim (1957, p. 33) a Ponta do Camanaus é o local onde hoje se estabeleceu a cidade de Manaus.

³ Conforme Avé-Lallemant, o nome Manaus se deu pelo povo indígena que ali residiam, entretanto o autor afirma que em 1859 a cidade ainda era comumente chamada de Barra do Rio Negro (1980, p.60).

Anos mais tarde, a autora Roberta Camila Salgado, ao descrever sua visão sobre a Manaus de 1965, declara que “*sentiu*” a cidade como um ponto estratégico em meio à floresta no qual afirma:

no fluir e confluir de grandes águas, o que lhe permitiu, no passado, sedimentar a sua posição de principal posto avançado da Província do Grã- Pará e Rio Negro, depois capital da Província do Rio Negro, e por fim, capital do maior estado brasileiro – o Amazonas (...) (SALGADO, 2009, p. 15).

O crescimento demográfico no entorno do forte se deu de forma lenta nos primeiros cem anos de sua “vida urbana”. Nos relatos de 1774 consta a descrição do povoado com 220 habitantes, incluindo os índios convertidos ao catolicismo. Em 1786 a população chega aos 301 habitantes, sendo 47 brancos, 11 negros e 234 índios, distribuídos em quarenta casas (COSTA, 2013, p. 42).

Em 1823, José Maria Coelho (*apud* MONTEIRO, 1994, p. 49), faz uma descrição da fortaleza como um quadrado quase perfeito, com paredes grossas e de altura equivalente a dois homens. No relato também informou que a artilharia estava em péssimas condições e que possuíam apenas duas peças de ferro e bronze.

A descrição de Avé-Lallemant (1980, p. 100) em 1853, informa que o forte possuía características de abandono, com “guardas” indígenas que mal sabiam utilizar o pouco armamento disponível.

Em 1875 o forte foi abandonado e em alguns anos, transformado em ruínas. Novas obras foram feitas no local do antigo forte, resultando em seu desaparecimento.

Em 2002 foi desenvolvido o projeto “Arqueourbs”⁴ sob a coordenação científica dos arqueólogos Paulo Eduardo Zanettini, Eduardo Góes Neves e Erika González. A pesquisa possuía como objetivo a delimitação da área de dispersão da estrutura arquitetônica, materiais construtivos e os demais vestígios associados à fortaleza de São José da Barra do Rio Negro. Após as intervenções provenientes na pesquisa de campo, guiada pela pesquisa documental, a equipe concluiu a indeterminação do local exato do forte, uma vez que não foi possível distinguir a construção. No entanto, a pesquisa conclui que há possibilidade de que o forte tenha sido instalado na área onde houve a intervenção e as escavações, uma vez que o material da fortaleza foi diversas vezes retirado e utilizado em outras obras pela cidade, como aponta a bibliografia disponível (BARROS, 2016, p. 44).

⁴ Projeto criado através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2002.

A falta de materiais de construção era comum na cidade, de forma que as construções abandonadas eram saqueadas realizando o reaproveitamento dos materiais básicos como as pedras e tijolos. Isso se devia pela distância que Manaus tinha das demais cidades, fazendo com que os custos de transportes fossem elevados e demorados.

Desse modo, não somente o forte, mas também material de outras construções que perderam sua utilidade primária foram levadas, sendo utilizados para a construção de novas edificações na cidade.

2.2. De vila à cidade

A transformação das aldeias em vilas não se deu apenas no aspecto da troca de nomenclatura das ruas e na instituição de praças, mas um processo de modificação social, o qual alterou profundamente a vida daquelas populações, não só indígena, mas também colonos (ALVES, 2011, p. 160).

Para a criação de vilas no império português, era necessário se fazer um ritual simbólico. A criação se dava por meio de um ato público que contava com a presença de autoridades, feito por meio de edital que orientava com local, data e horário devidamente agendado, convidando todos os habitantes e os moradores das aldeias e vilas vizinhas. O local se encontrava previamente decido e priorizavam os lugares que possuíam os edifícios públicos⁵ como alfândega, cadeia pública, igrejas, casa da câmara, entre outros. Dias antes da cerimônia as áreas ao redor eram desmatadas, afim de evitar ataques furtivos durante o evento (FLEXOR, 2003, p. 6 *apud* ALVES, 2011, p. 160).

Esses edifícios possuíam arquitetura europeia, representando a civilidade. A construção deles, normalmente se dava na intenção da colonização de determinada aldeia, servindo como símbolo de ordem e poder.

De acordo com Fátima Martins Lopes (2005, p. 37), a criação das vilas foi efetivada para reorganizar a forma de vida comunitária antes existente. A modificação da moradia coletivas das ocas para moradias individuais, separando as famílias, alterou toda a organização da vida indígena. A construção de casas, com famílias menores, ligadas à praça principal, facilitava o controle da população.

No entender de Dysson Teles Alves (2011, p. 161) a cidade surge como instrumento de denominação no contraste da ideia de *selva* como lugar do desconhecido. Assim, a cidade

⁵ Edifício que possuíam arquitetura europeia, já construídos na intenção de colonização.

combate a concepção de “um lugar de feras” que precisava ser dominado. Nesse contexto, o índio recebe a classificação de um ser animal, que precisava ser retirado sua bestialidade, “esse contraste fortaleceu a ideia de cidade como lugar de civilidade, um símbolo do triunfo do homem sobre a natureza”.

Foi a partir do século XVIII que passou a ter orientações régias trazendo normas de procedimentos para a instalação de cidades e vilas, seguindo padrões de construção, determinando os locais de instalação dos edifícios principais, bem como as ruas e os modelos de fachada das casas (ALVES, 2011, p. 151).

O plano urbanístico proposto para as cidades na Amazônia se deu como parte do projeto do Marques de Pombal, que buscava integrar a região ao restante do território português e transforma-lo em um lugar economicamente rentável, de forma subordinada, a coroa portuguesa. Conforme a obra de Kenneth Maxwell (1996), uma das técnicas pensadas para cumprir o objetivo seria transformando as vilas e cidades para obtenção de aspectos lusos, como símbolo de pertencimento a coroa portuguesa. De acordo com Costa (2014), significava que por trás das ações pombalina na Amazônia estava a ideia de um novo desenho, que implicava a fixação de fronteiras demarcando o espaço, mas que também visava à transformação do quadro socioeconômico da região.

De acordo com Costa (2014, p. 26), a reforma urbana na Amazônia implicou uma reorganização de todas as povoações da região. As aglomerações que anteriormente possuíam nomes indígenas foram renomeadas, recebendo nomes de santos católicos, nomes lusos.

Na pesquisa desenvolvida por José de Paula Machado (1990), afirma-se que a reforma urbanística nos moldes das cidades portuguesas estabeleceram uma aparência lusa à Amazônia. Apesar de possuírem um modelo para constituírem as cidades na região, alguns fatores precisavam ser observados, entre eles o lugar da construção levando em conta as enchentes do rio.

Cidades como Almeirim, Santarém e Óbidos, no estado do Pará, possuem características urbanísticas desse período. As cidades foram projetadas na orla do rio, em áreas consideradas mais altas no período da cheia. Essas características são observadas nas formações de cidades no Amazonas, incluindo Manaus.

Em 1819, os viajantes alemães Karl von Martius e Johan von Spix (1975, p. 127 *apud* MESQUITA, 2006, p. 26), analisaram as povoações amazônicas em viagem científica. No caso da Barra, descreveram que ela ainda não atingia os critérios para chegar a ser chamada de vila e que o espaço geográfico era de um terreno desigual cortado por córregos de água. As

casas, em sua maioria, só possuíam um pavimento, construídas de madeira e barro, cobertas com folhas de palmeiras e muito “espaçadas uma das outras”. Ainda conforme os relatos, a população só chegava a 3.000 pessoas em período de festas religiosas, uma vez que grande parte da população passava a maior parte do tempo em distantes fazendas ou pesqueiros. Outros fatores também levantados pelos escritores alemães são que os portugueses e seus descendentes que residiam na Barra, em sua maioria, eram comerciantes, apesar do local possuir um “comercio insignificante”, e que ainda faltava médico, boticário e professor no povoado.

Em 1833, conforme as determinações do Código Criminal, promulgado pela Regência em 1832, o governo dividiu o território em três comarcas, denominando-as de Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Assim, se desfez a Capitania do Rio Negro, sendo substituída pela comarca do alto Amazonas, resultando na elevação do Lugar da Barra à vila, assumindo a nomeação de “Vila de Manáos” e ascendendo a posição de capital da nova comarca (REIS, 1989, p. 167 *apud* MESQUITA, 2006, p. 28).

A posição de vila não durou muito tempo. Em 1848, eleva-se a vila à cidade, ocorrendo também a renomeação, resultando na cidade da Barra do Rio Negro. Em 5 de setembro de 1850, a comarca foi elevada à categoria de província, passando a exercer algumas funções que antigamente não exercia. Sob essa nova divisão intensificou-se os interesses econômicos na região, principalmente por parte da coroa (MESQUITA, 2006, p. 33).

De acordo com Mesquita (2006, p. 33), através da Lei n. 68 de 4 de setembro de 1856, o nome Barra do Rio Negro mudou a nomenclatura para Manáos, sendo reconhecida por todo império como cidade de Manáos.

Respeitante a cidade, Avé-Lallemant (1980, p. 60), em 1859, faz uma crítica afirmando que a cidade mais se assemelhava a um povoado do que propriamente uma cidade. Ainda conforme o autor, a decisão de elevar o lugar da antiga Barra do Rio Negro à cidade foi uma estratégia do governo para trazer impulsos econômicos ao norte do Brasil através de investidores.

Ao descrever Manaus, Avé-Lallemant relata:

Terras altas e baixas – casas nos oiteiros e à beira da água – sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias de barro – ora rua, ora igarapé – ali uma entrada, aqui uma comprida ponte de madeira; junto à margem, um vapor; perto dele, uma canoa do Amazonas; numa porta, boceja uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco – e assim tudo gira, para, anda e nada confusamente (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 100).

Ao descrever as diversas moradias que havia encontrado em Manaus, o autor destaca as malocas que eram construídas perto dos igarapés, nas quais se espalhavam pela cidade sem seguir uma ordem predefinida. Ainda de acordo com o autor, dentro dessas residências estavam distribuídas as redes, que representavam um “símbolo primordial, título de nobreza da floresta, não cessa de balançar um só momento, e embalar, até finalmente adormecer o *dolce far niente* herdado pelos tapuia dos seus antepassados” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 101). Em certo momento o autor chega a classificar os tapuias como filósofos nos quais “satisfazem-se perfeitamente com a caça, frutos silvestres, cocos de palmeiras e castanhas da bertolécia, que a natureza lhes atira aos pés”. Os índios “adotaram da civilização tudo o que lhes é cômodo, com exclusão do que implica qualquer processo de trabalho” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 105).

Observa-se através do comentário do autor a indignação do “não trabalho” indígena. Isso se deu porque durante esse período a Europa baseava sua economia no modelo capitalista, absorvido pela Revolução Industrial. O fato do indígena não se preocupar com o salário e não está receptivo ao modelo de trabalho europeu incomodava imensamente os viajantes críticos, descrevendo-os com aversão a seus modos de vida.

Conforme Dias (1999, p. 35), não se trata de falta de ambição, preguiça ou desobediência aos patrões. O fato é que as manifestações culturais e a relação de trabalho indígena eram diferentes. O relacionamento do produtor indígena com a natureza era outro, de forma que o trabalho se encontrava articulada diretamente com o valor do uso, e as modernas relações materiais de sobrevivência ainda não os havia atingido.

No discurso dos visitantes cientistas, a cidade em seus aspectos urbanos parecia, com sua pequenez, estar completamente “domada” pela natureza que a cercava. A cidade com sua diminuta população mais se conformavam com os espaços naturais, nutrindo-se deles, do que precisamente doma-los para seguir um modelo belo e urbano (SOUZA, 2008, p. 4).

De acordo com Leno José Barata Souza (2008, p. 4), tal relação era, provavelmente, o que mais inquietava os europeus, adeptos de uma política urbanística, sob os indicadores técnicos de que era necessário moldar, domar e subjugar os espaços, configurando-os aos desejos, necessidades e vontades. A natureza dentro do espaço urbano só poderia ser útil dentro dessa política de domínio dos espaços.

A população da cidade, conforme o *Dicionário Topográfico, Histórico e descritivo da Comanda do Alto Amazonas*⁶, de 1852, se distribuía em:

900 brancos;
2.500 mamelucos ou descendentes de índios-europeus;
4.080 nativos (índios);
640 mestiços de negros e índios;
380 negros escravos.

Como parte do modelo das cidades, Manaus deveria continuar as construções de edifícios públicos, principalmente agora que possuía o *status* de cidade. Para isso, foi formada a Repartição de Obras Públicas, que possuía a função de planejar e construir os edifícios públicos dentro das necessidades da cidade. A Repartição de Obras Públicas constantemente enviavam relatórios para prestar contas, solicitar recursos, materiais e mão-de-obra para a região norte.

A utilização de mão-de-obra indígena nas obras públicas foi um fato que ocorreu em todo o Brasil. A partir de 1845, estabeleceu-se a legislação nominada Diretoria do Índio na qual proibia o trabalho indígena forçado, entretanto a prática não foi obedecida em todas as regiões e alguns administradores públicos ignoravam as leis de proteção, submetendo índios a trabalhos em sistema semi-servil, ainda que remunerados (MESQUITA, 2006, p. 34).

No relatório do presidente da província Manuel Clemente Carneiro da Cunha (apud MESQUITA, 2006, p. 38), de 1861, consta a chegada de mais trinta e um africanos livres enviados pela Corte para atuarem nos trabalhos da província. Contudo, no mesmo documento o presidente admite não serem “operários da melhor qualidade”, mas assessorados pelos operários já existentes, supririam a necessidade, dando andamento aos serviços. No relatório, o presidente ainda alerta a Corte sobre a falta de materiais para as obras, tornando-as impossíveis de serem concluídas. Durante esse período estavam em construção a igreja da Matriz, a ponte São Vicente e a ponte dos Remédios, todas passando por dificuldades por falta de material e mão-de-obra, tornando mais custosos seus términos.

Após a Proclamação da República (1889), a cidade do Rio de Janeiro juntamente com outras cidades espalhadas pelo país, exibiam alguns exemplares de arquitetura colonial. Apesar do esforço dedicado por administradores, pouco fora realizado na província e na sua capital, exibindo pouquíssimas obras públicas desse estilo arquitetônico (MESQUITA, 2006, p. 53).

⁶ Dicionário Topográfico descrito por Avé-Lallemant (1980, p. 103).

Tanto para os viajantes naturalistas como para os administradores públicos, a ideia de modernidade é entendida como tendo sua base de medida nos padrões europeus. Isso pressupõe que os padrões, costumes, valores e tradições deveriam obedecer aquilo que era praticado no mundo moderno, no mundo europeu, distinto do que era feito pelos indígenas.

2.3. O modelo econômico

Ao se falar de capitalismo na Amazônia através das fábricas, muitos autores trabalham fortemente esse tema após a instalação do Polo Industrial de Manaus⁷. Raramente encontram-se textos que aborde profundamente o tema das fábricas no início do século XX. Entretanto, o capitalismo está presente na história do Brasil desde a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, chegando à América do Sul através do modelo colonialista de então. O modo dos portugueses enxergarem seus territórios inexplorados – incluindo a Amazônia – se limitava a uma visão extrativista tantas vezes presente em relatórios de naturalistas e viajantes do século XVIII e XIX.

Os colonizadores e povoadores europeus da Amazônia desenvolveram funções na modelagem da sociedade, principalmente no quesito econômico. Através do estabelecimento das atividades agrícolas e florestais-extrativistas, puderam dominar os setores produtores, mercadores, exportadores e comerciantes por longos períodos (BENCHIMOL, 2009, p. 17).

A economia brasileira nos meados do século XVIII se baseava em uma rede sistemática articulada entre si que incluía a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão. A crise dos mercados açucareiros dificultou todo o mercado nacional, resultando em uma crise econômica na colônia portuguesa (CARDOSO & MÜLLER, 2008, p. 14).

Conforme Aluizio Lins Leal (1991, p. 4), os portugueses possuíam uma concepção de exploração dos recursos naturais e do trabalho em suas colônias de forma predatória. Na Amazônia as plantações coloniais foram rapidamente substituídas pelo extrativismo, uma vez que nesse território não haviam encontrado minerais como ouro ou prata.⁸

No século XVIII ocorreu o declínio econômico na Espanha e em Portugal, ocasionado pela consolidação da Inglaterra como potência industrial e como líder capitalista. A

⁷ O Polo Industrial de Manaus é um conjunto de fábricas, formando uma zona industrial na cidade de Manaus, reunindo atualmente mais de 600 indústrias de diversos segmentos (SUFRAMA, 2019).

⁸ Tratando-se ainda do trabalho de Aluizio Lins Leal (1991), afirma-se que a Igreja Católica foi um elemento que auxiliou na formação histórica e na mentalidade social. Na Amazônia, essa estratégia auxiliou na produção extrativista, escravização dos índios e a coleta das drogas do sertão.

solidificação do Capitalismo se baseou na expressão do poderio burguês, desarticulando o poder da antiga hierarquia com concepções ultrapassadas na organização produtiva (LEAL, 1991, p. 12). Tais processos resultaram na luta “entre as diversas forças da sociedade do antigo regime e as novas forças emergentes” (MAGALHÃES, 1975, p. 465).

Para Leal (1991, p. 13), essa mudança no plano das nações foi procedida por transformações no interior das sociedades burguesas, no qual a diferença de classes se redefinirá segundo os propósitos da organização produtiva voltada ao acúmulo de capital. Ainda conforme o autor, o domínio da burguesia como classe dominante implicava na estruturação do processo de produção científica e tecnológica, voltado aos objetivos de acumulação que incluía tudo o que pudesse privilegiar a valorização do Capital.

Baseados em tais propósitos, a comunidade científica das nações burguesas investiu nas pesquisas buscando qualquer possibilidade de contribuição da Natureza para a acumulação capitalista, por meio de suprimento de novos materiais capazes de serem aproveitados para a acumulação da indústria. Assim sendo, todas as áreas dos continentes cuja natureza ainda não tivesse sido suficientemente pesquisada, passaram a ser alvo de investigação científica desenvolvidas com o interesse das nações capitalistas ou daquelas em que a burguesia emergia como classe dominante (LEAL, 1991, p. 13).

Assim, a Amazônia passou a ser uma região onde se voltou o interesse dessas classes dominantes capitalistas. De acordo com os estudos de Leal (1991), os países que estavam no topo da corrida industrial se aproveitaram de países como Portugal e Espanha (e de suas colônias) com acordos que envolviam sigilo das áreas coloniais para com algumas descobertas científicas da natureza.

O processo de reconhecimento colonial da Amazônia no século XVIII se associou a esses movimentos capitalistas, na busca de poder manipular as matérias primas como objetivo de manipulação do capital. Para Edinea Dias (1990, p. 31), os viajantes que estiveram no Amazonas prestaram grande contribuição através dos seus relatos como agentes de informação que coletavam e cartografavam informações que eram diretamente exploráveis pelas industriais capitalistas externas.

Os países cujo desenvolvimento estava baseado no capitalismo passaram a demonstrar interesses em países detentores de colônias, utilizando como estratégia e coação através de pressões econômicas ou políticas. A Inglaterra abertamente utilizava essa estratégia, sendo a sede da produção industrial capitalista somada à condição efetiva credora das dívidas de proteção, realizava “empréstimos” para outros países europeus. Portugal utilizou esse

“empréstimo” quando a família real escapou para o Brasil fugindo das tropas napoleônicas em 1808. Os Estados Unidos também se basearam nessa estratégia durante sua expansão pré-imperialista na primeira metade do século XIX, considerando os territórios da América do Sul como subordinados (LEAL, 1991, p. 16).

De acordo com Magalhães (1975, p. 466), o processo de emancipação dos países e o reconhecimento de suas novas situações de independência somados com outros fatores, resultaram em substancial vantagem para o capitalismo inglês. Para Leal (1991, p. 16), a proclamação da independência do Brasil com Portugal inaugurou uma efetiva subordinação econômica à Grã-Bretanha. Isso resultou no controle da economia brasileira pelo capitalismo inglês, o que permitiu autonomia nas investigações que os ingleses possuíam no território brasileiro, incluindo a Amazônia.

Tais estratégias de manipulação econômica intensificaram as transações financeiras envolvendo agentes econômicos de diferentes países e capitais voláteis que buscavam a melhor oportunidade para a obtenção de máximo ganho, emergindo em um novo regime de acumulação. O domínio financeiro concentrava a maior parte do capital existente dentro do setor bancário, o que influenciava na ordem política internacional, situação que, conforme os autores Ghabril e Freitas (2015, p. 138), ocorre até os dias atuais. Para os autores, essas estratégias criam mecanismos de expansão comercial através do crédito elevado, resultando com que agentes multidisciplinares se apropriem do desenvolvimento mundial do capital. Assim, os países industrializados se apropriam do saldo favorável de pagamentos internacionais e dos recursos para continuar a se desenvolver economicamente (GHABRIL & FREITAS, 2015 p. 138).

Nesse sistema também se intensifica a busca por recursos e a maximização do poder, levando a competição e à ascensão de algumas potências, cujo caráter produtivo de destaca no cenário internacional. Nesse sistema, há aspectos positivos relacionados à captação e alocação de recursos por alguns países, assim como aspectos que demonstram a desigualdade na criação e distribuição de renda e riquezas geradas que são constituídas a partir do próprio funcionamento do sistema, são considerada por Ghabril e Freitas (2015, p. 139), como sendo a fragilidade do capitalismo como sistema.

A acumulação realizada através das colônias, e posteriormente dos países independentes, foi direcionada no sentido de reforçar a exportação das matérias-primas necessárias à acumulação de capital. A obtenção dessas matérias, em condições excepcionalmente vantajosas, resultou como fontes extras de lucros através de mão de obra e

matérias-primas a baixos custos. De acordo com Nascimento (2010, p. 207), “a máxima rentabilidade dada por estas condições aprisionou os países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais destaca-se o Brasil e, nele, como caso exemplar, a Amazônia”.

Após os estudos e descobertas sobre a goma das seringueiras ⁹, descobriu-se as diversas possibilidades de uso do material. Em 1839 a 1842, o inglês Thomas Hancock (realizando experimentos na Inglaterra) e o americano Charles Goodyear (realizando as pesquisas nos Estados Unidos) descobriram, simultaneamente, o processo de vulcanização da borracha, que consistia na mistura com enxofre, o que permitia a flexibilidade do material ou o endurecimento, tornando-o inalterável nas variações de temperatura (SÁ, 2012, p. 13). Tais descobertas resultaram em uma corrida para uma grande produção da matéria-prima, permitindo ao Brasil vantagens econômicas por possuir grande parte da Amazônia. O controle se dava através de administradores, estipulados pelo império, que eram responsáveis por fazer a “roda” civilizatória (e do trabalho) girar.

Com o controle sobre as exportações da borracha, o Poder Público buscava captar impostos no volume exportado, configurando-se como um monopólio excedente, com fortes semelhanças com o “exclusivismo” comercial português quando se tratava das drogas do sertão (CARDOSO & MÜLLER, 2008, p. 16).

Desse modo, a Revolução Industrial ocasionou uma corrida industrial entre os países da Europa e os Estados Unidos, no qual requeriam volumes maciços de matérias primas e minerais para utilização industrial.

A vinda de estrangeiros à Manaus proporcionou uma mudança estrutural na cidade e no modo de vida que se levava até então. Surgiram também novos empregos diante da necessidade de compra e venda das mercadorias em Manaus. A interlocução dos diversos idiomas dos comerciantes durante o período de comercialização da borracha foi estudada por Benchimol (2009), no qual destaca ativamente a participação de alguns grupos, como a dos judeus imigrantes da Turquia para a Amazônia. Conforme Benchimol (2009, p. 90), a educação que obtiveram nas Escolas da Aliança Israelita nos Marrocos os possibilitou a falar inglês e francês.¹⁰

⁹ As primeiras descrições dos pesquisadores e naturalistas europeus sobre a borracha, de cunho descritivo e científico remota o século XVI e XVII. A primeira experiência bem sucedida da utilização do látex na Europa foi dado através do cientista inglês Joseph Priestley em 1770.

¹⁰ De acordo com o autor, os demais judeus que vieram de outras regiões da Turquia, logo se dedicaram a aprender o alemão e o francês em Manaus, se disponibilizando a serem interlocutores entre estrangeiros, barões, comerciantes, líderes políticos e os demais interessados no comércio.

O monopólio brasileiro do látex no mercado internacional fez a riqueza dos proprietários dos seringais, mas despertou, principalmente nos ingleses, o interesse na busca de novos fornecedores.

Com a exploração natural em andamento, a cidade de Manaus sofre seu primeiro grande surto de urbanização devido aos investimentos resultantes da acumulação do capital através da economia agrária, extrativista e exportadora (DIAS, 1999, p. 30). Em 1823, a atual Região norte possuía uma população de cerca de 127 mil que, em 1872, passa para mais de 340 mil; em 1900, a soma total está em 700 mil e, em 1920, está em 1.400.00 (CARDOSO & MÜLLER, 2008, p. 16). O aumento populacional foi movido, sobretudo, pelos interesses econômicos ligados ao látex. Manaus e Belém, como grandes centros iniciais de “acolhimento”, sofreram um surto de crescimento urbano resultando em muitos problemas sociais e de infraestrutura.

Para entendermos melhor os processos fundamentais do crescimento populacional, Cardoso e Muller (2008, p.17) apontam dois fatores essenciais a se levar em conta: 1º) As tentativas do governo de Londres de desenvolver o plantio das seringueiras em suas colônias asiáticas (Ceilão e Malásia)¹¹, elevando assim os valores da borracha no Brasil, aquecendo o mercado desde o século XIX. Os valores elevados e sempre crescentes¹², até 1910, demonstram a enorme demanda de mercado pelas indústrias no exterior. 2º) A seca na região nordestina de 1877 e 1880, que ceifou a vida de milhares de pessoas e animais, deixando a região em situação de miséria. As propagandas oficiais de incentivo a emigração na região norte foram recebidas diante dos sobreviventes, movendo cerca de meio milhão de pessoas à Amazônia.

Tais fatores ligados à maciça necessidade de mão de obra barata levou a produção de borracha aumentar de 3.700 toneladas anuais a 35 mil na década de 1900 (CARDOSO & MÜLLER, 2008, p. 17).

A extração da borracha se impôs também na mudança das relações de trabalhos na Amazônia¹³. Além da mão de obra semiescrava, o trabalho nos seringais interveio nas relações de trabalho compulsório. Essa mudança afetou as populações indígenas que, como

¹¹ Plantio que até então não haviam obtido êxito, mas que anos mais tarde resultaria na crise do látex no Brasil, transformando a Ásia – através das colônias inglesas – o maior fornecedor de látex para os países europeus.

¹² Na década de 1840/1850 a tonelada custava 118 libras; em 1870/1880 foi vendida a 182 libras; e em 1900/1910 alcançou 389 libras (CARDOSO & MÜLLER, 2008, p. 16).

¹³ Essas mudanças não ocorreram somente na Amazônia, mas também no Acre, já que se tratava do maior fornecedor de látex do país.

defendem Cardoso e Muller (2008, p. 19), “passaram a ser compulsoriamente aliciadas para a produção da borracha e para os trabalhos ligados à navegação fluvial”.

A classe trabalhadora já havia adquirido um modelo na Europa após a Revolução Industrial, sofrendo modificações em cada país que era instalado o modelo econômico capitalista e as formas de trabalho. Contudo, no Amazonas, durante o século XVIII e XIX, precisava-se do auxílio dos missionários no trabalho de catequese e de civilização dos indígenas, constituindo esse uma grande preocupação por parte do Poder Público. A falta de missionários na região por diversas vezes é motivo de reclamação por parte da Administração Pública, afirmando que sem eles, torna-se muito difícil chamar os índios à civilização e ao trabalho (DIAS, 1990, p. 34). A racionalidade econômica do sistema capitalista não os dominava. A produção das comunidades locais era orientada pela necessidade e não pelos lucros (DIAS, 1990, p. 35).

Apesar da extinção da escravidão no Brasil, as condições apontadas pelos trabalhos livres não são as melhores, muito menos na Amazônia. As condições estabelecidas nos trabalhos assalariados eram semelhantes ao dos escravos, possuindo árduas horas de trabalho, principalmente para os indígenas e negros. Nos seringais não era diferente, pois os trabalhadores eram obrigados a serem inseridos em um sistema no qual sempre estavam devendo para seus patrões, tendo que cumprir a extração do látex de forma volumosa em um curto período de tempo.

Com a borracha, as indústrias fabricavam inúmeros objetos, desde os que eram confeccionados para os diversos usos domésticos, como também pneus, material bélico e de construção naval (CARDOSO & MÜLLER, 2008, p. 14).

Apesar de o Brasil estar incluso no mercado internacional como fornecedor de matérias-primas para as indústrias, ocorreram algumas iniciativas para fundação de fábricas no país. Podemos mencionar as empresas de fabricação de roupa e de lã no sul do país ou as cervejarias no Rio de Janeiro e São Paulo, assim como pequenas fabricas no restante do país.

Em Manaus, os registros de micro fábricas constam nos registros desde o século XIX, mas o modelo de fabricação de acordo com a estrutura industrial foi iniciado no começo do século XX.

A partir de 1907, a queda significativa dos preços da borracha em decorrência do excesso de estoque no mercado ocasionado pela inserção da borracha asiática acentuasse em 1912, exercendo um menor impulso econômico na cidade. Com a crise econômica os problemas sociais dos migrantes rurais e imigrantes se agravaram ainda mais com o abandono

dos seringais, pois a grande maioria não tinha condições de retornar as suas localidades de origem. O governo do Amazonas iniciou um processo de incentivo para a cultura de novas matérias-primas concedendo terras para estrangeiros japoneses que trouxeram técnicas agrícolas adaptadas as regiões tropicais e introduziram em meados dos anos 30 a produção de juta na região (PINHEIRO, 2007, p. 238).

Em 1920 a participação da borracha brasileira como matéria prima no mercado mundial estava em cerca de 10% e, em 1930, chegou a 2% (CARDOSO & MÜLLER, 2008, p. 21).

A borracha silvestre se tornou o segundo produto brasileiro de exportação, não conseguindo competir com os valores estipulados dos seringais implantados na Ásia a partir das sementes brasileiras. Desse modo, o mercado nacional de látex entrou em crise econômica. O governo brasileiro pouco pode fazer diante da situação do mercado, pois o consumo interno era insignificante comparado com a receita de exportação. Tal situação levou ao abandono de seringais e aos poucos foi-se retomando a agricultura, a castanha da Amazônia e o pau rosa para a exportação, porém não substituiu os valores do látex nas receitas dos Estados. Aos poucos o governo do país repensou em estratégias de fatores econômicos para região norte, entre elas o aproveitamento de instalações industriais que já era um processo que estava ocorrendo no país desde o século XIX.

A presença de fábricas em Manaus resultará em respostas urbanas diferenciadas, no qual a administração pública limitará os espaços para a formação de fábricas. Tal decisão beneficiará os Miranda Corrêa na construção da Cervejaria Amazonense, abordado nos próximos capítulos.

2.4. A cidade industrial

Tratando-se da cidade de Manaus, este estudo se voltará à constituição da cidade, retomando o que já foi discutido nos tópicos anteriores deste capítulo. Abordar-se-á o modelo de cidade constituído e sua mudança até a construção da fábrica Miranda Corrêa.

Compreende-se que a cidade é obra resultante da dinâmica das sociedades humanas, por tanto mutável, havendo continuidade das sociedades que as criam e as modelam, expressando movimento dialético constante de rupturas (BENTES, 2008, p. 18). Le Goff (1998, p. 29), afirma que as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder. O autor defende que as funções de produção constituem apenas um

momento da história das cidades, com a Revolução Industrial, sobretudo nos subúrbios situados nas periferias (LE GOFF, 1998, p. 29).

A definição dada de cidade é de um centro permanente e organizado sistematicamente, que possui numerosa população. Conforme critérios descritivos, a cidade é composta de prédios e habitações, separados ou ligados entre si por ruas, parques e praças. Os habitantes da cidade possuem atividades econômicas diversas, para benefício econômico do próprio espaço. Discutir a concepção de cidade do final do século XIX provoca a busca de referências que definiram o modelo urbano e sua colocação nas ideias que orientaram as reformas urbanas (MESQUITA, 2009, p. 35).

No estudo de Benevolo (2011) referente aos modelos de cidades empregados pela colonização europeia, o autor afirma que na constituição das novas cidades segue-se um modelo uniforme constituído como

um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas de mercadores e dos colonos mais ricos (BENEVOLO, 2011, p. 487).

O modelo geométrico de tabuleiro foi idealizado pelos espanhóis no século XVI para se constituir como modelo das novas cidades da América Central e Meridional. Em pouco tempo o modelo é adotado pelos franceses, ingleses e portugueses no século XVII e XVIII (BENEVOLO, 2011, p. 494). Dessa forma, fica estabelecido o padrão geométrico no qual será constituídas as paisagens urbanas e rurais do novo mundo.

Para Benevolo (2011, p. 494), apesar da criação do plano urbano, “a cidade pode crescer e não se sabe o quanto crescerá”, portanto o planejamento em forma de tabuleiro permitia a expansão através do modelo, concedendo o alargamento dos quarteirões de formas repetitivas. Conforme o autor, o limite externo da cidade é sempre provisório, por esse motivo não há muros e fossos.¹⁴

O que Benevolo afirma como sendo a diferença entre as cidades medievais e as cidades atuais, Le Goff defende como sendo a semelhança. Nas cidades medievais os muros são bem definidos, sendo uma estrutura que serve para delimitação geográfica, símbolo de poder e de ordem, assim como de segurança. Enquanto nas cidades atuais, as delimitações da cidade “desaparecem”. Contudo Le Goff (1998), afirma que essas delimitações ainda estão

¹⁴ Conforme o autor é somente no século XVII que as cidades costeiras serão fortificadas em vista da defesa de piratas (BENEVOLO, 2011, p. 494).

presentes quando definem na paisagem urbana, classes sociais, periferia e centro, ou até mesmo quando o poder público busca esconder regiões de pobreza dentro das cidades.

O contraste entre a cidade e o campo, tão evidentes na Europa, passa a ser atenuado nas cidades colonizadoras, seja pelas incertezas das fronteiras, seja pela abundância dos espaços abertos existentes (BENEVOLO, 2011, p. 494).

Com o advento da Revolução Industrial¹⁵ e o aumento da produtividade, ocorreu a transformação no modo de vida nas cidades. Iniciando-se na Europa seguindo para outras regiões do mundo. O capitalismo fez com que as cidades sustentassem concentrações demográficas cada vez mais densas. O processo de produção industrial exigia a concentração de mão-de-obra perto das fontes de energia e transporte, fazendo com que milhares de pessoas se mudassem dos campos à cidade, ocorrendo um inchaço populacional.

Assim, as cidades já existentes passaram a ter uma população três vezes maior, resultando em dificuldades nas estruturas de saneamento, saúde, transportes e moradias. Durante esse período também surgiram as cidades industriais, através do modelo de cidade progressista, muito populares na Europa e nos Estados Unidos, no qual eram instalados fábricas em vilas existentes, movendo inúmeras pessoas à região em busca de emprego, no qual prontamente eram elevadas à cidade.

A Revolução Industrial influenciou mudanças na ordem das cidades e do território. O aumento populacional ocasionado pela procura de emprego na indústria influenciou um inchaço populacional em um curto período de tempo. Outro fator que mudou a dinâmica das cidades é o aumento dos bens e serviços produzidos pela agricultura, pela indústria e pelas atividades terciárias como consequência do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico (BENEVOLO, 2011, p. 551).

De acordo com Nobre (2011, p. 3), a cidade assume, com o capitalismo, o compromisso de permitir a sustentação das transformações necessárias para sua consolidação, concentrando-se na força de trabalho e no mercado consumidor.

Para Françoise Choay (2000, p. 3), do ponto de vista quantitativo, a Revolução Industrial é quase imediatamente seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em prol do desenvolvimento urbano sem

¹⁵ Entende-se a Revolução Industrial a partir de duas fases descritas pelos historiadores. A primeira fase consiste nas inovações tecnológicas e o mecanismo do processo produtivo das fábricas e na exploração dos minerais. Tais transformações levaram a uma modificada expansão colonial e a dominação imperialista industrial. Na segunda fase, a Revolução Industrial passa a fundar as fábricas próximas a rios, muitas vezes em zonas periféricas. Outro fator marcado por essa fase é a inauguração de máquinas a vapor e as transformações tecnológicas na área da agricultura, favorecendo o processo de urbanização na medida em que as novas tecnologias gerou o aumento da produtividade (NOBRE, 2011, p. 3).

precedentes.¹⁶ O aparecimento e o desenvolvimento desse fenômeno seguem a ordem e o nível de industrialização dos países. Conforme a autora:

A sociedade industrial é urbana. A cidade é seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais. A sociedade industrial tem especialistas em planejamentos urbanos. No entanto, as criações do urbanismo são, em toda parte, assim que aparecem, contestadas, questionadas (CHOAY, 2000, p.1).

De acordo com os estudos de Choay (2000, p. 2), com a expansão da sociedade industrial surge uma disciplina que se diferencia dos estudos de arte urbana anteriores, por possuir um caráter reflexivo e crítico, surgindo então o *urbanismo*.

Em seu livro intitulado *O Urbanismo*, a autora critica os estudos do urbanismo, uma vez que o urbanismo como universalidade científica quer resolver um problema (o planejamento da cidade maquinista) que foi colocado antes de sua criação, a partir do século XIX, quando a sociedade industrial começava a tomar consciência de si e de suas realizações (CHOAY, 2000, p. 3).

Ao se estudar os conceitos de urbanização entende-se que, a urbanização é a concentração espacial de uma população, onde ocorre a difusão de sistemas de valores, atitudes e comportamentos que, conforme Castells (1983, p. 39), se trata de sistemas culturais característico das sociedades industriais capitalistas. De acordo com o autor, a urbanização e a industrialização são compreensões similares que se integram, e os sistemas culturais influenciam o modo no qual as cidades são construídas, incluindo os aspectos industriais desenvolvidos (CASTELLS, 1983).

A história da industrialização nas sociedades apresenta uma sequência de revoluções marcadas pelos avanços tecnológicos. O interesse envolvido nesse processo transformador atuou como um dos principais definidores de modelo de cidade. Desta forma, Mesquita (2009) deduz que diferentes estágios do processo de industrialização repercutiram e materializaram-se através da apresentação de espaços urbanos diferenciados. A utilização de novos materiais produzidos pela indústria, assim como novas técnicas, possibilitou a configuração da cidade um caráter muito mais volátil de suas culturas e de suas formas (MESQUITA, 2009, p. 46).

¹⁶ De acordo com Nobre (2011, p. 3), nesse período o campo passou a ser coadjuvante e houve uma profunda alteração na estrutura social originada com a manufatura, esse longo processo de transformação foi um dos fatores que favoreceu o acontecimento da Revolução Industrial que difundiu o modo de produção capitalista.

Com a Revolução Industrial atenuou-se alguns problemas devido ao crescimento populacional acelerado. De acordo com Ferreira, Pires, Saab, *et al* (2014, p. 4), alguns anos depois tal aspecto resultou na desenfreada especulação imobiliária devido as fábricas poluentes dentro de cidades. Dessa forma, as sociedades dentro das cidades acarretaram péssimas condições sanitárias e habitacionais juntamente com a exploração territorial. Como alternativa na Europa, as classes dominantes buscaram habitar em espaços abertos (na periferia das cidades) ou em lugares distantes das classes operárias, em áreas que comportasse mansões com espaços verdes.

Segundo Benevolo (2011, p. 551), na sociedade industrial, o aumento populacional e da produção se ligam formando um círculo ascendente: os habitantes exigem bens e serviços mais abundantes, no qual permitem o aumento da produção e dos serviços; a procura dos bens e serviços faz aumentar a busca pela qualidade, que cada vez mais deve ser superior, produzindo outros bens e serviços mais abundantes e mais diversos.

Com relação ao crescimento das cidades como fenômeno social, surgiram durante o século XVIII e XIX diversos planejadores configurando os modelos de cidades e de vilas operárias, conhecido como o Modelo Progressista, visando diminuir a miséria visível dentro das cidades. Alguns dos modelos foram implementados em pequenas escalas, outros foram reprovados pela classe política dominante, como no caso dos projetos de Robert Owen, que visava construir aldeias com fábricas visando somente a classe operária, retirando-as das cidades. Apesar de aprovado, o projeto nunca foi implementado de forma conclusiva.

Conforme Choay (2000, p. 4), do ponto de vista estrutural, as velhas cidades da Europa atravessam as transformações dos meios de produção e transportes, passando a adquirir novas funções urbanas que contribuiriam para romper a velha imagem frequentemente utilizada da cidade medieval e da cidade barroca. Assim, uma nova ordem surge, conforme o processo tradicional da adaptação da cidade à sociedade que habita nela.

Na primeira metade do século XIX, os defeitos da cidade industrial parecem por demais numerosos e incomuns para que possam ser eliminados completamente. Entre a realidade e o ideal a diferença parece impossível de ser preenchida (BENEVOLO, 2011, p. 552).

É durante esse período que surgem diversos autores como Marx, Arnold e Fourier, Engels e Ruskin, entre outros¹⁷, que publicaram uma série de obras que acusam a higiene física deplorável das grandes cidades industriais, descrevendo, por exemplo, as moradias dos

¹⁷ Autores esses que possuíam ideias diferentes, mas que durante o século XIX publicaram uma série de trabalhos denunciando e criticando a situação da vida dos trabalhadores industriários na Europa.

trabalhadores, frequentemente comparados a covis de animais, as grandes distâncias que percorriam para chegar ao trabalho, os lixões expostos e a ausência de jardins e áreas abertas nos bairros populares. A higiene moral também é considerada, trabalhando no contraste entre os bairros habitados entre as diferentes classes sociais, abordando a segregação, falta de beleza e monotonia das construções que buscavam aparar o maior número de pessoas (CHOAY, 2000, p. 6).

A análise e as críticas desses autores não pode ser interpretado de formas isoladas. Tais considerações nos auxiliar na compreensão da leitura das cidades, classes sociais, definições de bairros pobres e ricos, entre outros objetos de pesquisa nas sociedades industriais atuais.

Retomando a discussão da estruturação da cidade, Benevolo (2011, p. 565) afirma que o rápido crescimento das cidades produziu a transformação do núcleo anterior (o centro), no qual modificou seu significado, criando uma nova visão do núcleo e de uma nova faixa divisória: a periferia (BENEVOLO, 2011, p. 565).

Esse núcleo já possui uma estrutura formada anteriormente na Idade Média, contendo os principais monumentos – igrejas e palácios - que até a atualidade dominam o panorama da cidade (BENEVOLO, 2011, p. 565). Esse modelo de centralização nota-se nas cidades europeias mais antigas e também, nas cidades das Américas que seguiram os moldes impostos pela colonização.

Tais cidades, não estavam aptas para suportar o aglomerado de pessoas atraídas pela industrialização. As ruas eram demasiado estreitas para conter o trânsito de carroças, as casas não seguiam um padrão e não havia local para a passagem de pedestre.

Em Paris, muitos monumentos e casarões são abandonados por motivo das revoluções sociais, nos quais são ocupados e divididos em pequenas moradias improvisadas. Os jardins por trás das casas são transformados, dando lugar a novas construções, casas e barracões industriais (BENEVOLO, 2011, p. 565).

Essas configurações econômicas, sociais e geográficas mudaram a dinâmica da cidade e de seus significados. Tanto as cidades europeias como as cidades colonizadas na América passaram por modificações impostas pelo modo de produção capitalista, transformando as sociedades, as tradições, as cidades, assim como o modo de vestir-se, de habitar e o significado do trabalho. Pensando-se na cultura como sendo dinâmica e sendo produzida historicamente na ação (SAHLINS, 1990, p. 7), estudaremos as aplicações do modelo industrial na cidade de Manaus, buscando entender as modificações ocorridas na cidade para

se entender as ressignificações do patrimônio e do lugar de trabalho, visando discutir o patrimônio industrial.

2.5. As mudanças da cidade

Manaus, transformada de uma povoação indígena para vila colonizada passou pelas mudanças culturais definidas por conflitos até se tornar cidade. Desde as mudanças no estilo de vida à habitação, alimentação e as leituras de formas de trabalho foram muitas vezes criticadas pelos viajantes europeus e pelos administradores militares. Tais situações ocorreram mesmo após a elevação à cidade, guiando-se pela necessidade de transformar o território em um lugar economicamente rentável. A transformação de cidades na Amazônia para obtenção de aspectos lusos, servindo como aspecto simbólico da colonização continuou estando presente nas diversas modificações da cidade, o que mais tarde também serviu como meio de propaganda na *Belle Époque* para atrair investidores externos do Capital. Neste tópico, estudaremos as mudanças de Manaus como cidade, até o início do século XX com o advento das indústrias e as alterações no contexto da cidade.

Com a adoção do modelo geométrico transplantado pelos portugueses para as paisagens urbanas na Amazônia, Manaus, após ser elevada a cidade, precisou passar por um reordenamento urbano. Mesmo possuindo edificações de arquitetura europeia, ainda encontrava-se na cidade “primitivas casas tapuias de barro”, com ruas que terminavam em igarapés, descritos de forma crítica por Avé-Lallemant (1980, p. 100). Ainda se fazia necessário adequar as ruas, aterrar igarapés, construir mais edifícios públicos, entre outros, para que as características da cidade se tornasse satisfatório para a administração pública e para os viajantes.

Contudo, como abordado pelos autores Mesquita (2006) e Loureiro (2007), a cidade possuía poucos materiais de construção e dificuldade de especialistas para mão-de-obra.

Entre 1852 a 1860, Manaus passou por dificuldades relacionadas às construções públicas. Durante esse período, Rio de Janeiro e São Paulo passavam por transformações urbanísticas, aproveitando-se das riquezas retiradas do imposto de exportação do café. Foi ao longo dessa época que o império tomou a decisão de criar e modificar as leis a fim de ordenar o processo de ocupação das cidades (ASSUNÇÃO, 2012, p. 156). De acordo com Loureiro (2007, p. 193), para seguir o modelo das capitais do império, Manaus teria que passar por modernizações.

Com a exploração e exportação do látex resultando em quantias consideráveis em imposto para o setor público, os administradores julgaram ser adequado o momento para realizar as modificações necessárias na cidade.

Por Manaus possuir uma geografia com relevos e apresentar córregos de água transpassando a cidade, os administradores necessitaram adequar algumas características do modelo geométrico de cidade, como veremos na Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus (1892/1896), levantada pelo engenheiro militar João Miguel Ribas na Administração do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro.



Imagem 01: Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus. Fonte: Biblioteca Nacional, 2019.

Através do mapa nota-se certa dificuldade na constituição da cidade de forma geométrica. O centro, como sendo parte da orla e onde se iniciou a vila, observa-se a complexidade de introduzir o modelo geométrico. Outro ponto a ser levantado quanto ao mapa é que já haviam outros bairros periféricos em desenvolvimento durante esse período, no qual não estão sendo mencionados claramente no mapa, como por exemplo o bairro de Nossa Senhora de Aparecida, São Raimundo, Glória e Educandos.

Os modelos de monumentos públicos na cidade durante esse período indicava um gosto arquitetônico bastante diversificado, apresentando forte influência eclética revelada por meio da adoção de diferentes estilos arquitetônicos, misturando épocas, etnias e estilos, mas a

tendência por esse estilo não era exclusivo de Manaus e sim, um modismo que se difundia durante a época por todo o mundo ocidental e estendia-se até as longínquas colônias (MESQUITA, 2006, p. 56). De acordo com Mesquita (2006, p. 59), a adoção dessas características é frequentemente interpretada como um desejo de integrar o mundo civilizado e moderno, e Manaus, se constituía como mais uma cidade em busca de adotar o padrão vigente.

No estudo desenvolvido nas cidades coloniais americanas visando a arquitetura artísticas dos monumentos, Benevolo (2011, p. 494) afirma que, sua pobreza, comparada com as ambições da cultura artísticas europeia, mostra mudanças nas tarefas da construção: na Europa, os grandes mestres não conseguem realizar seus projetos, ao passo que os técnicos de terceira ordem emigrados para a América desenham e constroem cidades inteiras. Todavia, leva-se a preocupação de organizar ou reorganizar o ambiente construído com princípios da simetria e da regularidade geométrica.

Em Manaus, por exemplo, encontrasse documentos demonstrando as insatisfações dos administradores públicos quanto a mão-de-obra disponível na cidade, sendo recebido qualquer artista como grandes honras para se trabalhar nas edificações públicas¹⁸.

Um dos casos notáveis é a da construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, popularmente conhecida como Igreja da Matriz, na qual por falta de mão-de-obra especialista e materiais primários para a construção da igreja a obra demorou cerca de vinte anos para ser terminada¹⁹.

Com Manaus adquirindo seu primeiro surto de urbanização no século XIX, a cidade ganha um novo ordenamento. Em 1880, o Mercado Público da Praça da Imperatriz não abastecia suficientemente a cidade por conta do crescimento populacional, fazendo-se necessário a construção do Mercado de Ferro Adolpho Lisboa (MESQUITA, 2006, p. 82).

Algumas das obras públicas da cidade eram feitas em parceria entre os comerciantes e o setor público, de forma a representar “troca de favores”²⁰.

A desapropriação de casas visando o “embelezamento” da cidade foi bastante praticado em Manaus durante esse período. A título de exemplos destacam-se a Lei n. 495 autorizando a desapropriação de casas, casebres, palafitas e casas flutuantes para a construção

¹⁸ Loureiro (2007) e Mesquita (2006) compartilham em suas obras as diversas colocações de insatisfação por parte dos administradores.

¹⁹ Tempo estimado da construção da igreja, mas só foi inaugurada um ano depois da conclusão da obra (MESQUITA, 2006, p. 67).

²⁰ Como no caso dos negociantes Antônio Joaquim da Costa & Irmãos, que se dispuseram “gratuitamente” a aterrar as duas rampas existentes na frente da Igreja da Matriz (MESQUITA, 2006, p. 278).

da Praça da Matriz e também a desapropriação de um terreno na rua dos Barés para a construção do Mercado de Ferro Adolpho Lisboa (DIAS, 1881, p. 6 *apud* MESQUITA, 2006, P. 83).

A periferia também ganhava novos significados a partir desse período. A exclusão através da desapropriação de casas de madeiras das classes mais pobres as obriga a ir aos limites do que era considerado o centro.

Para Benevolo (2011, p. 565), essa nova interpretação do espaço, anteriormente o núcleo - o centro -, muda seu significado conforme as modificações da cidade, criando dentro desse contexto, um novo panorama de centro, estabelecendo a linha divisória da periferia.

Dessa forma, a parte central da cidade de Manaus ganha novo significado como a “porta de entrada” e a “primeira imagem” da cidade através do porto. Buscou-se assim, mostrar o civilizado e belo através da constituição de jardins da Praça da Matriz e das edificações europeias para representar o moderno aos viajantes e recém-chegados.

Como detrimento das exigências de moradias, a construções das casas passaram por modificações ainda no final do século XIX, as palhas foram substituídas por telhas, houve também a delimitação de espaço entre vizinho, com a construção de muros. Nos bairros periféricos essas exigências, não eram seguidas, primeiro pela situação econômica desfavorável dos trabalhadores, segundo pela pouca importância dada pelo setor público para o desenvolvimento desses bairros.

Ao reorganizar Manaus, os administradores constituíram os modelos, os métodos e as problemáticas das cidades industriais europeias no contexto da Amazônia. A cidade já se caracterizava dentro do modelo capitalista, sendo o Amazonas um dos maiores exportadores de borracha.

Apesar de no início do século XX não haver grandes fábricas na cidade, o setor público estava trabalhando no reordenamento, planejando a cidade conforme o modelo europeu vigente – sobretudo o da cidade de Paris, que já era uma cidade industrial no século XIX.

Levando em consideração que a “modernidade une a espécie humana anulando as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia” (BERMAN, 1986, p. 15, *apud* DIAS, 1990, p.35), não estava longínquo o tempo de haver uma classe trabalhadora em Manaus, ao passo da necessidade do desenvolvimento de uma “cidade civilizada” conforme a ideia comum dos administradores municipais.

Os viajantes analisavam a cidade de Manaus através da idealização conforme os padrões europeus, que acompanhavam as transformações na Europa provocadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Assim, as observações e descrições da cidade são feitas em frequente comparativo com as cidades, culturas, tradições e costumes europeus (DIAS, 1990, p. 33).

A partir dessa ideologia, as leis da cidade serão regularizadas através dos administradores, criando-se o Código de Postura em 1890, no qual afirma que:

Viver sem indústria, renda, emprego ou profissão habitual certa, honesta e suficiente é considerado vadio e vagabundo e como tal obrigado, desde que for intimado pelo Fiscal a tomar uma ocupação honesta dentro de 15 dias e no fim desse tempo deve provar ter tomado um emprego ou ocupação que lhe garanta a subsistência.

Segundo o jornal *Commercio do Amazonas* (27 de abril de 1872), já havia o imposto de indústria e da profissão de industriário. Toda as indústrias e os profissionais industriários deveriam realizar o pagamento do imposto na repartição da Alfandega, sob pena de multa de 6% acima do valor total ao faltosos. O imposto era anualmente dividido em duas partes, sendo pago no primeiro e segundo semestre do ano. Incluía-se como industriário os trabalhadores da “indústria extrativista” e os operários de fábricas na cidade (*COMMERCIO DO AMAZONAS*, 17 de julho de 1875).

Conforme a nota do inspetor Raymundo T. d’Oliveira Gomes no jornal *Commercio do Amazonas* (1872, p. 2), cobrava-se também um imposto de todo morador da cidade de Manaus, sendo o valor diferenciado, e provavelmente mais elevado, dos trabalhadores industriários. Caso não houvesse o comparecimento para prestar contas ao município, o individuo estava acarretado ao mesmo percentual de juros, referido acima.

No início do século XX, Manaus já possuía algumas pequenas fábricas localizadas no centro da cidade, que produziam em pequenas escalas. Um dos exemplos a ser mencionados é a “Fabrica de Velas de Cêra Santo”, situada na rua Municipal número 119 (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1905, p. 12).

Antes da virada do século XX, a administração publica já havia investido em iluminação publica através de gás carbônico, gás globo e finalmente a luz elétrica. Esses serviços somente estavam disponíveis na região do centro. Outra preocupação era o abastecimento de água, uma vez que outras cidades do Brasil já possuíam os sistemas de abastecimento mais avançados (MESQUITA, 2006). Para os administradores, Manaus não poderia permanecer ultrapassada nas questões de infraestruturas.

Na entrada do século XX, a cidade já se encontrava transformada, em nada se parecia com o vilarejo descrito por Avé-Lallemant à cinquenta anos atrás. A aparência da cidade era moderna, com construções europeias. Buscava ofertar às classes dominantes os melhores serviços das prósperas e modernas cidades. Conforme Otoni Mesquita (2006, p. 121), a cidade oferecia “as delícias do consumo num delírio característico da *belle époque* e ostentava-se uma aparente situação de riqueza e progresso”.

O aumento do consumo das grandes indústrias no exterior resultou em somas cada vez mais crescentes de receitas para o Estado, propiciando novos investimentos mais ousados na transformação da cidade.

A atualização de Manaus aos padrões urbanos europeus vigentes implicava na adoção de modelos não convenientes ao tipo geográfico da região Amazônica. Para realizarem-se tais ajustes e enquadrar no modelo, foram necessário redesenhar a cidade e suas quadras, desapropriar casas particulares (em sua maioria de pessoas pobres e indígenas que moravam na cidade), e “fundar” novos bairros periféricos para situar as pessoas que não se enquadrava no paradigma de civilizado. Mesquita (2006, p. 145), afirma que:

Todo processo de mudanças, com suas obras públicas, a introdução de costumes e a adoção de modernos serviços públicos podem ser simbolicamente compreendidos como um “rito de passagem” do processo de branqueamento através do qual a cultura local despia-se das tradições de origem indígena e vestia-se com características ocidentais.

A necessidade de representar o civilizado resultou em leis e códigos para modificar a sociedade e a cidade como um todo. Para Edineia Mascarenhas Dias (1999, p. 18), a cidade de Manaus, apesar do avanço econômico oriundo da comercialização da borracha, se distinguiu como uma área de conflitos culturais, impostos pelas contradições econômicas, sociais e política.

Ao mesmo tempo em que para alguns a cidade representava riqueza e luxo da Europa no meio da Amazônia, para outros representava o sofrimento, o trabalho custos, a fatigante, a pobreza e a exclusão social. Tais conflitos eram representados na constituição da cidade, uma vez que a cidade reflete a sociedade que a habita como um todo.

É durante o processo da *Belle Époque* Manauara que a cidade mais uma vez passa por um movimento de transformação, que se estabeleceu também com as novas relações sociais implantadas (DIAS, 1999, p. 19).

Através dos códigos e regulamentos há um discurso do poder dominante, constituído pelos líderes políticos e investidores, para realizar o mecanismo de controle e fiscalização da

vida da população da cidade. Para Dias (1999, p. 30), a política visa a transformação da cidade, conforme a influência do grupo à está gerindo. Neste caso, o grupo é composto por extrativistas e aviadores, todos ligados ao capital financeiro internacional, com estreita ligação com o poder público local.

O aumento populacional ocasionado pela economia ameaçava a “*harmonia*” e a “*beleza*” da cidade, tornando cada vez mais difícil controlar as classes pobres periféricas, distanciando-os da beleza do centro. Os problemas de abastecimento de água, higiene, habitação aumentaram incluindo agora as questões de roubo, vadiagem, prostituição, jogos, alcoolismo, mendicância e doenças de toda ordem somadas para ameaçar a idealização de cidade bela (DIAS, 1999, p. 130).

O que os administradores não contavam com os problemas enfrentados pelas sociedades europeias durante aquele período. Ao selecionar somente as qualidades de Paris, a administração acreditou que poderia controlar ou ignorar as problemáticas surgidas após as formações das cidades industriais ocasionadas pelas diferentes classes sociais, formação da classe operária e o aumento populacional.

De acordo com Dias (1999), essa cidade *bela* estava constituída somente para os ricos que alimentavam essa idealização. Os jardins da Praça da Matriz eram para ser usufruídos pelos ociosos, composto pela classe rica e seus familiares, uma vez que os trabalhadores não possuíam tempos livres durante o dia, e em certos bairros periféricos até possuíam toques de recolher²¹, impossibilitando qualquer tipo de lazer e recreação após certo horário.

O espaço urbano pensado, idealizado e reorganizado feito para impressionar e atrair investidores estrangeiros, ao mesmo tempo em que projetava para o mundo a prosperidade e civilidade dentro da visão burguesa de cidade ideal, criava também suas contradições (DIAS, 1999, p. 131). Enquanto a área central era destinada aos ricos, visando todas as suas necessidades, as demais classes eram limitadas a seus bairros, com falta de luz, água, higiene e segurança.

Tudo o que apresentasse ameaça ao capital, a imagem da cidade e ao desenvolvimento do trabalho nas suas diversas compreensões passam a ser combatido pela administração.

Nos estudos de Edineia Mascarenhas Dias (1999, p. 132), a autora defende que:

²¹ Em períodos de guerra, como no caso da Primeira Guerra Mundial, ou em momentos de altos índices de doenças transmissíveis, o poder público através do papel da polícia realizava um toque de recolher, passando nas ruas com sinos. Normalmente o horário estipulado era às 21h para que todos os moradores estivessem dentro de casa (ver a Série Bairros de Manaus – Aparecida e Santo Antônio).

(...) o poder público, aliado aos interesses privados, desenvolveram uma política de pressão, exclusão e dominação contra pessoas ou grupos de pessoas que emergem na cidade e que não se enquadram nos conceitos de valores da elite local. Foi necessário desenvolver uma política de preservação e defesa da ordem urbana, e na medida em que os valores eram afrontados, cabiam providências de excluir do espaço urbano, pobres desocupados, doentes, pedintes, prostitutas, vadios, etc. Numa cidade de “fausto”, a pobreza, a doença, a vagabundagem, agrediam e ao mesmo tempo ameaçavam a ordem e a harmonia da cidade que se projetava na representação burguesa, como limpa, ordeira e sem problemas.

Para o processo de composição das cidades modernas na idealização burguesa, a presença de pobreza é vista como perturbadora da ordem, da beleza e da harmonia (DIAS, 1999, p.133). Já na primeira metade do século XIX na Europa, os defeitos da cidade industrial parecem por demais numerosos e incomuns para que pudessem ser eliminados completamente (BENEVOLO, 2011, p. 552). Tais eram os problemas que o poder público e a elite extrativista acreditaram que refazendo a cidade e seus costumes, poderiam conter todas as formas de males.

Entretanto, como afirma Benevolo (2011, p. 552), “nenhum problema jamais é resolvido definitivamente, e arranjo nenhum pode valer por indeterminado, mas somente por um período que se deve aprender a calcular”.

Os trabalhadores e os desocupados passaram a ser remanejados para regiões desvalorizadas e distantes do centro. A área urbana amplia-se com a criação de novos bairros, segregando a pobreza e a miséria, pois a maioria deles, além de distantes, eram separados da região central por igarapés, transportando-se em péssimas condições através de catraias e canoas (DIAS, 1999, p. 137).

A cidade de Manaus não só era a criação imaginária da *belle époque* no início do século XX, mas já apresentava atributos de cidade industrial, dando novos significados ao centro e a periferia. Através do poder público, atuando pelos códigos de posturas, mudava-se o significado do trabalho, criando trabalhadores urbanos voltados a uma mentalidade do labor europeu. Assim, a implementação de fábricas foi um processo menos impactante, recebido com louvor nos jornais da época. Para a população, a ocupação laboral se tornava uma opção necessária de forma que os desempregados eram excluídos, considerados vândalos pelo Código de Postura de 1910.

Tais fatores, trabalhados com o imaginário esplendoroso da “fantástica” fábrica cervejeira amazonense irá resultar na concorrência de trabalhadores da fábrica, aceitação da cerveja pelo público consumidor da cidade, a ascensão da família Miranda Corrêa à elite e a

paixão atrelada às memórias de tanto escritores que saudosamente recordam a cerveja e a cervejaria no seu auge.

2.5.1. O bairro de Nossa Senhora de Aparecida

No final do século XIX na Europa, estavam sendo desenvolvidos projetos que visavam expandir as cidades através de grandes bairros operários em volta do centro, sujeitos aos corredores de transporte e mobilidade. Utilizando o exemplo de Londres, o que geralmente acontecia é que essas expansões acabavam apresentando-se como um autêntico pesadelo de higiene e qualidade de vida. Dessa forma, um grande número de estudiosos das mais diversas áreas passa a criticar a sociedade industrial, que coloca a economia no primeiro plano, em detrimento da vida dos operários (CALABI, 2012). Tal estrutura permitiu o surgimento do que atualmente conhecemos como a periferia.

De acordo com Benevolo (2011, p. 565), a periferia não é um trecho da cidade já formado, mas é um território livre onde se somam um grande número de iniciativas independentes: bairros de luxo, bairros pobres, indústrias, depósitos, instalações técnicas, entre outros. O autor defende que em um determinado momento estas iniciativas se fundem transformando-se em um tecido compacto, que não foi organizado, previsto ou calculado por ninguém.

É “na periferia industrial se perde a homogeneidade social e arquitetônica da cidade antiga”, uma vez que não há fiscalização das normas a serem aplicadas (BENEVOLO, 2011, p. 552). Os indivíduos através das classes sociais não desejam se integrar na cidade compartilhando o ambiente comum, mas as várias classes tendem a se estabelecer em bairros diversos (ricos, médios e pobres). A transformação também ocorre no meio social, uma vez que as famílias tendem a viver o mais isolado possível. A residência individual com jardins - antigamente restrita aos reis e aos nobres – é agora acessível, em uma versão reduzida, aos ricos e médios burgueses. Outro fator diferenciador na forma de morar também esta no espaço, os mais ricos possuem casas com grandes espaços, incluindo o ambiente externo da casa, já os pobres são limitados a habitações menos isoladas, vilas operárias, casas em fileiras ou moradias sobrepostas (BENEVOLO, 2011, p. 565).

Em Manaus, a exclusão das pessoas que não se enquadravam na visão bela da cidade fez com que essa população se mudasse para a periferia. Através das desapropriações de casas

e terrenos, enviava-os para espaços desocupados nos limites da floresta, constituindo-se assim, novos bairros.

Os trabalhadores passaram a ser destinados à essas áreas. A zona urbana amplia-se com a criação desses novos bairros, segregando a pobreza e o considerado “feio”, “animalesco” e o “não colonizado”, conforme a visão da elite e do poder público da época.

Assim, surgem os bairros de São Raimundo, Constantinopla (Educandos), Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Mocó e Tocos (Aparecida), como sendo os mais próximos do centro. Esses bairros foram formados como alternativas de moradias da população pobre que não se adequavam aos padrões impostos do centro. Abundantes de problemas sociais e estruturais, esses bairros surgem como o contraponto do “fausto” da cidade (DIAS, 1999, p. 137), diferenciando-se visivelmente nas constituições de arruamento, diversidade de madeiras e alvenarias para fundação das casas e de suas fachadas, sem normas e padrões quanto ao uso do espaço, e longe dos comércios, escolas, portos, jardins e praças.

De acordo com Dias (1999, p. 137), esse era o novo lugar de moradia dos trabalhadores, indigentes, pobres e índios na formação da cidade que se impõe. Uma cidade onde a vivência do rico e do pobre se torna reprimida.

O bairro de Nossa Senhora de Aparecida brota dentro desse contexto político e social. No livro *Série Bairros de Manaus Aparecida* (1985), apresenta-se o histórico do bairro, destacando o fato de ter possuído diversos nomes até chegar na nomenclatura atual. Desde sua fundação, o bairro possuiu os nomes de Arrabalde do Saco do Alferes, Vista Alegre, Carolino, Rafael, Cornetas, Cajazeiras²², Tocos²³ e Industriários.

A homenagem feita a Nossa Senhora de Aparecida se deu pelo movimento ocorrido em 1943, no qual um grupo de padres americanos denominados *Redentoristas* passou a realizar trabalhos religiosos na comunidade. O alto número de conversos, frutos do trabalho da Igreja Católica, juntamente com a alta devoção a Nossa Senhora de Aparecida fez com que a comunidade muda-se o nome do bairro para a padroeira da Igreja que ali havia se constituído. Em religiosa homenagem feita a Nossa Senhora de Aparecida, o bairro leva o nome até os dias atuais (AMAZONAS, 1985, p. 21).

²² Levou o nome de Bairro das Cajazeiras pelo motivo de que haviam diversas árvores da família das Anacardiáceas, também chamadas de cajazeiras. Ainda hoje pode-se encontrar algumas poucas espalhadas pelo bairro (AMAZONAS, 1985, p. 4).

²³ Foi nomeado popularmente como Bairro dos Tocos durante o período do governo de Eduardo Ribeiro e do prefeito Xavier de Mendonça, no qual deram início ao Plano de Urbanização da Cidade. Dentro do que contemplava o plano, foi ordenado a derrubada das árvores do Bairro das Cajazeiras. Após o corte das árvores restaram os “tocos”, passando a ser conhecido por tal.

Conforme o relato dos primeiros moradores, o bairro possuía diversos igarapés que o dividiam em poções de terra. Por esse motivo, a população se locomovia por meio de pequenos barcos para se dirigirem ao mesmo bairro, a outros bairros e ao centro da cidade ²⁴ (AMAZONAS, p. 1985).

Por muitos anos a população do bairro de Aparecida foi excluída das maravilhas e dos meios de transportes que eram usufruídos no centro. Entretanto, na segunda década do século XX, os trilhos do bonde foram instalados até certa parte do bairro. A empresa Manaus Tramways realizava trajetos no qual os bondes partiam da estação Praça XV de Novembro²⁵ passando pela Av. 7 de Setembro, Eduardo Ribeiro indo até o Palácio da Justiça. O bonde seguia pela rua 10 de julho, Alexandre Amorim e terminava no final da Wilkens de Matos. Outros três bondes faziam o percurso semelhante entre o centro da cidade e o bairro de Aparecida (AMAZONAS, 1985, p. 23).

Acredita-se que o motivo da instalação dos trilhos do bonde tenha estreita relação com a fábrica Cervejaria Miranda Corrêa, uma vez que a empresa pagava para usufruir do transporte para a locomoção de seus produtos até o porto de Manaus, e assim enviar as cervejas para outras cidades. Além do centro, o bairro de Aparecida era o único a usufruir dos serviços de bonde, conforme os registros documentais.

²⁴ Esse método de transporte foi utilizado até o final do século XX substituindo muitas vezes o trânsito da cidade.

²⁵ Conhecida popularmente como Praça da Matriz.



Imagem 02: Transporte da cerveja em Bonde. Fonte: Baze, 1997, p. 52.

Retomando a discussão de periferia dentro dos conceitos de Benevolo (2011), os moradores do bairro de Aparecida reconhecem as peculiaridades da constituição de suas casas, no qual afirmam “(...) A proximidade das casas é tanta que os moradores podem trocar ideias de suas próprias janelas sem precisar atravessar a rua.” As ruas, muitas vezes estreitas dão a semelhança de vilas. As casas se misturam em estilos e cores variadas, algumas são altas e outras baixas, de madeira ou de alvenaria, fazendo da rua um verdadeiro aproximar de lares (AMAZONAS, 1985, p. 29).

Na cidade da qual cresce a população de forma numerosa e em pouco tempo, os espaços se modificam rapidamente. As casas, antes apresentando um considerável espaço, sofrem transformações, diminuindo os espaços de circulação de ar e quintais para abrigar mais moradias – muitas vezes constituídas pelos próprios familiares – mesclando casas de madeira e de alvenaria, constituindo uma nova paisagem urbana.

As casas dos bairros periféricos de Manaus no século XIX e início do século XX seguiam um modelo arquitetônico singular visível até os dias atuais em alguns bairros da capital. As casas eram constituídas de um só piso, possuindo poucos cômodos. Construídas de madeira, podiam ser casas flutuantes ou não. De acordo com Alencar (1985, p. 11), as

residências possuíam a cobertura de “palha e zinco, de chão de barro batido e paredes de taipa”, algumas eram semelhantes a barracões, poupando o custo do material.

Com o surgimento dos bairros, sem nenhuma estrutura e com poucos materiais, a ocupação do solo foi-se dando de forma desorganizada, não seguindo nenhum princípio de segurança ou conforto. As casas eram acomodadas se ajustando a geografia do espaço, construindo-se casas em barrancos, na orla do rio ou por cima de córregos d’água.

Por motivo de proximidade, separados pelo igarapé que leva o mesmo nome do lugar, o bairro de São Raimundo Nonato, conhecido popularmente como São Raimundo, possui histórias interligadas com o bairro da Aparecida. Ambos foram fundados²⁶ para abrigar a população pobre que manchava a imagem da cidade ideal para o comércio da borracha.

O lugar para a constituição desses dois bairros era um espaço de vegetação densa, de difícil acesso e parte de seus territórios banhado pelo Rio Negro (SOUZA, 2008, p. 13). Para o governo não perder o controle populacional, requereu a ajuda da Igreja Católica, que fundou uma igreja em cada bairro periférico. No caso do bairro de São Raimundo, o Governo doou um total de 380.000 m² à Arquidiocese de Manaus, repassando para o Seminário São José. A partir de então, todos os moradores que possuíam casas nesse espaço passaram a pagar uma certa quantia mensal denominada “foro da igreja” pelo uso do território (SOUZA, 2008, p. 17). Pela participação ativa da Igreja Católica, tanto o bairro de Aparecida como o de São Raimundos são descritos possuindo numerosa população de devotos católicos.

Pelo vegetação densa descrita dessas regiões, o corte de madeira era praticado como atividade econômica. A menção de madeiras não é incomum nos relatos desses bairros, incluindo também o bairro da Glória. A madeira era levada por barcos menores e canoas para o abastecimento de navios a vapor no porto da cidade (SOUZA, 2008, p. 18).

A principal atividade econômica exercidas nesses bairros até 1905 era o gado, porcos, galinhas, pequenas plantações, carnes (através do matadouro do bairro da Glória) e madeireira. Por serem bairros pobres e isolados do centro, possuíam pequenas mercearias e quiosque para a manutenção básica (ALENCAR, 1985, p. 12).

Além do proletariado, muitas pessoas que estavam doentes e não possuíam condições financeiras para se manter no centro eram enviadas para os bairros, ocasionando muitas vezes em surtos de enfermidades. As doenças conhecidas pelo extermínio de boa parte da população

²⁶ Ambos os bairros já possuíam população desde a primeira metade do século XIX, entretanto era considerada zona rural. Somente nos últimos trinta anos do século XIX que passa a ser enviados os pobres, índios, mendigos, trabalhadores, entre outros, a mando das políticas públicas para habitar essas áreas.

desses bairros e do centro foram a varíola (tendo surtos em 1884, 1888 e 1895), a gripe espanhola (1918) e a gripe da bexiga (1923) (SOUZA, 2008, p. 18).

A alimentação da população se baseava em carne vermelha e branca, peixes e da caça. Conforme Souza (2008, p. 18), por haver um matadouro bovino no bairro da Glória, os trabalhadores que realizavam o trabalho do abate sempre traziam os restos dos animais em bacias para casa para alimentação. Homens, mulheres e crianças trabalhavam no matadouro “quase sempre em troca de comida” (SOUZA, 2008, p. 18). Os restos serviam para alimentação própria ou para comercializar com os vizinhos. Assim, foram sendo criados pratos comuns para compor a alimentação da população no início do século XX, como a buchada de boi.

Mesmo os bairros apresentando características históricas semelhantes, havia pequenas características que diferenciavam as populações. Dentro dos relatos contidos da Família Mestrinho na obra de *Série Bairros de Manaus Aparecida*, observa-se a descrição de que popularmente os jovens do bairro de Aparecida não podiam se relacionar de forma amorosa com jovens dos bairros de São Raimundo e da Glória, pois provocava enormes contendas entre as famílias e os moradores dos bairros (AMAZONAS, 1985, p. 29). Isso se dava porque os moradores possuíam rivalidades acendendo a preconceitos familiares.

Apesar disso, os moradores de ambos os bairros usufruíam de uma área de lazer em comum: o igarapé do São Raimundo. Na maior parte dos bairros não possuíam água encanada na primeira metade do século XX, para isso o poder público disponibilizava algumas torneiras comunitárias (limitadas até duas por bairro). A higienização da população e a lavagem de roupas eram feitas nas beiras dos igarapés (ALENCAR, 1985, p. 49). Por não se aplicar por falta de fiscalização, a política de higienização do centro não eram obedecidas nessas regiões.

Outro fator a se levantar é que, por ser um bairro pobre e longe do centro, as crianças dos bairros periféricos não possuíam acesso a educação. Isso esteve presente na proposta de Robert Owen e Charles Fourier na Europa para a constituição de um bairro operário planejado, localizando em regiões estratégicas a construção de escolas primárias e secundárias, uma vez que não haviam nos bairros distantes (GARNIER, 1989, p. 13). Em Manaus no final do século XIX, as escolas estavam estabelecidas na região central, impossibilitando o acesso das populações pobres a ingressar na educação. A igreja Católica era a responsável pela educação nas periferias da cidade, ensinado o básico da educação vinculado a região através de padres e freiras.

As promessas de construção da ponte que ligaria o bairro de Aparecida com o de São Raimundo iniciaram em 1917. Entretanto, pela crise econômica enfrentada pelo Estado, somadas com a falta de mão de obra, a ponte só foi concluída em 1987. De acordo com Ellza Souza (2008, p. 28), a obra foi um desperdício de dinheiro público, uma vez que os alicerces de concreto foram instalados em 1930, entregando a ponte somente 50 anos depois. Conforme a autora consta-se um suposto relato de um trabalhador da fábrica da cervejaria Miranda Corrêa que, na visita do presidente Getúlio Vargas à fábrica, ao olhar pela janela questionou “mas onde está a ponte?”. Anos antes o Governo já havia enviado verbas públicas para a construção da mesma, entretanto por um erro no projeto, se fez necessário a exclusão das colunas de alicerces, que anos mais tardes foram aproveitadas para uma oficina de barcos (SOUZA, 2008, p. 28).

O bairro de Aparecida, por sua proximidade geográfica com o centro, foi a zona escolhida para sediar a primeira grande fábrica da cidade. A escolha de optar pela construção em um bairro periférico baseava-se nas situações ocorridas nas cidades europeias durante da Revolução Industrial. Como um grande fluxo de migração se locomovendo para as grandes cidades, ocorreu as especulações imobiliárias, se tornando mais custoso a moradia e a constituições de fábricas na área central. Somados a esses fatores, as fábricas precisavam de um espaço maior e de livre acesso aos recursos naturais, como rios e lagos, com baixa poluição, comuns em zonas periféricas. Outro ponto positivo nas instalações de fábricas em bairros pobres era levar as fábricas onde havia trabalhadores, diminuindo as distâncias entre casa e trabalho, e afastando as empresas do centro, uma vez que “as fábricas perturbam as casas com as fumaças e o ruído, poluem os cursos de água, e atraem um trânsito que deve misturar-se com o das casas” (BENEVOLO, 2011, p. 566).

Assim sendo, era benéfico para o poder público da cidade de Manaus apoiar a ideia de constituir a fábrica na periferia, transformando os desocupados em trabalhadores, aumentando os fluxos de operários para o bairro de Aparecida e os demais bairros adjacentes.

A pesar do bairro de Aparecida iniciar-se pela a exclusão de pessoas que manchavam a imagem da cidade ideal, logo passou a possuir características de bairro industrial após a abertura da fábrica, atraindo trabalhadores a morar mais próximos do trabalho e fundando vilas operárias. Dessa forma, alguns anos mais tarde o bairro fica conhecido como “Bairro dos Operários”.

3. FÁBRICA DE CERVEJA AMAZONENSE MIRANDA CORRÊA & CIA.

A indústria, símbolo do capital, já havia chegado no Amazonas no século XIX através do extrativismo econômico da borracha. Entretanto, muita coisa ainda estava por vir na história da cidade. A Manaus da *Belle Époque* já havia se preparado para integrar-se como parte importante do mundo capitalista representando o Brasil na extração da borracha. Suas ruas, seus prédios e a forma de pensar da elite estavam em concordância com tudo de “belo” que o capitalismo poderia trazer. Assim sendo, a construção de uma fábrica imponente não estava tão distante na virada do século.

3.1. A família Miranda Corrêa e o comércio

Com a atividade extrativista da borracha em expansão no final do século XIX, vieram a Manaus a família Miranda Corrêa em busca de investimentos que aumentasse seu patrimônio financeiro. A família já possuía certos recursos financeiros, mas buscava investir em empreendimentos que somassem seu capital.

Vindos de Belém, chegaram a Manaus e logo constituíram residência no bairro de Nossa Senhora de Aparecida. Apesar de Aparecida ser um bairro periférico, a residência da família se destacava, pois era uma mansão situada ao lado da igreja de Nossa Senhora de Aparecida (AMAZONAS, 1985, p. 31).

A família era numerosa e cada um dos filhos recebeu a melhor educação diante da condição financeira que possuíam, chegando a estudarem no Rio de Janeiro para completarem os estudos universitários. Alguns retornaram para Manaus e Belém, outros decidiram migrar para outras cidades brasileiras.

Em Manaus, os irmãos Antonino Carlos, Altino Flávio, Luiz Maximino e Deoclécio Carivaldo fundaram uma sociedade na qual resultou na fábrica de “Gelo Cristal”.²⁷

As carreiras seguidas pelos sócios eram diversas, Altino Flávio era almirante da Marinha, Antonino Carlos era engenheiro, Deoclécio era médico e Maximino era advogado (BAZE, 1997, p. 63).

Antes da fundação de micro cervejarias na cidade, a cerveja era importada de outros estados brasileiros e de países que possuíam interesses comerciais na Amazônia. As cervejas internacionais mais consumidas em Manaus eram de procedência inglesa e alemã.

²⁷ O número de irmãos era maior, entretanto somente esses quatro se tornaram sócios neste empreendimento (BAZE, 1997, p. 63).

De acordo com o estudo de Dantas (2016, p. 7), o público consumidor nacional apresentava preferência as cervejas alemãs que chegavam ao Brasil em caixas e garrafas, ao contrário da cerveja inglesa que em sua maioria eram importadas em barris.

Em Manaus, os navios traziam caixas de cervejas e barris de choop para serem comercializados no porto da cidade (AMAZONAS, 1985). As mercearias e demais estabelecimentos que trabalhavam com o setor de A&B (alimentos e bebidas), negociavam os produtos para revendê-los em seus comércios no centro da cidade.

Referente a esses espaços de comércio onde a cerveja era negociada na capital amazonense, há registros da Merceria Braguinha, na qual oferecia “vinhos finos e do pasto, licores, cerveja de diferentes marcas (...)” (A EPOCHA, 1889, p.4).

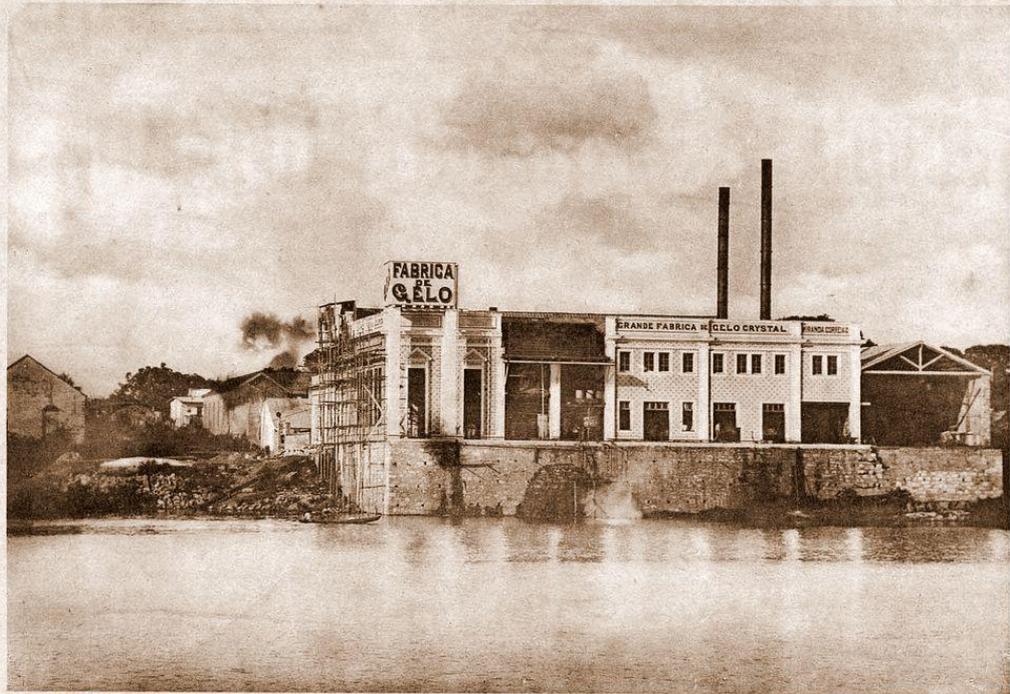
Alguns desses comércios ofereciam espaços para os clientes consumirem os produtos, como no caso da Merceria Abelha de Ouro que buscava oferecer a seus clientes “um local muito arejado onde os apreciadores podem tomar seu copo de cerva a sua satisfação” (AMAZONAS COMMERCIAL, 1895, p. 3).

Ainda sobre o comércio da cerveja, o Almanach Adm Histórico Estatístico e Mercantil da Província do Amazonas (1884, p. 210) reporta sobre o custo do envio de “barrica ou caixa” de cerveja de Manaus para Santarém – PA e a distribuição das mercadorias nas demais cidades do interior do Amazonas.

A chegada das cervejas em Manaus se dava pelos barcos europeus, que traziam barricas para comercializar na cidade. Os principais fornecedores de cervejas eram os navios alemães que traziam as cervejas e o chope. , nos quais os que traziam chope. A família Miranda Corrêa comprava os barris e os armazenavam na fábrica de gelo (AMAZONAS, 1985, p. 31).

A Fábrica de Gelo Cristal foi fundada em 21 de fevereiro de 1905 através da empresa Miranda Corrêa & Cia., com capital de 1.600 contos de réis. A fábrica possuía capacidade de produzir 50 toneladas de gelo por dia. Através de mais investimentos, teve sua capacidade ampliada para 100 toneladas por dia (BAZE, 1997, p. 29).

Empresa de Gelo Amazonense
MIRANDA CORRÊA & C^a



VISTA GERAL DA FABRICA
MANAOS

Imagem 03: Fábrica de Gelo. Fonte: Courier e Billiter. Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas. 1910.

A escolha do local da construção da fábrica era a orla do Rio Negro, para absorção da água e fabricação do gelo. O transporte do gelo era feito até a mercearia que ficava na região central da cidade, na Av. Eduardo Ribeiro. Durante esse período a Avenida possuía diversos comércios, como lojas de roupas importadas, tabacarias, cafés e hotéis luxuosos.

O espaço da Casa de Schopps Gelo Crystal possuía mesas e cadeiras para os clientes consumirem seus produtos no lugar, servindo como local de encontros sociais.

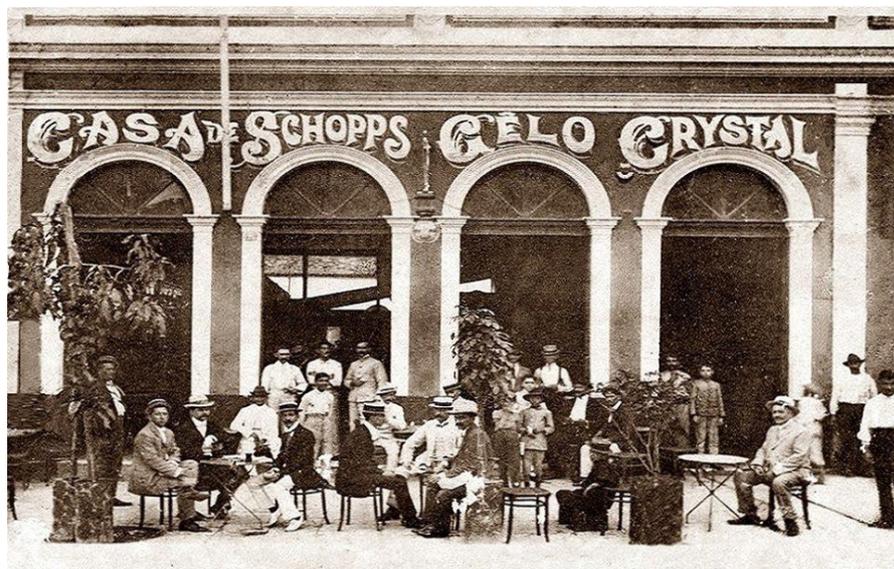


Imagem 04: Casa de Schopps Gelo Crystal. Fonte: Courrier e Billiter. Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas. 1910.

O Jornal do Commercio de 1905 realiza uma estatística do consumo de cerveja no mercado do norte do país, considerando os três primeiros trimestres do ano. A pesquisa realizada pelo jornal buscava questionar se o mercado de consumo cervejeiro em Manaus e Belém havia sofrido mudanças na importação causada pela inauguração de uma fábrica paraense.²⁸

Considerando os três trimestres do ano de 1905, a cervejaria paraense vendeu 23.887 caixas de cerveja. Durante o mesmo período, na cidade de Belém chegou através de navios²⁹ um total de 1.585 barris de cerveja fresca (shopp)³⁰, totalizando 51.755 mil litros.

Os dados foram obtidos da fábrica paraense considerando somente a cidade de Belém. Durante seus três primeiros meses a fábrica produziu 300.000 litros, enviando o para as cidades da região norte. Conforme a pesquisa do jornal, o consumo geral do Estado em nove meses (1904 – 1905) fora de um milhão de litros.

Referindo-se as cervejas que chegavam em Belém, o jornal apresentou dados, nomeando as cidades de origem das cervejas, destacando-se:

Rio de Janeiro, importando 14.307 caixas e 1.575 barris totalizando 463.546 litros;

Pelotas, importando 6.032 caixas, totalizando 173.720 litros;

Santos, importando 2.965 caixas, totalizando 85.394;

²⁸ A fábrica de cerveja paraense prometia “assenhorear-se” do mercado cervejeiro nacional no norte do país (JORNAL DO COMMERCIO, 1905, p. 2).

²⁹ Alguns dos navios transportadores de cerveja possuíam um frigorífico para o armazenamento da cerveja e do Shopp.

³⁰ O nome “Schopp” (conforme se escrevia na época) era considerada uma denominação vulgar e popular. Para especialista e comerciantes a nomenclatura dada era cerveja fresca (JORNAL DO COMMERCIO, 1905, p. 2).

Liverpool, importando 528 volumes, totalizando 15.206 litros;
New York, importando 30 caixas, totalizando 864 litros;
Hamburgo, importando 25 caixas e 10 barris, totalizando 970 litros.

As cervejas estrangeiras eram transportadas em sua maioria pelas companhias Hamburgueza e Booth Line.

As despesas para o transporte, descargas, direitos de entradas no mercado, despachos, frigoríficos terrestres dificultavam o consumo da cerveja nacional para todo território (JORNAL DO COMMERCIO, 19 de novembro de 1905). Assim, apesar de ser custoso a montagem de uma fábrica, a ideia atraía a atenção de alguns investidores, que visavam fornecer o produto para as regiões próximas, como foi o caso da Cervejaria Paraense suprindo o mercado nacional no norte do Brasil.

A cerveja nacional mais consumida em Belém durante o período da pesquisa do Jornal do Commercio foi a da Companhia Cervejaria Brahma, com a maior soma de consumo com 463.646 litros. A cerveja estrangeira mais consumida durante os nove meses de análise foi a Stout Guinness, que vendeu um total de 17.000 litros (JORNAL DO COMMERCIO, 1905, p. 2).

Em Manaus, havia uma empresa representante da Companhia Brahma, em 1907, que recebia os produtos por navios e revendia no mercado local. A venda de cervejas se tornou um mercado tão lucrativo que passaram a existir quadrilhas especializadas na falsificações de logos nacionais, ocasionando em despesas para as companhias e para o Estado na detenção dessa mercadorias falsificadas (JORNAL DO COMMERCIO, 1907, p. 1).

No início do século XX, Manaus possuía micro cervejarias, como por exemplo, a Cervejaria da Matriz do proprietário Angelo Pellsrano (JORNAL DO COMMERCIO, 23 de outubro de 1908, p. 2).

Após observarem que o giro econômico da cerveja rendia lucros e movido pela ideia da abertura recente da Cervejaria Paraense, Antonino Carlos de Miranda Corrêa propôs aos irmãos e sócios a oferta de fundarem uma fábrica em Manaus, a partir do demonstrativo de lucros que a venda de cerveja rendia.

Para isso, o engenheiro viajou para a Alemanha, passando alguns meses estudando o mercado cervejeiro, os produtos para a exportação e o maquinário utilizado na época para a fabricação dos produtos (BAZE, 1997, p. 61).

Desde o século XIX, os investidores nacionais possuíam a prática de viajar ao continente europeu e aos Estados Unidos para conhecerem os mercados de consumo e as tecnologias disponíveis a fim de adquirirem conhecimento e implementarem no Brasil.³¹

Com o comércio se aquecendo pela economia gomifera no final do século XIX, e o aumento do consumo da cerveja na cidade, Antonino Carlos Miranda Corrêa juntamente com seus outros três irmãos e sócios, idealizaram a construção de uma cervejaria em 1905, buscando expandir a fábrica Gelo Crystal (AMAZONAS, 1985, p. 31).

3.2. A construção da fábrica

De acordo com BENEVOLO (1987), as indústrias no século XIX passaram a desvalorizar a construção de fábricas nas regiões centrais das cidades, dispersaram-se assim, pelas periferias e limites das cidades em busca de construir grandes espaços para as oficinas cerca de cursos de águas e das minas de carvão, tão necessários para alimentar as máquinas.

Em busca de espaços livres, terrenos com baixo valor imobiliário e com pouca fiscalização do uso do território, a fábrica da cervejaria foi fundada em bairro periférico, iniciando o “Distrito Industrial do bairro dos Tocos” (BAZE, 1997, p.3).

Para que o abastecimento de água chegasse na fábrica para a fabricação da cerveja se fez necessário instalar a empresa cerca da orla do Rio Negro, no qual poderia ser feito a absorção da água através de tubulações da própria fábrica. Após a aquisição do terreno, ficou determinada a construção da fábrica no bairro dos Tocos (CORRÊA, 1969, p. 50).

Tais mecanismos já eram familiares aos sócios Miranda Corrêa, uma vez que utilizavam o mecanismo de absorção de água do Rio Negro para a fabricação de gelo.

³¹ Dr. Carlos Chagas em depoimento à Ilustração Portuguesa de 16 de julho de 1913 *apud* Baze, 1997, p. 61.



Imagem 05: Cervejaria Miranda Corrêa. Fonte: Instituto Durango Duarte, 2017.

De acordo com Baze (1997, p. 63), o projeto da construção da fábrica foi feito na França, para isso Antonino Carlos viajou para a Europa realizar pesquisas do então atual mercado cervejeiro, estudando as novas tecnologias de fabricação da época.

Os estudos de Antonino Carlos resultaram em diversas viagens ao continente europeu, em especial para a França e Alemanha. Para a aquisição de todo o equipamento da fábrica, foi necessário ir à Alemanha buscar pessoalmente o material (BAZE, 1997, p. 63).

Apesar de possuírem a ideia de fundarem uma empresa manauara, os sócios se deparam com políticas públicas e concorrentes de outros estados que não gostariam de dividir o mercado cervejeiro, neste caso a Cervejaria Paraense que dificultou as aprovações necessárias para fundar a fábrica em Manaus (BAZE, 1997, p. 17).

Para não permitir concorrência futuras, a Cervejaria Paraense fundou um plano aprovado pelo Congresso Legislativo do Estado do Amazonas no final do século XIX, o qual previa a autorização da empresa de fundar uma fábrica idêntica na cidade de Manaus, de forma a monopolizar o mercado na região norte. Em 1909, o Congresso negou a renovação do plano através do deputado Coronel Raul de Azevedo, possibilitando os sócios Miranda Corrêa a requererem a permissão de estabelecer na cidade um fábrica de Cerveja de grande porte (BAZE, 1997, p. 17).

Após o preenchimento de todos os requisitos e a aprovação do Estado, iniciou-se os preparativos para a construção da fábrica. Para os tijolos, foi fundado pela sociedade Miranda

Corrêa & Cia. uma olaria no Careiro da Várzea, para o fornecimento de tijolos na construção da fábrica, seguindo as recomendações do engenheiro e do mestre de obras.

Para o assentamento da Pedra Fundamental, mandou-se fazer uma espátula de construção em prata, simbolizando uma nova era na industrialização da cidade. Assim, em 20 de fevereiro de 1910 se realizou um evento comemorando o início da construção da Fábrica de Cerveja Amazonense (BAZE, 1997, p. 30).



Imagem 06: Espátula de Prata. Fonte: Baze, 1997, p. 30.

Em 12 de outubro de 1912, foi realizada a inauguração oficial da fábrica, iniciando as atividades industriais. A princípio a fábrica produzia cerveja e chopp em barris. Conforme Baze (1997, p. 53), a obra apresentava:

tal envergadura na sua época, a moderníssima construção para os padrões até então conhecidos, o espírito pioneiro do empreendimento, aliado à condição de única empresa de tal porte na época, provocou a vinda do então eleito Presidente da Republica, Dr. Washington Luis, para inaugurá-la.

Nos primeiros anos de funcionamento da fábrica, o mercado consumidor da cidade de Manaus foi favorável diante do novo produto, resultando lucros e exportando a cerveja em pouco tempo. As cervejas engarrafadas possuíam um bom publico na cidade e nos municípios próximos. Dentro de poucos anos passou a ser fornecida em outros estados e internacionalmente, chegando a Europa através dos navios a vapor (BAZE, 1997, p. 39).

O espaço mais popular de fornecimento das cervejas da empresa na cidade de Manaus era a Casa de Chopp, situada na Avenida Eduardo Ribeiro (BAZE, 1997, p. 39).

A fábrica possuía inicialmente quatro rótulos, tendo estilos de cervejas diferenciadas para oferecer. A mais popular na cidade era a X.P.T.O., mas também ofereciam a Cerveja Amazonense, Cerveja Sublime e a Cereja Yankee, essa última lançada após a Primeira Guerra Mundial (BAZE, 1997, p. 39).

Durante o período da Primeira Guerra, em 1914, o giro do capital financeiro e as vendas diminuíram, reduzindo o ritmo de investimento e produção (MELO, ARAÚJO, MARQUES, 2003, p. 544). A situação econômica afetou todo o mercado nacional, incluindo o setor de bebidas, diminuindo a produção por falta de matérias primas, como o lúpulo, que vinha do exterior.

Antonino Carlos assumiu como diretor da fábrica de gelo e da cervejaria. Um dos projetos de extensão da fábrica visava o aumento de ofertas de seus produtos. Em pouco tempo buscou-se produzir refrigerantes tendo como base o guaraná oriundo de Maués que possuía “cor-de-rosa, e não tinha este gosto açucarado do guaraná atual do Amazonas” (BAZE, 1997, p. 53).

Nos anos seguintes, Antonino Carlos viajou para New York na tentativa de expandir os negócios, no qual buscou instalar uma fábrica de Guaraná do Amazonas nos Estados Unidos, mas teve que desistir da idealização e voltar para Manaus pelo motivo de uma epidemia de paralisia infantil que adquiriu um de seus filhos (BAZE, 1997, p. 64).

Além das residências que possuíam em Manaus, a família também possuía um palacete na cidade de Belém. Atualmente o palacete se encontra abandonado e tem sido temas de constantes debates na Universidade Federal do Pará. A residência possui insígnias em relevo com as iniciais da família compondo a fachada do imóvel. A residência é germinada, na qual à esquerda era de Luiz Maximino e da direita de Antonino Carlos. Conforme a matéria do Laboratório Virtual de Arquitetura e Urbanismo

Maximino e Antonino tinham como irmão mais velho o médico Deoclecio Carivaldo e mais moço o também médico Carolino; eram irmãos do contra-almirante Altino Flávio nascido em Belém em 26 de setembro de 1865 e morto de *syncope cardiaca* em 26 de maio de 1915 no Rio de Janeiro, cinco anos após o lançamento da pedra fundamental da Fábrica de Cerveja Amazonense que seria inaugurada em 12 de outubro de 1912 em Manaus à margem do Rio Negro (...).³²

³² Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Laboratório Virtual – ITEC. In: O Palacete Miranda Corrêa. Universidade Federal do Pará: 08 de fevereiro de 2017. Disponível em <<https://fauufpa.org/2017/02/08/o-palacete-miranda-correa-de-maximino-e-antonino/>>. Acesso em 12 de junho de 2019.

Além dos investimentos já mencionados, Antonino Carlos fundou em 1917 o jornal *Imparcial*, também de propriedade da Companhia, no qual era diretor e escrevia matérias regularmente. No jornal apresentava tanto a propaganda da empresa e demais comércios, como também era utilizado para alavancar a família em meios políticos, tal qual consta na edição de 1 de fevereiro de 1918, no qual lança a campanha do Dr. Carolino de Miranda Corrêa para deputado Federal. Conforme Antonino, parte dos recursos da venda do jornal era destinada a compra de uma ambulância a ser oferecida ao governo do Amazonas. O *Imparcial* conseguiu arrecadar 965\$200 (novecentos e sessenta e cinco mil e duzentos) contos de reis, tendo a colaboração de outros donativos, incluindo o da Companhia Miranda Corrêa & Cia.³³

Antonino Carlos veio a falecer em Lisboa por motivos de enfermidade, vindo a assumir a diretoria da fábrica seu irmão, Maximino de Miranda Corrêa (BAZE, 1997, p. 63).

Após a posse de Maximino como diretor da fábrica, iniciou-se uma nova estratégia para o alcance dos produtos ofertados a população de Manaus. A cervejaria passou a atuar de forma incisiva nas festas populares da cidade, promovendo o marketing de seus produtos. Um exemplo de sua participação está nos carnavais da cidade, onde a Companhia produzia seus próprios carros alegóricos visando a promoção de seus produtos.



Imagem 07: Carro alegórico no carnaval de Manaus XPTO. Fonte: Baze, 1997, p. 80

Durante o período de carnaval realizavam-se sorteios em nome da fábrica, na qual doavam caixas de cerveja para a população (AMAZONAS, 1985, p. 45).

³³ A informação está presente na edição do jornal *Imparcial*, dirigido pelo Dr. Antonino Corrêa. Anno 1. Número: 41. Manaus: 3 de fevereiro de 1918.

Uma das estratégias também usadas é o envolvimento de toda a família nas festas de carnaval. Para isso, ordenavam as melhores confecções nos carros alegóricos realizando a propaganda dos produtos da fábrica na qual a família desfilava pela cidade.

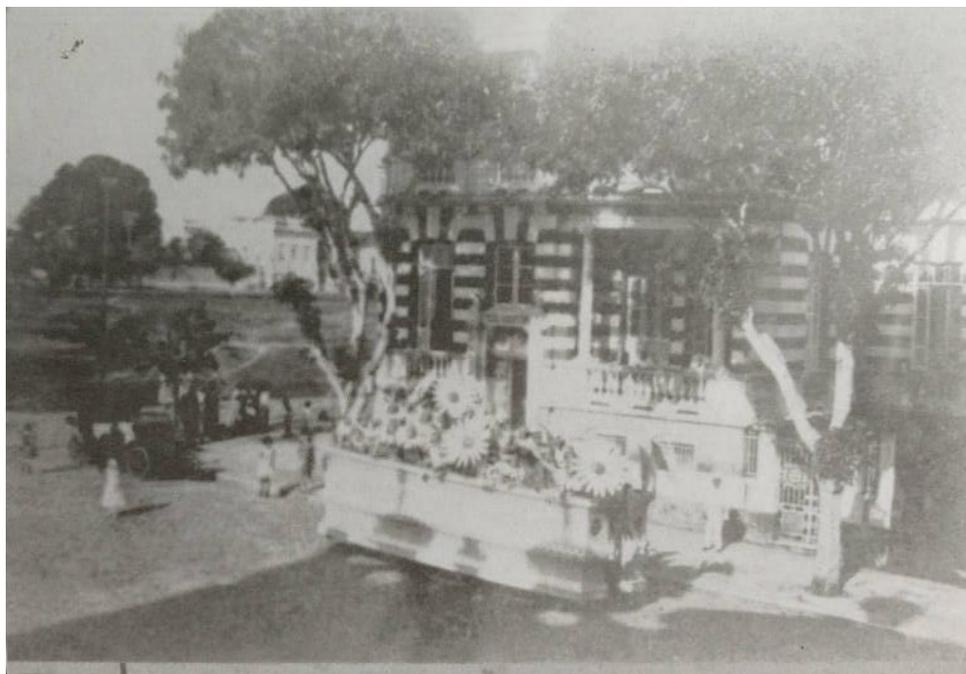


Imagem 08: Carro alegórico no carnaval de Manaus. Fonte: Baze, 1997, p. 90.

Observa-se nesta ultima imagem o carro alegórico com decoração de flores na frente da antiga residência de Maximino de Miranda Corrêa, na qual aparecem crianças admirando as confecções. A residência foi demolida, dando lugar atualmente a um edifício residencial.



Imagem 09: Palacete Miranda Corrêa. Fonte: Instituto Durando Duarte, 1918.

Além de possuírem participação ativa nas comemorações carnavalescas populares, a família também estava presente nas festas particulares da alta classe.



Imagem 10: Norma Miranda Corrêa e Fernando Mello Vianna. Fonte: Vida Doméstica, 1938.

Na imagem, vemos a Norma Miranda Corrêa, filha do capitão Miranda Corrêa, juntamente com Fernando Mello Vianna, filho do Dr. Mello Vianna, fantasiados para a festa de carnaval em 1938.

Outro registro fotografico da Revista Vida Doméstica na edição de maio de 1942, retrata a esposa do Dr. Acrizio de Miranda Corrêa, juntamente com a Sra. Isac Benzecry, sra. Gama e Silva e sra. Alfredo Bessa. A imagem foi tirada no baile de gala carnavalesco na

cidade de Manaus. Na ocasião, as damas estavam fantasiadas com referência ao filme *Rebecca, a mulher inesquecível* de 1940, dirigido pelo diretor Alfred Hitchcock.



Imagem 11: Baile de gala carnavalesco. Fonte: Revista Vida Doméstica, 1942, p. 44

Outra estratégia de marketing utilizada pela fábrica era através de folhetos impressos, divulgando produtos, principalmente a cerveja XPTO, pois era o produto mais consumido. Além das propagandas gerais, a empresa também empenhava-se por realizar o marketing temático dependendo da época do ano. Na imagem a baixo, analisa-se duas propagandas:

Grande Cervejaria Amazonense

DE

Miranda Correia & Comp.

O mais moderno e bem montado estabelecimento da America do Sul. O máximo ASSEIO e HYGIENE juntamente com o emprego de MELHOR MATERIA PRIMA existente tornam os seus productos os melhores do Brazil.

As nossas marcas

YANKEE – AMAZONENSE – X. P. T. O.

Não têm rival

Preços para Manaos: YANKEE e X. P. T. O.

Para revendedor, 12 garrafas 8\$000	Para particulares. 10\$000
---	------------------------------------

SCHOPP	Guaraná Legítimo
	(em garrafas de Perrier)
Copo pequeno. . . \$300	Uma duzia 3\$500

CERVEJARIA AMAZONENSE de MIRANDA CORRÊA & Ca.

MANAOS

Imagem 12: Recorte de Jornal. Fonte: A Capital, 18 de dezembro de 1917.



Imagem 13: Original “Art Decor” Fonte: Century’s, 2016.

Esta ultima imagem, mostra-se a propaganda da Fábrica de Cerveja Amazonense, no papel original dentro de uma moldura que foi a leilão no Rio de Janeiro em 15 de junho de

2016. A obra é de André Loir (França, início do século XX), na qual apresenta o cartaz de propaganda, com a assinatura do autor. A obra foi vendida com certificado de originalidade.³⁴

3.3. O Edifício

Os edifícios fabris construídos no início do século XX na Europa, passaram por transformações influenciadas pela arquitetura industrial americana. A inclusão de novos materiais nas edificações mostrou-se útil e apresentavam uma estética bastante solicitada nos desenhos arquitetônicos fabris. Conforme Rebelo (2012, p. 37), a estreita relação da construção com a estética será fundamental no caráter único desses edifícios. Isso porque as necessidades específicas de cada fábrica em termos de função do espaço, bem como as técnicas construtivas a se utilizar diferenciam os edifícios industriais.

Com a produção em escala industrial do ferro fundido e a seguir o ferro forjado (seguindo o aço e concreto), foi possível a substituição da madeira por esses metais na construção possibilitando a construção de edifícios mais altos (SÁLES, 1995, p. 2).

A utilização de materiais como o ferro, e mais tarde o cimento, disseminaram-se graças às questões econômicas associadas ao seu uso, em parceria com as claras vantagens estruturais que apresentam (REBELO, 2012, p. 37). A importância do desenho nesses edifícios é o que mais chama a atenção desde suas construções. A mistura da arquitetura industrial e moderna deu uma nova aparência aos edifícios.

Para Baze (1997), o edifício da Cervejaria Amazonense se assemelhava a um castelinho, no qual o autor declara “famoso e impotente o Castelinho” (BAZE, 1997, p. 45). Conforme o autor, a edificação da Cervejaria Amazonense Miranda Corrêa & Cia., distingue-se na paisagem urbana do bairro de Aparecida. A planta do edifício foi encomendada por Antonino de Miranda Corrêa na França, trazendo para Manaus uma edificação de cerca de seis andares.

Para o desenho do edifício, o arquiteto precisava de informações específicas da utilização do edifício, do maquinário, tamanho do terreno e, neste caso, estudar a estrutura do terreno que estava tão perto da orla do Rio Negro. Para isso Antonino de Miranda Corrêa precisou realizar uma previa pesquisa sobre o maquinário antes de mandar fazer a planta da fábrica.

³⁴ A obra de arte se encontra no site da Century's Arte e Leilões. Rio de Janeiro. V7.1. 2019. Disponível em <<https://www.centurysarteeleiloes.com.br/peca.asp?ID=52783#simple1>>.

De acordo com Sáles (1995, p. 1), as plantas das fábricas no início do século XX possuíam características específicas de acordo com a funcionalidade da fábrica. Para o autor, todas essas peculiaridades dos edifícios proporcionam significados particulares. Dentre estas, destaca-se a de “Edifícios Altos”, aplicadas a construções onde a altura é predominante no seu desenho. As ações horizontais juntamente com o número de andares superiores agregam um determinado valor e significado ao edifício (SÁLES, 1995, p. 24).

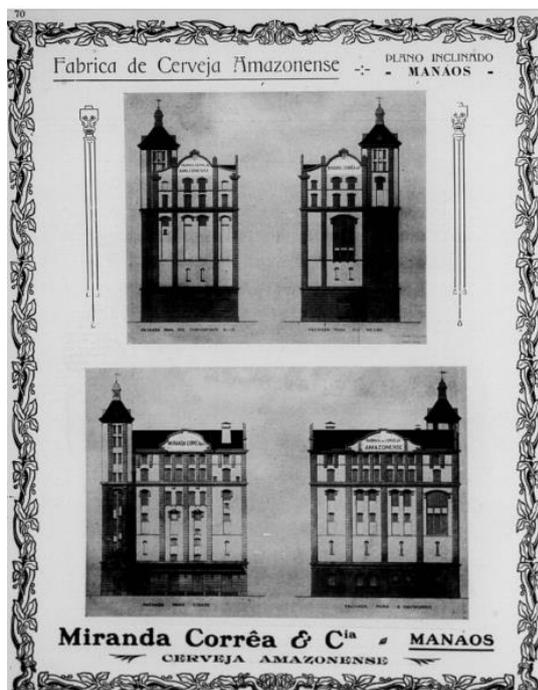


Imagem 14: Fábrica de Cerveja Amazonense. Fonte: Laboratório Virtual – ITEC. In: O Palacete Miranda Corrêa, 2017.

De acordo com Baze (1997, p. 45) a construção, de estrutura semi-metálica foi edificada para suportar o peso dos equipamentos em toneladas, permitindo a produção em grande escala. Diante da construção de tal estrutura tão cerca da orla do rio, o empreendimento foi considerado de grande dificuldade na época diante dos escassos materiais na cidade de Manaus.

Para Corrêa (1969, p. 50), o edifício da Cervejaria é uma bela e imponente construção “art-nouveau”, seguindo o modelo das cervejarias alemãs da época, representado em riquezas de detalhes uma construção industrial.

O edifício sofreu modificações desde a sua construção. As ampliações foram necessárias para o aumento da produção das bebidas. Na primeira metade do século XX, foi realizada uma obra de ampliação, construindo um salão ao lado do prédio principal. O salão era utilizado para eventos da empresa e da família, realizando bailes e festas de casamento da

família. Para a inauguração do espaço, o presidente da república Washington Luís foi o convidado de honra, vindo a Manaus em visita presidencial (BAZE, 1997, p. 65).

Para Corrêa (1969, p. 50), o edifício representou uma nova era do capitalismo na cidade de Manaus, no qual:

Vista de longe, lembra certo tipo de castelo renano, com sua bela tórre encimada por beirais de chumbo trabalhado. Nessa tórre foi instalado o primeiro elevador do Amazonas, (...). Anexo à parte principal do prédio, os escritórios, com escadarias de mármore e outras de ferro forjado, imensos terraços, salões com piso em “marquiterie” e forros de estuque pintado, e os salões de recepção outrora cenário de grandes almoços, jantares e recepções, quando a firma ou a família recepcionava visitantes ilustres, ou comemoravam datas do calendário familiar. Salões inaugurados pelo presidente Washington Luiz e que recepcionaram Getúlio Vargas em sua primeira viagem ao Amazonas.

Os eventos familiares, como os casamentos, eram realizados através de um ritual familiar e social que contava com a cerimônia civil no Palácio da Justiça, o religioso na catedral de Nossa Senhora da Matriz, seguido de um grande jantar no terraço da cervejaria e finalizando com o baile no salão adjacente (BAZE, 1997, p. 65).

No grande salão encontrava-se retratos familiares e documento de honra que a família Miranda Corrêa exibia, assim como móveis antigos, em sua maioria francêss, seguindo o estilo Luiz XIV (CORRÊA, 1969, p. 50).

A baixo segue a fotografia da cerimonia de casamento do 1º tenente do Exército Antonio Carlos de Miranda Corrêa, realizada nas dependências da cervejaria, destacado como “um acto que se revestiu de alta elegância” de acordo com a revista Vida Domestica (1929, p. 47).



Imagem 15: Cerimônia de casamento de Antonio Carlos Miranda Corrêa. Fonte: Vida Domestica (RJ), 1929, p. 47.

No relato de Ellza Souza (2008, p. 13), lembrando a sua infância e juventude no bairro de São Raimundo, a autora declara:

(...) Da janela eu admirava também o lindo castelinho do outro lado do rio, pintado de branco, com muitas janelas e no qual eu sonhava entrar um dia. Imaginava que ali era um local de luxo e *glamour*. Era a fábrica de gelo e Cervejaria XPTO, que pertencia à família Miranda Corrêa onde, em outros tempos, aconteceram grandes festas como num verdadeiro castelo alsaciano.

Conforme Corrêa (1969, p. 50), o edifício representa um patrimônio edificado para todos os habitantes, merecedor de visitas a todos que desejam. Para Baze (1997, p. 45), o “castelinho”, tombado como patrimônio histórico federal³⁵, destaca-se na paisagem da cidade até os dias atuais. “As caldeiras de cobre e a velha chaminé que durante muitos anos marcou o bairro com o compasso de seus apitos precisos e estridentes” (BAZE, 1997, p. 45).

3.4. A Cerveja

De acordo com Limberger (2016, p. 4), a produção de cerveja no Brasil foi implantada na colonização europeia, tendo grande interferência no século XIX pelos imigrantes alemães. Conforme aponta os registros históricos levantados na pesquisa de Lemberger (2016, p. 3), a primeira cervejaria brasileira data 1637 e foi instalada por Maurício de Nassau em Recife, que trouxe o maquinário rústico de madeira em um barco da Europa.

Ainda segundo a pesquisa da autora, foi somente em 1869, através do Diário de Pernambuco, que o Imperador Dom Pedro II notificou formalmente decretando ter sido Henri Joseph Leiden o fundador da primeira fábrica de cerveja no Brasil no ano de 1842. Em 1846 o jornal Imperial Colônia de Petrópolis fez a primeira estatística sobre a população informando sobre as atividades econômicas, constatando que, os 303 imigrantes da colônia alemã de Petrópolis estavam divididos em 32 profissões, dentre elas, um fabricante de cerveja (LEMBERGER, 2016, p. 3).

A primeira propaganda da cerveja como produto nacional consta no Jornal do Commercio da cidade do Rio de Janeiro, datada no dia 27 de outubro de 1836. Em 1850 já havia algumas fábricas de cervejas artesanais espalhadas pelo país, concentradas principalmente nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, região de imigração alemã (DANTAS, 2016, p. 6).

A produção da cerveja na primeira metade do século XIX se dava através de um modo de produção precário, no qual o maquinário não permitia o controle da fermentação. Os

³⁵ Apesar dessa informação ser defendida por BAZE, 1997, p. 45 não há documentos comprobatórios até o momento que afirme o tombamento do edifício, seja municipal, estadual ou federal.

fabricantes utilizavam barbantes para prender as rolhas das garrafas nas mesmas³⁶, interferindo nas diferentes pressões e no teor alcoólico da mesma produção que resultava em sabores diferenciados.

Pelo alto custo da importação do lúpulo e da cevada para a produção, algumas pequenas empresas passaram a testar a substituição desses produtos por outros cereais mais comuns no país, tais como arroz, milho e trigo tornando o sabor diferente das cervejas europeias.

Na segunda metade do século XIX ocorreu um aumento significativo na produção da cerveja nacional através de novos investimentos. O crescimento do mercado se manteve até a Primeira Guerra Mundial, período da qual as importações e exportações caíram em todo o país, ocasionando uma crise na economia.³⁷

A primeira grande indústria cervejeira conforme o modelo europeu surge no Brasil em 1870 por Friederich Christoffel em Porto Alegre, que em 1878 chega a produzir até um milhão de garrafas por ano (DANTAS, 2016, p.7). Apesar da grande produção, a cerveja no Brasil ainda possuía problemas técnicos na produção por dificuldades na importação da matéria-prima, mão de obra especializada e dos equipamentos, muitas vezes ineficientes diante da demanda do mercado.

Até o momento, a armazenagem e o transporte da cerveja se dava pela utilização do gelo, controlando a temperatura e a fermentação da cerveja. Em 1880, chegaram no Brasil as primeiras máquinas de refrigeração, facilitando a armazenagem e o traslado do produto por todo território nacional e permitindo um maior controle do processo de fermentação após a cerveja estar engarrafada (DANTAS, 2016, p. 7).³⁸

Com os avanços tecnológicos na Europa e nos Estados Unidos juntamente com a demanda dessas maquinarias ao Brasil possibilitou-se o surgimento de duas grandes fábricas existentes no mercado atualmente. Na década de 1880 instituiu-se a Brahma no Rio de Janeiro e a Antártica em São Paulo.

Com a concorrência da produção cervejeira nacional no início do século XX, o governo brasileiro cria uma exposição de premiações do produto produzido no país. O evento

³⁶ DANTAS, V. N. A trajetória da cultura cervejeira e sua introdução no Brasil. Universidade Federal de Juiz de Fora: Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2016. p. 6.

³⁷ Conforme Dantas (2016, p. 7), o período da Primeira Guerra Mundial afetou grandemente o mercado cervejeiro, uma vez que foi impossibilitado a importação da cevada e do lúpulo que eram oriundos da Austria e da Alemanha.

³⁸ De acordo com Dantas (2016, p. 7), foi durante esse período que o domínio da cerveja inglesa cai significativamente em decorrência de seu alto preço, tal acontecimento se deve à concorrência que surge com as cervejas nacionais que já eram produzidas no Brasil que, apesar de ter qualidade inferior, possuía um valor acessível para a população.

era realizado na capital, Rio de Janeiro, das quais eram convidados os fabricantes para expor o seus produtos. Na exposição levava-se em conta a tecnologia utilizada na fabricação e o sabor final do produto, resultando em uma competição anual dividido por segmentos, tal como mostra do Jornal do Commercio de 1907.



Imagem 16: Premio da Exposição Nacional. Fonte: Jornal do Commercio de 13 de Dezembro de 1908, p. 2

Na cervejaria Amazonense Miranda Corrêa, a fabricação da cerveja levava como base a cevada e lúpulo. Como matéria prima utilizavam produtos açucarados (para criar-se o teor em álcool), amido (de milho), lúpulo, fermento, ácido carbônico (para criar o gás) e água purificada (BAZE, 1997, p. 61).

Por Antonino haver buscado referências da fabricação na Alemanha, o primeiro produto da cervejaria se baseava na Escola Alemã, na qual levava água, lúpulo e cevada. Para a criação de variações da cerveja, a indústria acrescentou o modo de fabricação das demais escolas, sendo elas a Escola Britânica e Franco-belga.³⁹

A água utilizada na fabricação era extraída do Rio Negro, por esse motivo o edifício necessitava estar o mais próximo do rio. A extração e o processo de purificação da água eram realizados na própria cervejaria. A coloração final do produto chamou a atenção dos analistas, como no caso do Dr. Carlos Chagas:

Assistimos a análises químicas rigorosas, todas demonstrativos da ausência de substancias nocivas ao organismo humano; apreciámos a fermentação do líquido, examinámos as condições do fermento e observámos os processos de conservação e acondicionamento da cerveja. Em tudo notámos o mesmo zelo e o mesmo rigor de técnica que presidem a todos os trabalhos d'aquella indústria, organizada sob os moldes mais modernos das similares da Alemanha. (Dr. Carlos Chagas em depoimento à Ilustração Portuguesa de 16 de julho de 1913 *apud* Baze, 1997, p. 61).

Ainda conforme o depoimento do Dr. Carlos Chagas, a água purificada não encontrava nenhum vestígio de insalubridade. O sabor da água era doce, possuindo um gosto “magnífico”

³⁹ A Escola Franco-belga é o modo de fabricação de cerveja que visa as variações utilizando ingredientes tradicionais e até outros cereais, frutas e condimentos variados, garantindo gostos diversificados. A Escola Britânica aloca-se entre as Escolas Alemãs e Franco-belga, visando um amargor mais presente em consequência da utilização do lúpulo (BELTRAMELLI, 2014, p. 92).

dando um gosto singular a cerveja (Dr. Carlos Chagas em depoimento à Ilustração Portuguesa de 16 de julho de 1913 *apud* Baze, 1997, p. 61).

Devido aos equipamentos da época, a cerveja possuía sabores diferentes dependendo do lugar que fosse fabricada, não somente pelos ingredientes variados, mas também pela composição da água. Atualmente esse processo já pode ser modificado, uma vez que existem maquinários no mercado que permitem a modificação do potencial hidrogeniônico da água.

Conforme o Dr. Chagas, pela água ser adoçada e resultar em uma cerveja de sabor diferenciado é que permitiu a aceitação dos consumidores, mesmo a fábrica sendo nova no mercado (Dr. Carlos Chagas em depoimento à Ilustração Portuguesa de 16 de julho de 1913 *apud* Baze, 1997, p. 61).

Na metade do século XX a fábrica já possuía quatro rótulos de cervejas, apresentando estilos diferenciados para ofertar ao público. De acordo com Baze (1997, p. 39), a cerveja mais consumida na cidade de Manaus era a X.P.T.O., mas a cervejaria também oferecia a Cerveja Amazonense, Cerveja Sublime e a Cerveja Yankee, essa última lançada após a Primeira Guerra Mundial.

Nos carnavais, além dos carros alegóricos, a cervejaria lançava *single* de ritmo carnavalescos e letras contendo os produtos da empresa como forma de propagandear ao público. De acordo com o depoimento de Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, uma dessas composições carnavalescas dizia:

Seleta cerveja, que só ela seja
A bebida desse carnaval,
Saborosa, super fina,
Jóia fina primorosa.
Não descamba do seu forte
Quer do norte, quer do sul.
Ela é bamba cor de ouro,
Ela é Ouro Sobre Azul.
(BAZE, 1997, p. 67).

As cervejas eram vendidas desde as pequenas mercearias espalhadas nos bairros periféricos até a zona central, bairro considerado nobre. Nas memórias descritas de Amaro Vieira de Alencar (1985, p. 15), no Porto das Catraias, no São Raimundo, havia a mercearia de Pedro Pacheco no qual vendia dentre outros produtos, o tabaco de corda, as doses de paratí, o cocal e a cerveja X.P.T.O.

Para Thiago de Mello (2004, p. 120) a “cerveja mais gostosa que Manaus já teve” foi a cerveja XPTO da Cervejaria Amazonense. Ainda conforme o autor, além da XPTO a cervejaria também fabricava uma cerveja preta e outra denominada Ouro Sobre Azul. O escritor relata memórias de sua juventude no qual relata:

Recordo o carnaval de 1937: uma carro alegórico cheio de moças cantando ao redor de uma enorme garrafa da *Ouro Sobre Azul*. Dos quatro irmãos, Luiz Maximino foi quem mais esteve ligado à vida cultural e artística da cidade (MELLO, 2004, p. 120).

Anos mais tarde, o neto de Luiz Maximino, o poeta Anibal Beça, escreveu um poema referente a cerveja, no qual diz:

Despe-te e nada na cevada,
vê o trigo moendo na mó
a bebida decantada
dos louros cantões: XPTO.

Acre, servida gelada,
cerveja que tira o pó
ou lava a alma da amada,
companheira do que está só.

Loura suada arredia
ao sol, gelando a goela;
mais novo, o chope desfia
essa dor de cotovelo,
ângulo reto na mesa;
paixão, amor, em degelo.
(MELLO, 2004, p. 121).

De acordo com Alencar (1985, p. 30), a cerveja X.P.T.O. representa um simbolismo que o leva a memórias da infância e juventude, quando vivia no bairro do São Raimundo, no qual relata:

O natal passou a ser festejado quando a menina atingiu a adolescência, reunindo-se e cotizando-se, para a pequena festa ao som de eletrônica manual, com discos de 78, 33 e 45 rotações, na maioria som de bolero, na casa de João ou de Bartolomeu, não havia censura, tudo era válido e não havia os excessos de cerveja XPTO, da luminosidade do ambiente e dos agarramentos dos casais de namorados. (...) No dia da festa, 24 de dezembro, os patrocinadores cotizavam-se para comprarem uma grade de cerveja XPTO e outra de Brahma, além de salgadinhos e gelo (...) (ALENCAR, 1985, p. 30).

Nota-se nas citações mencionadas certo louvor e saudosismo quanto aos produtos da cervejaria como também à fabrica. Tais referências nos leva a um lado da história, mas não nos conta o todo. Tais memórias irão se de encontro com as memórias dos antigos trabalhadores da cervejaria. Para alguns a cerveja pode ser a representação de um produto “tipicamente” manauara, mas não se pode ignorar que trata-se de um modo de produção capitalista na qual visa a produção massiva e o acúmulo de bens, podendo resultar no trabalho árduo da classe trabalhadora.

O consumo da cerveja certamente estava orientado pelos valores interposto no marketing promovido pela empresa, juntamente com a preferência do público. A propaganda do consumo da cerveja era feita voltando-se ao consumo da cerveja regional, principalmente dos produtos da Cervejaria Amazonense. As experiências e sensações individuais descritas mostram que o produto passou a ser comumente consumido pelos habitantes de Manaus de diferentes classes.

3.5. A crise econômica

A primeira metade do século XX foi marcada pela reestruturação geopolítica adequando-se ao novo ciclo de expansão e desenvolvimento capitalista e pelo avanço qualitativo da divisão internacional do trabalho, consolidando a grande indústria e o capital monopolista (ANDER, 2012, p. 3).

Conforme o estudo de Bresser-Pereira (2016, p. 361), entre os anos de 1930 a 1980 ocorre a fase de fortalecimento econômico, marcado principalmente pelo acréscimo de indústrias no país. O maior impulso para esse sistema se dá nas modificações feitas na economia do país durante o governo de Getúlio Vargas.⁴⁰ Na década de 1960 o governo se adequou ao processo de exportação de manufaturados, entretanto o endividamento externo na década de 1970 contribuiu para a crise econômica do país em 1980 (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 367).

Na década de 1960 o sistema econômico capitalista no Brasil aprofundou-se na mão de obra para a produção. É durante esse momento economicamente instável que o governo brasileiro cria a Zona Franca de Manaus (MENDONÇA e FONTES, 2006, p. 27). De acordo

⁴⁰ Durante esse período, duas figuras políticas emergiram, sendo Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Em tais governos o Estado desempenhou um papel ativo na industrialização do país, protegendo a indústria nacional através de um regime de substituição de importações (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 367).

com Shiroma e Evangelista (2015, p. 20) a política educacional do Regime Militar sofreu modificações para auxiliar o modo de produção capitalista nacional.

Em 1970, estava como diretor da cervejaria o Dr. Dioclécio Corrêa, uma vez que Luiz Maximino havia abdicado do cargo para assumir como diretor da sociedade de poupança do Amazonas a “Amazon-Lar” (JORNAL DO COMMERCIO, 25 de abril de 1970, p. 1).

A administração da empresa nesse período estava constituída de nove pessoas com direito a voto, sendo que oito dos membros possuíam parentesco direto com a família Miranda Corrêa. O último voto pertencia ao maior acionista da empresa, também possuidor do cargo de 1º secretário da diretoria, o Sr. Raymundo Alves Tribuzy (JORNAL DO COMMERCIO, 2 de junho de 1970, p. 2).

Conforme mostra o Relatório da Diretoria, realizado em dezembro de 1969, o Balanço Geral juntamente com os demonstrativos de “Lucros & Perdas” mostrou que a empresa não estava bem economicamente, apresentando perdas econômicas, impostos do governo altos e acúmulo de mercadoria no estoque (JORNAL DO COMMERCIO, 15 julho de 1970, p. 5).

Devido à crise econômica do país, em 1970 a Cervejaria Amazonense Mirando Corrêa & Cia. encerrou sua produção de cerveja por motivo do alto custo da matéria-prima importada, continuando somente com a produção de gelo (BAZE, 1997, p. 4).

No mesmo ano o Grupo J. Macedo adquiriu grande parte das ações da empresa se transformando no maior acionista. O Grupo possuía como presidente o deputado federal José Dias de Macêdo, que veio do Ceará para concluir as negociações.

O interesse do Grupo J. Macedo em cervejarias já havia se concretizado anos atrás quando adquiriram a Cervejaria Astra no estado do Ceará. Conforme entrevistas dado ao Jornal do Commercio (1970, p. 11), o Grupo Macedo previa a reforma e aquisição de novo maquinário para a Cervejaria Amazonense, implantando o modelo industrial já utilizado na cervejaria adquirida no Ceará.

Assim, o grupo elaborou um projeto para a fábrica que consistia no aumento de produção e a compra de novas máquinas com capacidade de 50.000 litros anuais (BAZE, 1997, p. 4).

A proposta também previa uma nova cerveja para ser fabricada, na qual seguisse outros critérios de fermentação e armazenagem, mesclando os conhecimentos já utilizados na Cervejaria Astra com a Cervejaria Amazonense. O Grupo J. Macedo buscava implementar em Manaus “a mais moderna cervejaria da América Latina, utilizando para isso moderníssimos equipamentos totalmente importado da Alemanha.”, tal empreendimento seria possível com o

apoio já firmado da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, sendo a única cervejaria apoiada pelo órgão federal no Amazonas (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 de agosto de 1970, p. 3).

Durante esse período Manaus estava recebendo um novo contingente de imigração ocasionado pela inauguração da Zona Franca de Manaus, o que resulta em uma nova configuração social, política e econômica na região. Com o aumento das fábricas e do mercado de trabalho, o Grupo J. Macedo buscava inserir inovação na fabricação da cerveja e do guaraná, aumentando sua capacidade produtiva e a oferta dos produtos.

A empresa chegou a fazer mudanças e lançou no mercado manauara no mês de outubro de 1970 a cerveja Astra, da fábrica de Fortaleza. O Grupo J. Macedo realizou um jantar comemorativo no Rotary Clube no qual apresentou o novo produto (JORNAL DO COMERCIO, 17 de outubro de 1970, p. 3).

No ano seguinte o Grupo J. Macedo associa-se a Cervejaria Brahma. O projeto de extensão da fábrica sofreu modificações devido à essa sociedade, no qual buscou-se aumentar a produção de 160.000 litros anuais de cerveja e chopp, adquirindo-se os mais modernos equipamentos existentes (BAZE, 1997, p. 7). Em 1971, o projeto passou pela aprovação da Sudam⁴¹, com prazo de implementação e conclusão de dois anos (BAZE, 1997, p. 8).

Com a abertura da Carta de Crédito, em 1972, a corporação pode iniciar através de empréstimos, as obras devidas e as novas aquisições de maquinário. Em 28 de agosto de 1973, a empresa realiza a fabricação experimental da Cerveja Brahma Chopp. No mesmo ano, foi realizado o primeiro engarrafamento das cervejas da Brahma em escala industrial (BAZE, 1997, p. 8).

Após obter resultados favoráveis do mercado na região norte quanto aos produtos da Brahma, a empresa realizou em 1978 novos projetos de ampliação da fábrica visando a produção de 240.000 litros anuais. O projeto requereu a instalação de 14 tanques *out-door* cilindro-cônicos, nova adega para armazenar o fermento, o lúpulo e os demais ingredientes da brasagem, além do aumento do espaço na sala de brasagem. A aquisição do maquinário permitiu o aumento da capacidade de filtração temperaturas (BAZE, 1997, p. 8).

Com a aquisição de novas fábricas nacionais e internacionais, a Brahma através da Inbev adquiriu a compra de um terreno na Av. Constantino Nery, onde a fábrica está situada hoje. O edifício da antiga cervejaria Miranda Corrêa foi vendido a Companhia Heineken, o qual é proprietária do edifício até os dias atuais.

⁴¹ A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

A Companhia Heineken encerrou suas atividades no edifício no ano de 2013 e passou a atuar na nova fábrica localizada no Distrito Industrial. Atualmente o edifício passa por reformas para integrar nos novos planejamentos da empresa.

4. Patrimônio Industrial

O patrimônio cultural representa diferentes formas de expressão, tradição, significados e complexidades. Essa multiplicidade faz parte da identidade de pessoas, grupos, comunidades e etnias e podem ser distinguidas no cotidiano.

Os elementos valorizados de um patrimônio cultural parte da compreensão de seus significados e do desenvolvimento de novos olhares para a sua abrangência. A inclusão de aspectos que envolvam a identidade individual ou coletiva através do patrimônio requer análise de fatores como tradições, costumes e mudanças sociais. A mediação destes fatores correlacionados a memória e história dos lugares possuem características difundidas de significados da própria comunidade que está inserida. Através da perspectiva da comunidade é que se insere ou que se delimita o patrimônio. Por meio deste, as diferentes relações com o tempo e espaço indicam as percepções entre as tradições existentes e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. O modelo contemporâneo de classificação de patrimônios culturais busca identificação dessa diversidade, de modo que contribua para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo e coletividade (CASTRIOTA, 2009).

Ainda que se possa usar a categoria patrimônio em contextos diversos, é necessário adotar certas precauções. É preciso contrastar cuidadosamente as concepções do observador e as concepções nativas. Os seres humanos usam símbolos para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não somente para simbolizar, representar ou comunicar, mas também para agir. Essa categoria faz a sensível menção entre mortos e vivos, entre o passado e o presente, entre o céu e a terra (ABREU e CHAGAS, 2009, p. 31).

Para melhor entendermos e discutirmos o patrimônio industrial, precisaremos partir de conceitos básicos sobre o assunto. De acordo com Álvarez-Areces (2008, p. 6), patrimônio industrial tem adquirido um sentido que excede o estético para se converter em um conjunto de ordem temporal e espacial frente ao avanço do esquecimento e à perda da memória do lugar. Os valores paisagísticos, os vestígios industriais, a memória coletiva e a herança artística se misturam em um espaço contínuo. Para o autor, as fábricas, minas, residências e outros elementos da arquitetura industrial, os tecidos urbanos e rurais, o patrimônio gastronômico, as tradições e etnografias, os diversos ofícios e a história local, a música raiz, as memórias e os amplos elementos do patrimônio intangível convertem as paisagens pós-industriais em territórios museus (ÁLVAREZ-ARECES, 2008, p. 6). Para Silva (2009, p. 3),

“o patrimônio industrial é também a recolha e o tratamento de um patrimônio técnico de uma sociedade e de uma comunidade, e esse processo está sempre em transformação”.

A integração dos patrimônios industriais e os bens culturais é um desafio para as cidades e territórios atuais, principalmente aqueles que envolvem grandes centros urbanos. O patrimônio industrial é um fragmento, um objeto de memória coletiva. Os patrimônios industriais são atributos da Revolução Industrial que se convertem, em diferentes contextos, em *novos*⁴² bens culturais. De acordo com Álvarez-Areces (2008), compreender todos os restos materiais, bens móveis e imóveis, abarcam elementos da cultura material da sociedade industrial capitalista, constituinte de um desenvolvimento histórico pelas atividades produtivas e extrativistas do homem, bem como o testemunho das mudanças exercidas pela sua influência na sociedade como um todo. Para Silva (2009), o patrimônio industrial permite a transmissão de saberes técnicos, de uma forma de fazer juntamente com a memória dos envolvidos. O estudo sobre as formas de trabalho do passado pode contribuir para entendermos alguns dos problemas do presente.

Partindo de conceitos desenvolvidos acerca do patrimônio industrial, adquirisse então uma compreensão das diversas dimensões que o englobam, sua importância e seus múltiplos significados como elemento cultural.

Apresentando-se através da interdisciplinaridade, para compreender as dinâmicas do espaço e da memória envolvendo o patrimônio industrial se torna necessário identificar seus usos e contextos atuais, estabelecendo uma interpelação com outros campos de pesquisa, como a sociologia, antropologia, arqueologia, história, geografia, turismo, arquitetura e engenharia.

Para Silva (2017, p. 3), essas importantes reflexões determinam um questionamento do papel, da atuação e da função dentro da preservação do patrimônio e sua função dentro da cultura nacional, levando em consideração os diferentes elementos que compõem o patrimônio industrial. Para o autor, tais análises devem ser feitas com embasamento em elementos de identidade social, conforme as múltiplas formas de manifestação da cultura material que devem ser analisadas através da relação sociedade-cultura, além do capital-trabalho (SILVA, 2017, p. 3).

⁴² “*Novos*” não no sentido de novidade nunca vista antes, mas de formas e significados diferentes daqueles que se tinham até então.

É pertinente entendermos os conceitos históricos e atuais de patrimônio industrial e de que formas são abordadas as discussões dessa temática atualmente na academia e no cotidiano da sociedade.

A Inglaterra foi o primeiro país a ter uma preocupação a nível nacional com os espaços industriais. Sendo o *berço* da industrialização e possuindo muitas cidades industriais, a Inglaterra foi a pioneira nas reflexões da utilização desses espaços, que no século XIX já estavam desutilizados das suas funções fabris.

A partir de então, essas reflexões permearam outros países europeus e da América do Norte. Em Portugal, no século XIX há registros de Francisco de Souza Viterbo utilizando a expressão “arqueologia industrial”, em 1896, desenvolvendo as discussões sobre um conjunto de moinhos em seu mano escrito intitulado *Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos (1896)*.

Outros trabalhos foram sendo debatidos no mundo sobre a utilização e conservação de espaços industriais. Em 1950, o professor Donald Dubley inclui a discussão espaços industriais através da Universidade Birgminham (EUA). Pouco tempo depois, Michael Rix publica o artigo intitulado *The Amateur Historian* (1955), e Kenneth Hudson lança um livro intitulado *Industrial archaeology: na introduction* (1963) visando discutir a temática.

Há uma complexidade no conceito de “arqueologia industrial” e de “patrimônio industrial” e em seus sentidos na atuação de restauração e conservação dos espaços fabris. Por esse motivo, em 2003 foi lançada a Carta de Nizhny Tagil pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)*, no qual conceitua o termo do seguinte modo:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (CARTA NIZHNY TAGIL, ASSEMBLEIA GERAL DO TICCIH, 2003, p.3).

Para Silva (2017), o que é definido na Carta de Nizhny Tagil vai ao encontro com a teoria apresentada por Hudson (1965), nas quais defendem que o conceito de patrimônio

industrial ainda se encontra em construção, pois se baseia em possibilidades interdisciplinares que conduzem a polêmicas e debates.

A própria criação do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) em 1978, apresenta em sua função um conceito interdisciplinar que visa a cooperação internacional no preservar, conservar, investigar, documentar, pesquisar, interpretar e educar quanto aos patrimônios industriais de forma global. Atualmente o TICCIH está presente em 46 países através de representações locais, incluindo o Brasil.

No Brasil, através da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ocorreu o primeiro registro de imóvel de interesse de preservação nacional sendo de origem industrial, a Fábrica de Ferro Patriótica em Ouro Preto – MG (SALES, 2015, p. 95). Essa iniciativa abriu portas para novos espaços de interesse de preservação nacional, transformando no que mais tarde se denominaria Patrimônio Industrial.

Em 1964 é tombado em São Paulo um conjunto industrial pertencente a mesma empresa, a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema (Iperó), fundada em 1810.

Por meio desses exemplos, conclui-se que a iniciativa de tombamento de espaços industriais de interesse cultural iniciou-se antes do debate acadêmico sobre Patrimônio Industrial no Brasil (MORREIRA, 2007, p. 276).

Atualmente podemos contar com algumas iniciativas de preservação e utilização de espaços fabris, como exemplo pode-se citar o Centro Municipal de Educação Adamastor, localizado em Guarulhos. Este centro cultural que um dia foi a fábrica têxtil Adamastor, busca promover um ambiente de acesso público. Através da Sala de Memória exhibe exposições permanentes de fotografias e filmagens de antigos trabalhadores em seus espaços de trabalho dentro da fábrica. Está presente na exposição também, um curta-metragem com depoimento do cotidiano de antigos trabalhadores, relatando suas vivências com o trabalho têxtil dos relacionamentos sociais adquiridos ali (SALES, 2015, p. 90).

Atualmente no país, contamos com um número baixo de espaços fabris e monumentos industriais reutilizados ou preservados, conforme aponta o levantamento geográfico do TICCIH Brasil.

Os vestígios materiais são considerados essenciais para o estudo da sociedade industrial como fontes para os estudos da história da indústria, da tecnologia e dos movimentos sociais (SALES, 2015, p. 16).

Dessa forma, entende-se que o patrimônio industrial se enquadra tanto como um fator de desenvolvimento social e urbano como um elemento que determina e compor uma identidade pessoal e social (SILVA, 2017, p. 30).

As dimensões sociais da memória (individual e coletiva) e da história (pessoal e social) contribuem para as reflexões quanto ao espaço e aos significados do patrimônio, abrangendo como e quando preservar, conservar ou esquecer-se.

Uma análise das políticas adotadas, dos conceitos utilizados e das formas de apropriação dos espaços a partir da classificação “patrimônio”, varia conforme o tempo, lugar, memórias e significados. A cultura é pública, mutável e dinâmica.

No Brasil, os conceitos utilizados e as políticas adotadas para com o patrimônio industrial têm sofrido modificações, alinhando-se cada vez mais à percepção mundial em que se consideram as múltiplas percepções desse patrimônio pela sociedade através do individual e do social, dos diferentes grupos e das diferentes memórias. Dessa forma, a percepção do lugar de trabalho e de seu significado trás a tona as questões de preservar, tomar ou esquecer para o contexto atual da cidade de Manaus.

Desta forma, o patrimônio industrial é testemunho de um cotidiano vivo e da memória coletiva do lugar e do trabalho. Sem homens, os edifícios e as máquinas seriam resultado de elementos vazios (ÁLVAREZ-ARECES, 2008, p. 6). Logo, o patrimônio industrial possui correlação direta com a memória do lugar e dos agentes envolvidos.

Para Halbwachs (1968), a memória é a reconstrução, evocando o passado visto pela perspectiva do presente e marcada pelo social. A memória remete-nos “a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387). Para Candau (2014, p. 15), a memória nos dá a ilusão de que podemos reviver o momento passado através da lembrança. Conforme o autor, o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimento, e mesmo a memória sendo construída por lembranças selecionadas, ela procede na construção da identidade, sendo um dos elementos essenciais na busca individual e coletiva, legitimando assim os objetos patrimoniais (CANDAU, 2014, p. 18).

De acordo com Le Goff, a memória se transforma em um elemento essencial para a identidade, individual ou coletiva. Entretanto, o autor nos chama a atenção para o cuidado ao analisar a memória coletiva, que pode ser usada também como instrumento e objeto de poder da parte das pessoas que transmitem (LE GOFF, 2013, p. 435).

4.1. História oral dos trabalhadores

Para a coleta de dados, contatou-se com 10 pessoas que trabalharam na cervejaria entre os anos de 1970 a 1980. Desse grupo, somente 3 pessoas se disponibilizaram a participar da pesquisa. Os demais se ausentaram por motivos pessoais e de saúde, sendo que durante a pandemia do Covid-19, 4 pessoas desse grupo faleceram. Os colaboradores, Antônio José, José Cândido e Maria Aparecida contribuíram com 12h45 de diálogos, narrando suas memórias e atribuindo significados à elas.

É importante considerar que a história oral possui o mérito de permitir que fenômenos subjetivos se tornem intangíveis de forma que se reconheça neles uma realidade diferente da tão comumente propagada e conhecida. Para Sales (2015, p. 3), isso ocorre no presenciar das recordações que afloram as sensibilidades do narrador, evidenciando os mais singulares sentimentos e emoções ao trazer suas experiências do passado. Através da história oral

Há vozes que contam, sentem, expressam poesia, emoções, verdades, imaginações. A fala é diferente da escrita, são falas misturadas, rápidas ou lentas, volume alto ou baixo, enfim, são narrativas parciais, variáveis. Bem diferente da linguagem escrita que é regular, pontuada que segue regras gramaticais. (SALES, 2015, p. 3)

Narrar é um ato que desperta sensações e emoções. Assim, expressa-se a subjetividade que fazer o narrador rir, chorar, recordar, sonhar, recriar e imaginar. A lembrança revela uma interpretação da realidade, que busca a sua versão do ocorrido, possibilitando em meio à realidade e a ilusão uma versão que pode ser modificada pelo narrador dependendo do tempo e do espaço.

Nesse sentido, o presente trabalho traz narrativas através da experiência e do lugar de trabalho, revelando as emoções e sentimentos que estão por de trás das vivências do passado de cada indivíduo.

Dessa forma, apresenta-se a transcrição das falas dos entrevistados. Adquirem-se aqui estratégias baseadas nos trabalhos de transcrição de Alessandro Portelli e de José Carlos Meihy, na qual relatar-se-á sempre que possível gestos, risos, lágrimas, pausas demoradas e intervalos de tempo dados na mesma entrevista.

Entender as memórias de trabalho e seus significados ao longo do tempo através da narração de pessoas que vivem as experiências nos possibilita compreender os espaços de trabalho no contexto do patrimônio industrial.

4.1.1. Memórias de trabalho

Meu nome é José Cândido de Sousa Neto, nasci em Natal, no Rio Grande do Norte. [Fui para Manaus em] 1975, com 22 anos. Eu fui passear, tinha uma irmã que já morava em Manaus com o Marido e quando eu cheguei ele [o cunhado] foi transferido para a Bahia, e eu resolvi morar em Manaus. Eu fui tentar, morei aí por 5 anos. Entrei... meu primeiro emprego [em Manaus] foi na cervejaria [...].

[Na cervejaria] eu era “*pontador*”, cuidava do ponto do *peçoal*. Do *peçoal* da fabricação. Era um serviço todo manual. Acompanhava a chegada, fazia a seleção do pessoal que trabalhava além do horário, com isso tinha que anotar as horas extras desse pessoal todo [...].

O *peçoal* da fabricação tinha três turnos de trabalho e o pessoal da diretoria trabalhava de segunda a sexta. O único setor que trabalhava por turnos era a fabricação. Trabalhava até os finais de semana. Era por escala. Acho que tinha em torno de 450 funcionários (...). Porque eu, como trabalhava diretamente com o pessoal da fabricação, aí era em torno de 80 a 120 funcionários por turno.

Trabalhava na minha função, eu e mais dois [homens]. Do Rio Grande do Norte só tinha o chefe de cozinha, que era norte rio-grandense também [como eu].

Era muita gente.

Almoçava lá, vale transporte não tinha [...]. Eram três turnos para o almoço. Uma turma de 11h, outra de 12h e a outra das 13h. Como éramos três na minha sala, geralmente eu era da segunda turma.

[Sobre o meu local de trabalho], era um corredor que obrigava o funcionário passar e bater o ponto. Era justamente nesse corredorzinho que ficava eu e mais dois, numa sala privada, só nós três, com banheiro individual. E lá descendo para a fabricação iniciava o engarrafamento, aí tinha as salas do primeiro e do segundo mestre-ervejeiro, tinha o laboratório, a sala de cozimento e as adegas frias onde alojava-se o lúpulo e os demais ingredientes.

[Então antes do pessoal entrar na fabricava] o pessoal precisava bater o ponto com a gente. Na entrada e na saída. Era muita gente! Muita! Na época não existia essa tecnologia toda, né? Então o trabalho era todo manual.

[...]

Meu horário de trabalho era das 7h às 13h, e eu já ia de carona com o segundo mestre-ervejeiro que morava próximo a mim, eu não conhecia Manaus e eu ia com ele diariamente.

[...]

Minha sala ficava no térreo. O primeiro andar era do pessoal da diretoria. Na fabricação só tinha um piso (andar) e a sala do mestre ervejeiro. O que tinha na sala dele era um birô, um freezer com cervejas para ele [...]. Geralmente de manhã, ele chegava em torno das 6h14 ou 6h30 no máximo, e o trabalho dele era beber. Só isso. Ele precisava beber e geralmente ele tomava uma caixa de cerveja,

24 garrafas de 600 ml, tomava um engradado e meio. O *cara* bebia *pra dedeu*. Bebia muito. Ele não era Alemão, se eu não me engano, ele era austríaco. [...] o *seu* Hayer. Pier Ernest Frederick Hayer. Havia dois mestres cervejeiros, ele era o *cara* que na hora do engarrafamento da cerveja, ele provava antes de engarrafar. E através do paladar dele, ele aprovava o engarrafamento ou não. O outro mestre-cervejeiro ficava inspecionando o local de fabricação.

A sala [do sr. Hayer], possuía uma janela de vidro na qual ele conseguia ver todo o procedimento da *coisa*. E os outros dois (segundo mestre-cervejeiro e o assistente), ficavam verificando a temperatura de adega, entre outras coisas.

No primeiro andar ficava o escritório da diretoria. Tudo no primeiro piso. [...] O refeitório da *turma* ficava também no primeiro andar. Tinha o refeitório da *turma* em geral e tinha o refeitório da diretoria, que era afastado, ninguém nem via esse pessoal.

Nós, todos os trabalhadores, entrávamos pelo portão principal. Outra coisa que era atribuído ao nosso setor, era o controle com o corpo de segurança. Armamento era a gente que entregava, arma e munição. Eles trabalhavam armados. Diariamente, cada turno recolhia, contava as balas, repassava para quem estava rendendo. A segurança naquela época era tranquila, mas se fazia necessário ter porque o fundo da cervejaria, depois da fabricação, dava pro Rio Negro, era tudo aberto. *Aí* fica o rondante, andando a fabrica toda e ficava dois fixos na guarita da entrada. [...]

[...]

Na cozinha era pouca gente... Eu me lembro bem do chef da copa e de uma funcionária. Funcionaria só tinha uma, na copa só tinha uma. O resto era tudo homem. [...] Tinha mulheres no escritório, mas na cozinha e na copa só tinha ela, Cleonice... *Gente boa*.

Tinha o departamento médico, com um médico lá fixo dentro da empresa. Eu pelo menos precisei dele porque tinha, na refeição do almoço, a gente recebia junto com a bandeja uma caneca de alumínio que dava uma garrafa e meia de chopp... *Aí* o *camarada* aqui tinha azia, *né?* Porque todo dia tinha uma garrafa e meia de chopp e acontecia de a gente trocava, quando acontecia de ter uma sobremesa que eu não me dava, trocava por outra caneca de chopp. A turma bebia bem. E quando era às 15h, tinha visita pública. Geralmente os colégios, faculdades que mandavam um ofício solicitando a visita. *Aí* aquilo ali era servido uma petisco de azeitona, queijo, presunto... e muito chopp, *né?* Geralmente, 3 ou 4 vezes por semana tinham visitas. [...] Eles entravam na parte do engarrafamento, porque no local de fabricação só entravam de branco e com esse sapato especial de solado de madeira [...].

[...] Lembro do cheiro da cerveja. O cheiro da cerveja sendo cozida era muito gostoso. Era um cheiro tão bom! O cheiro da cevada sendo cozida era muito bom. Dava para ser sentida praticamente em todo o espaço térreo, inclusive pela parte de fora.

Meu nome é Antônio José Alves da Costa, nasci em Maués e vim para Manaus ainda bem novo. Meus irmãos e eu morávamos só com a nossa mãe, *sabe?* Um clássico de mãe solteira que precisava manter 6 filhos. A gente começou a trabalhar bem cedo. Aos 10 anos tinha que trabalhar, ajudar na casa e cuidar dos meus irmãos.

Trabalhei na cervejaria Miranda Corrêa no ano de 1971 a 1975 mais ou menos. [...] Tive dois trabalhos lá... [suspiro] Iniciei com o que hoje chamam de serviços gerais... Naquela época não tinha esse nome *chique* que nem hoje [risos]. Eu lava o chão da fábrica. Na verdade comecei limpando as outras partes, do lado de fora e os corredores, depois de um tempo a nossa equipe começou a limpar a parte interna, exatamente onde faziam as cervejas. [...]

Naquela época já tinha uma supervisão rigorosa. Precisávamos limpar tudo direitinho porque sempre vinha alguém inspecionar, ou o mestre-ervejeiro ou alguém da inspeção enviado pela própria Brahma. Tinha uma equipe interna para isso.

Sempre acontecia que no processo da brasagem, na fermentação até o momento final do engarrafamento acontecia da cerveja sujar o chão, principalmente quando algo de errado como o vazamento de algum tanque acontecia. A fabrica também possuía uma equipe técnica para quando essas coisas aconteciam... A gente limpava o chão, lavava na verdade... Era um trabalho só de homens. Na minha equipe só tinha homens. Na verdade, quase não tinha mulher trabalhando naquela época lá, não na área de fabricação... Tinha lá em cima, as secretárias, e uma ou outra da limpeza, mas era muito difícil encontrar com alguma. [...]

Os produtos utilizados para a limpeza do chão eram de ótima qualidade. Era utilizado uma substancia de cheiro muito forte para limpar os pés dos funcionários que trabalhavam diretamente na fabricação. A gente tinha que esfregar tudo com vassouras em pouco tempo... A fabricação nunca parava... [risos] Depois da nossa limpeza, vinha o supervisor da limpeza juntamente com o segundo mestre ervejeiro inspecionar o local e caso tivéssemos feito um péssimo trabalho, tínhamos que fazer tudo de novo... Isso só aconteceu algumas vezes [risos]. Em parte porque o pessoal da minha equipe gostava muito de beber, inclusive eu [gargalhada].

[...] Na minha época trabalhavam na cervejaria pessoas de todas as partes de Manaus. Tinha gente de bairros que ainda nem conhecia o nome, aprendia lá no trabalho. Tinha muita gente trabalhando lá.

A gente da limpeza usava um macacão de cor cinza e botas com sola de borracha. Era um sapato bem resistente a água e não deixava molhar os nossos pés...

A gente limpava aquilo todos os dias. Todo santo dia [...]

Depois de uns dois anos e meio limpando o chão, abriu uma vaga para trabalhar diretamente na fabricação da cerveja, me escrevi e logo fui chamado. O salário era um pouco mais alto... Era bom demais [suspiro]. [...] Lá passei a entender melhor o processo da fabricação *né?* A gente carregava os sacos dos ingredientes da sala fria até os tanques e esperávamos os comandos do mestre cervejeiro para jogar no momento certo para a brasagem funcionar bem [...].

Lembro que O lúpulo era de fora, o lúpulo e o fermento era de fora. Mas era arroz, cevada tudo e os demais ingredientes eram produzidos aqui, no Brasil. [...] utilizavam arroz. Só fabricavam cervejas.

Lembro que a sala onde se guardavam os ingredientes era muito fria. Era até grande lá dentro, sabia? Tinha muitos sacos de lúpulo... Eu achava estranho, nem sabia que era preciso usar aquilo para fazer a cerveja! [pausa prolongada]

Teve uma vez que fui desafiado a comer um, claro que eu fiz e foi horrível [risos], aquilo é muito amargo! Tive que engolir a seco na frente deles enquanto riam das minhas caretas [risos] É muito amargo mesmo! Depois que vim entender que o amargor da cerveja vem daquilo.

O cheiro da sala era só de lúpulo. Tinha outros ingredientes, mas o que mais se sentia era o cheiro dele.

Era tudo bem novo lá. A Brahma tinha comprado a fábrica a pouco tempo e reformou tudo. Tudo era de primeira qualidade. As vezes eles encomendavam um novo equipamento e quase sempre vinha um técnico explicar como se usava... Tudo brilhava...

[...]

Eu achava que era um bom emprego. Comíamos lá no refeitório. Os pratos e copos eram de alumínio. A gente recebia uma caneca de cerveja. Se o *caboco* não *tivesse* acostumado a beber, ficava bêbado rápido. Era bebida a vontade praticamente. Era cerveja ou água. A cerveja era gelada, então sempre escolhíamos ela. [...]

O prédio em que trabalha era o novo, construído pela Brahma, *sabe?* Ele era regular, normal. Muito semelhante às fábricas de hoje em dia. Lembro que era bem grande o prédio, mas como havia muitos trabalhadores, sempre tinha gente.

Lembro pouco do prédio antigo, mas a altura dele impressionava quem passava sempre ao lado. Era bem ao lado de onde trabalhava, então ao entrar tínhamos que passar do lado do prédio. O novo ganhava em extensão mas o antigo ganhava em altura.

O prédio da antiga cervejaria era deslumbrante, gigante, notável para quem passava por lá todos os dias. Pela parte de dentro não lembro muito. Já estava em desuso na época, então o prédio era fechado e escuro pela parte de dentro. Quase não dava para ver nada pelas janelas, além de objetos de ferro soltos e amontoados lá dentro.

Gostava muito de trabalhar lá. [...] Apesar de todo trabalho ter suas dificuldades, conheci muitos homens trabalhadores ali. [...] Guardo na minha memória os anos que passei ali.



Para Maria Ciavatta (2012, p. 2), o mundo(s) do trabalho não é uma ideia abstrata, ocorrendo sempre entre seres e fenômenos relacionados, situados em espaço e tempo, contextualizado nas relações sociais. Assim, a autora destaca ser importante entender o sentido da memória do trabalho e dos trabalhadores com o contexto dos mundos do trabalho.

Para a autora:

(...) é preciso, distinguir o trabalho tanto na sua forma ontológica, fundamental, estruturante de um novo tipo de ser, o homem, ser social; quanto nas suas formas históricas, penosas, alienantes, desintegradoras dos melhores valores da pessoa humana. Na primeira forma, a delimitação entre a reprodução estritamente biológica e a produção/reprodução própria dos homens é constituída não apenas pelo produto do trabalho, mas pela consciência, pela capacidade de representar o ser, o produto, de modo ideal, na sua imaginação criadora (Ciavatta Franco, 1990, p.43).

Desse modo, o conceito de mundo de trabalho, inclui as atividades materiais, produtivas, assim como todos os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida. Assim, desenvolve-se um universo complexo que, muitas vezes diminuído e simplificado, é reduzidos a uma das suas formas históricas aparentes, tais como a profissão, o produto do trabalho, as atividades laborais, fora da complexidade das relações sociais que estão na base dessas ações (CIAVATTA, 2012, p. 2).

Hobsbawn (1987) amplia a noção de classe trabalhadora, retirando de um tópico econômico para dimensões culturais e sociais. O autor propôs definir a classe operária, considerando as especificidades as quais pertencem. Também, identificou alguns componentes que interferem na classe operária, tais como a economia, o Estado, as leis, as instruções, as tradições e a cultura do país. Inclui-se igualmente o pertencimento a um grupo social, político e religioso como fatores que influenciam as especificações. Da mesma forma, identifica a existência, dentro da classe operária, de identificações múltiplas, que não se

anulam entre si, e que sofrem modificações no tempo e no espaço, de acordo com o contexto histórico (HOBSBAWN, 1987, p. 75-98).

Já Thompson (1981) nos convida a um movimento duplo: a crítica à dimensão reducionista de trabalho como emprego e seu vínculo com os processos educacionais para compreender o trabalho, como relação necessária, com a produção da vida. O autor nos propõe a estudar o trabalho vinculado ao ambiente e a cultura. Superar a visão meramente economicista do trabalho significa pensá-lo a partir dos sujeitos sociais, “como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas, como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida, tratam essa experiência em sua consciência e em sua cultura” (THOMPSON, 1981, p. 47). Assim, por meio da experiência de trabalho, homens e mulheres refazem, continuamente, a sua própria natureza – sua própria história e identidade.

Dentro da memória individual de cada indivíduo, sua visão sobre si mesmo, seus feitos, suas memórias constituem a identidade individual. Na memória individual, tudo aquilo que se é gravado, excluído, lembrado, oculto e exaltado nada mais é do que o resultado de um trabalho de organização pessoal. Quando se trata de memória herdada, a memória pode ser considerada como um elemento pertencente ao sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 3). O autor assinala que a memória é essencial na percepção de si e dos outros. Ela acaba por ser resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Os trechos narrados de ambos os colaboradores possuem semelhanças. O modo de narrar os acontecimentos, as escolhas de palavras nos dão um deslumbre daquilo que acontece na memória.

Ao falar de suas histórias, ambos adotam termos que implicam o coletivo, como “nós” e “a gente” ao passo que trata o outro como “eles” e “o pessoal”. Observa-se aqui o pensamento de coletividade, mesmo tratando de sua história individual. A implicação de *classe*, esta presente nos discursos na medida em que as memórias, da forma em que são contadas, expressam o coletivo, o grupo.

Para Edward P. Thompson (1963, p.10), classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, na qual sentem e articulam a identidade de seus interesses

entre si, e contra outros homens (grupo) cujos interesses diferem. No caso das narrativas apresentadas, o sentido do outro estava presente no espaço de trabalho, na qual “eles” (a diretoria) trabalhava em um espaço separado por um andar e quase nunca se encontravam dentro do ambiente da fábrica.

A separação dos espaços sociais dentro do local de trabalho, como o refeitório, impossibilitava o contato da administração e coordenação da fábrica com os demais setores ligados à produção da cerveja. Assim, a divisão espacial era um dos fatores na compreensão dos narradores muito mais presentes do que a diferença de cargos exercidos.

Contudo, os cargos exercidos também contribuem para a separação, pois afinal, é através dos cargos exercidos na empresa que existe a separação no local de trabalho. Pois é através da formação cultural e econômica que a classe é constituída (THOMPSON, 1963, p. 13).

Outro ponto semelhante nos discursos é a construção do passado e presente expressa pelos próprios narradores no diálogo construído. Tais utilizações como “naquela época”, “hoje em dia”, “no meu tempo” demonstrasse nesse diálogo a intenção de demonstrarem que os costumes, normas e hábitos mudaram ao longo dos anos. Tal consciência apresenta-se em concordância com a ideia da cultura dinâmica, inclusive no ambiente de trabalho, visto que “não há como isolar o passado do presente” (SAID, 2011, p. 23). Para Meihy (2007, p. 14), isso ocorre porque o passado é um processo inacabado, o “tempo presente” se impõe convocando o que se convencionou a chamar de realidade.

A mão-de-obra predominante na cervejaria era masculina. Alguns ofícios como secretariado era reconhecidamente o lugar das mulheres, assim como em algumas ocasiões no refeitório também poderiam estar. Através dos relatos, os narradores reconhecem que o trabalho fabril da empresa era quase que exclusivamente para homens, e que na época que trabalhavam na fábrica haviam trabalhos exclusivos para as mulheres na parte do secretariado, limitando assim o espaço bem definido na função de homens e mulheres dentro da fábrica.

De acordo com Michelle Perrot (1988, p. 31), essa divisão de gênero está presente nas fábricas, pois “a máquina reproduz e até aprofunda a divisão tradicional dos sexos e a subordinação feminina”. Para Meihy (2007, p. 20), a marca mais evidente da história oral é a sua função contestadora de fatos sociais da atualidade na qual sempre discute o passado e o presente.

Para o José Cândido há uma questão de identidade essencialmente marcante na qual permite-se expressar. Ao se sentir em uma cidade estranha, com uma cultura diferente na qual

creceu, ele se vê em um ambiente de trabalho cercado duas vezes mais por estranho. Dessa forma, menciona “Do Rio Grande do Norte só tinha o chefe de cozinha, que era norte rio-grandense também [como eu]”. Sentindo-se um forasteiro, buscava-se sempre entrosar-se e fazer amizades das quais pudessem fazê-lo sentir-se pertencido ao local. Sua facilidade de observar e encontrar outros funcionários não amazonenses demonstra a busca por encontrar pares que pudesse dialogar no ambiente de trabalho sobre as diferenças culturais das quais eles pudessem compartilhar. A sua amizade com o Sr. Hayer demonstra-se dessa forma, ambos não nasceram em Manaus, mas desdobra-se numa realidade em que através dos laços de familiaridade podem compartilhar as diferenças culturais.

Para o narrador, o produto conseguido é uma fração da memória registrada e se transmuta na dinâmica da vida dos narradores (MEIHY, 2007, p. 19). A seleção apresentada por Cândido nos mostra a importância dada por ele em conhecer, através do ambiente de trabalho, pessoas de outras regiões que ali estivessem passando por situações de vivência semelhante as dele.

O fato da memória ser viva e seletiva implica cuidados na suposição de que ela é um depósito captável em sua integridade e por isso capaz de dar conta de conteúdos legítimos (MEIHY, 2007, p. 19).

José Cândido mais tarde no seu depoimento compartilha sua análise sobre as máquinas fabris.

[...] Acho que aquilo tudo deveria ser preservado, principalmente o maquinário já perdido. Se existe visita pública, seria mais interessante *pra* mim, conhecer as velhas instalações do que a moderna. Porque era bonito. Tudo era bonito. Diferente de hoje, que é tudo automatizado demais *até*. Naquele tempo a gente via que tinha... era mais humano... tinha mais contato do homem ali trabalhando... Hoje em dia não tem nada, as máquinas fazem tudo.

A sua releitura do passado apresenta-se de forma nostálgica e crítica, fazendo um jogo comparativo do passado antes dele, do passado com ele e do presente. O pensamento e a tristeza ao se referir na atividade fabril através do homem como algo quase que extinto, ele afirma que a “independência” das máquinas é algo negativo. Defende então que o trabalho deve ser mais humano, como “um dia foi”.

Para Perrot (1988, p. 24), o que está em jogo não é apenas o trabalho, mesmo que seja o principal argumento, e sim o controle: controle das matérias-primas, dos produtos em quantidade e qualidade, controle dos ritmos e dos homens. A máquina é um instrumento com

efeitos concretos (instrumentos de disciplina): que está materialmente no espaço e fisicamente ao nível do corpo do trabalhador. Para a autora, a resistência dos trabalhadores para com as máquinas não é espontânea nem cega, mas sim organizada, modulada e seletiva, que distingue entre os diversos tipos de máquinas (PERROT, 1988, p. 25).

Nas narrativas, o papel do lazer nas horas de trabalho aparece nas entrelinhas. As brincadeiras e o horário do almoço aparecem atrás de sorrisos espontâneos de quem está contando. Conforme Michelle Perrot (1988, p. 104) é nas ocasiões de lazer que se transformam em grandes momentos da vida operária.

Desse modo, a vivência social ocorre na busca da sociabilidade entre trabalhadores. Lembrar dos detalhes, selecionando-os e narrando-os. Remete-se aqui, o pensamento de lembrar através da reconstrução da memória, no ato da criação e recriação ao recordar do passado.

Nesse recorte selecionado de narrativas, observa-se detalhes curiosos sobre a forma de lembrar e como lembrar. Para José Antônio, os detalhes do espaço, ambiente e sensações são vividos quando afirma que “Lembro que a sala onde se guardavam os ingredientes era muito fria”. A sensação de estar em um ambiente com temperatura controlada, o remete a recordar da sala de depósito dos ingredientes. Assim ele segue narrando “Era até grande lá dentro, sabia? Tinha muitos sacos de lúpulo... Eu achava estranho, nem sabia que era preciso usar aquilo para fazer a cerveja! [pausa prolongada]”.

Da mesma forma, Cândido afirma: “Lembro do cheiro da cerveja. O cheiro da cerveja sendo cozida era muito gostoso. Era um cheiro tão bom! [pausa demorada] O cheiro da cevada sendo cozida era muito bom. Dava para ser sentida praticamente em todo o espaço térreo, inclusive pela parte de fora.” A parte sensitiva acionada pela memória reconstrói a experiência vivida tantos anos antes, acionando o sentimento vívido na ação de relembrar.

Essa experiência sensitiva do passado aciona diversos sentidos de acordo com o evento. Para Antônio José, a sensação narrada foi através de outro sentido, quando ele compartilha suas memórias:

“Teve uma vez que fui desafiado a comer um, claro que eu fiz e foi horrível [risos], aquilo é muito amargo! Tive que engolir a seco na frente deles enquanto riam das minhas caretas [risos] É muito amargo mesmo! Depois que vim entender que o amargor da cerveja vem daquilo.
O cheiro da sala era só de lúpulo. Tinha outros ingredientes, mas o que mais se sentia era o cheiro dele.”

O paladar aqui apresenta um gatilho importante na memória do narrador. Para Meihy (2007, p. 19), a história oral capta uma situação que se movimenta na memória das pessoas, narradores ou discursos coletivos. Em si o produto conhecido é uma fração da memória registrada e se transmuta na dinâmica da vida dos narradores.

Desse modo, o olfato e o paladar apresentam um sentido vivido no passado e que ao relembrar, os narradores movimentam a experiência, aderindo, recriando novos significados e sensações a elas.

Trabalhar com história oral é trabalhar com memória e identidades (MEIHY, 2007). Assim, para Candau (2011) defende que há um jogo social da memória e da identidade, na qual se mantém pela transmissão da história oral. Para tal, as pesquisas acadêmicas possuem um papel fundamental como registro dessas experiências através da escuta, de forma a resguardar e garantir a vivência da memória. Afinal, a história oral, não diz a respeito ao evento somente. Ela fala sobre o lugar e o significado do ocorrido dentro da vida dos narradores (PORTELLI, 2006, p. 12).

4.1.2. Memórias dolorosas

Me chamo Maria Aparecida de Souza Botelho, sou nascida em Manaus. Hoje tenho 73 anos. Trabalhei na cervejaria Miranda Corrêa alguns anos... Naquela época já era da Brahma.

Comecei a trabalhar por causa do meu irmão mais velho, que em 1971 começou a trabalhar lá. [...] Ele era cozinheiro, trabalhava na cozinha do refeitório dos trabalhadores... Um dia ele chegou em casa e disse que uma cozinheira havia se demitido, e perguntou se eu gostaria de trabalhar lá com ele. Na época estava trabalhando como empregada na casa de uma família.

Eu era bem nova na época [pausa na fala]. Fiquei muito animada de poder me candidatar ao emprego, nessa época a cidade estava crescendo e estava difícil conseguir emprego. Trabalhei na cozinha da cervejaria por alguns meses, talvez uns oito meses.

[...] Em 1972, meu irmão sofreu um acidente e chegou a falecer... Ainda lembro como se fosse ontem... [pausa na fala]. Era um domingo de folga do trabalho, quando saiu para passar o dia com os amigos... Naquela época havia uns banhos muito bons por Manaus... Nesse dia eles foram para um que ficava onde hoje é o Tarumã, ele e mais 4 amigos [...], lá ele ficou muito bêbado, escorregou e bateu a cabeça numa pedra. Era somente ele de filho homem... Meu pai ficou muito triste na época... [pausa demorada]

O pessoal da cozinha na fabrica ficaram tristes lá também... Meu irmão era cheio de vida, fazia amizade rápido, inclusive conhecia bastante gente lá na

fabrica, trabalhadores de outro setor... Ele gostava muito de lá. Acho que para ele, trabalhar numa fábrica de cerveja diminuía a pressão de se ter um trabalho laborioso diário, sabe? Ele achava lindo o edifício antigo, dizia que ia lá com outros trabalhadores depois do horário de trabalho. Inclusive, chegou a me levar para conhecer uma vez, na minha primeira semana de trabalho, mas não chegamos a entrar...

Ele gostava muito de trabalhar lá... Ele tinha muitos colegas lá. [...].

Após a sua morte, não consegui trabalhar lá por muito tempo... Todos me perguntavam por ele e eu tinha sempre que dizer o que tinha acontecido... Depois as pessoas ficavam me perguntando sobre minha família e desejando os “pêsames” [...]. Tudo ali me lembrava ele, então sai do emprego e fui buscar outro [...].

Apesar de tudo ter sido muito dolorido, com o tempo fui deixando de ver a fabrica com um sentimento ruim. Aos poucos fui me acostumando, a dor foi ficando menor, entende? Inicialmente, só de olhar para o lugar já sentia tristeza, uma dor no coração... Com o tempo isso foi passando. Hoje olho de forma diferente.

Hoje penso sempre no meu irmão quando vejo a fábrica... Sei que deve estar muito diferente as coisas por lá, mas lembro dele com um sentimento bom, sabe? Ele gostava de lá, achava lindo aquele prédio antigo. Ele também gostava das novas instalações da época quando a Brahma comprou... [...] Ele gostava demais de lá, das amizades, o lugar todo.

Por meio dele eu passei a enxergar o lugar diferente, e hoje vejo de outra forma. Gostaria de um dia poder visitar lá. Sei que deve estar bem diferente da época que trabalhei lá, mas gostaria de lembrar mais de perto do meu irmão... Acho que aquilo deveria ser preservado, cuidado... Gostaria de um dia ter a oportunidade de estar lá novamente.



Nos estudos referente a memória e emoções desenvolvidos por Christianson (1992) e Schacter (1995), a emoção não é o único fator que afeta diretamente a construção da memória. Para os autores, destacam-se outras causas fundamentais como os processos cognitivos, fatores anatómicos, fisiológicos, e sociais, tais como a história pessoal, o meio e a cultura em que se desenvolveu. Assim, a emoção não afeta somente a memória, inclui-se a percepção de realidade, a atenção, memória, constituição de raciocínio, linguagem e tomada de decisões.

Os acontecimentos associados às emoções podem ser de natureza agradável ou desagradável e a respectiva intensidade pode ser ligeira, moderada ou insurportavelmente intensa nas memórias configuradas como dolorosas (PINTO, 1998, p.6).

Por meio da fala de Maria Aparecida, assim como a dos demais colaboradores, observa-se a categoria de assuntos e a disposição de narrar acontecimentos envolvendo sua própria história. A escolha do que falar, como falar ou ocultar é uma decisão do narrador. Nesse processo, as emoções associadas ao evento passado, influenciam nas seleção das memórias que serão compartilhadas.

Para Maria Aparecida, a construção de seu passado com a fábrica está intimamente ligada à memória de seu irmão. Suas memórias de trabalho se entrelaçam e se torna inseparável da visão que tinha e tem do irmão. Assim, após a morte do irmão, todas as vezes que lembrava da fábrica era tudo “muito dolorido”, demonstrando o entrelaço entre as recordações e as emoções, configurando-se assim como memórias dolorosas.

Para Pinto (1998, p. 13), o acesso à experiência emocional nem sempre é consciente, verificando-se por vezes que a pessoa pode ter acesso à informação emocional envolvida num acontecimento, mas não ao próprio acontecimento. Para a autora, os estudos laboratoriais e autobiográficos revelam que os acontecimentos negativos são bem recordados, seja no acontecimento emocional em si ou ao tema central do ocorrido (PINTO, 1998, p.4).

De acordo com Amâncio da Costa Pinto (1998), o fenômeno da memória depende do estado emocional do indivíduo. Para o autor, Freud foi um dos primeiros a defender de uma forma veemente e sistemática o papel das emoções na memória dos indivíduos. A relação entre memória e emoção é certamente complexa. Dentro de certos parâmetros, a emoção é um componente que facilita a reconstrução da memória no presente dos narradores, isso, contudo não define que a recordação seja perfeita ou isenta de erros com elementos imaginários.

As emoções afetam as cognições ampliando assim o leque de respostas possíveis e adequadas que um indivíduo pode dar dentro de uma determinada situação (PINTO, 1998, p. 17). Assim, aplica-se também na releitura que cada um terá de seu passado, suscitando e reconstruindo suas experiências emocionais na arte de recordar.

No caso das narrações de Maria Aparecida, observar-se a memória construída na visão do outro. Todas as experiências relatadas levam como pano de fundo a vivência de seu irmão. Suas emoções e experiências de trabalho são envoltas na leitura que ela mesma constituiu sobre o irmão, pois ele que se torna o centro do seu passado na fábrica.

Enquanto relembra o passado, ela se exclui da narrativa na primeira pessoa. Em diversos momentos faz afirmações como “Ele gostava muito de trabalhar lá”, “Ele tinha muitos colegas”, “Ele achava lindo o edifício antigo”.

É por meio dessa reconstrução do seu passado que Maria Aparecida descreve a morte do irmão. Por meio da dor, seleciona e compartilha o evento da morte de seu irmão.

Assim, relata o impacto causado na sua vida e na dos familiares “era somente ele de filho homem... Meu pai ficou muito triste na época”. Para Michelle Perrot (1988, p. 115), a família possui uma grande participação na vida do trabalhador, pois é uma das “primeiras e mais vivas formas de sociabilidade popular; não é criação burguesa”.

Para Maurice Halbwachs (1968), a memória do indivíduo depende do seu relacionamento social, no qual inclui a família, classe social, escola (educação), igreja, profissão, entre outros. A memória individual está interligada com os grupos de referências peculiares a esse indivíduo. Assim, com a perda do irmão, seu círculo social é afetado no lar e no trabalho, que resulta na ação de não conseguir mais trabalhar na fábrica.

No estudo de Carmen Lucia Secco (2008), referente as memórias e o silêncio através das representações literárias das guerras em Angola e Moçambique apresenta que a memória dos sobreviventes da guerra revela uma forte carga fantasmática, que quando ativada retorna como ameaça ou reflexão, como trauma ou cicatriz (SECCO, 2008, p. 11).

O sentimento de dor descrito esteve e está presente nas memórias da narradora. Assim, reconhece que:

Após a sua morte, não consegui trabalhar lá por muito tempo... Todos me perguntavam por ele e eu tinha sempre que dizer o que tinha acontecido... Depois as pessoas ficavam me perguntando sobre minha família e desejando os “pêsames” [...]. Tudo ali me lembrava ele, então sai do emprego e fui buscar outro [...].

Deste modo, as memórias do irmão carregam a reconstrução da dor do passado juntamente com os demais sentimentos da perda. De acordo com Halbwachs (1968), lembrar não exatamente reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias atuais, as experiências do passado. A memória não é tida como um sonho, é um trabalho sempre em construção. Ecléa Bosi (1979, p. 17), nos convida, seguindo a mesma linha de raciocínio de Halbwachs, a questionar o passado “tal como foi”, e que se daria dentro do inconsciente de cada indivíduo. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à

nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1979, p. 17).

No ato de reconstruir, selecionar e organizar suas memórias, assim como a relação de auto-percepção e superação da dor, a narradora afirma que:

Hoje penso sempre no meu irmão quando vejo a fábrica... Sei que deve estar muito diferente as coisas por lá, mas lembro dele com um sentimento bom, sabe? Ele gostava de lá, achava lindo aquele prédio antigo. Ele também gostava das novas instalações da época quando a Brahma comprou... [...] Ele gostava demais de lá, das amizades, o lugar todo.

Por meio dele eu passei a enxergar o lugar diferente, e hoje vejo de outra forma. Gostaria de um dia poder visitar lá. Sei que deve estar bem diferente da época que trabalhei lá, mas gostaria de lembrar mais de perto do meu irmão... Acho que aquilo deveria ser preservado, cuidado... Gostaria de um dia ter a oportunidade de estar lá novamente.

O que apresentou-se como memória dolorosa, agora se mostra com um sentimento diferente na ligação entre passado e presente. A ligação entre a fábrica, como espaço geográfico, e as memórias do irmão ainda permanecem vivas, contudo assumem um sentimento “diferente”, “um sentimento bom”.

Agora, a fábrica passar a ser o lugar de memória, de recordação através da reconstrução de novos sentimentos, de uma nova visão. Novamente, a recordação está interligada a construção dos novos sentimentos e das memórias. A presença do “ele gostava” transpassa através da narração os sentimentos e emoções do irmão, que irá constituir a nova construção da memória, de forma que ela declara “por meio dele eu passei a enxergar o lugar diferente, e hoje vejo de outra forma”.

Halbwachs (1968), afirma que se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar. Neste caso, o ressignificado atribuído da cervejaria para Maria Aparecida continuará em constante modificação todas as vezes que ela praticar o ato de recordar. Pois, como afirma Ecléa Bosí (1979), essa construção do passado é uma atividade infinita para cada indivíduo.

4.2. Narrativas

Se ouvirmos e mantivermos flexível nossa pauta de trabalho, a fim de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer, nossas descobertas sempre vão superar nossas expectativas (PORTELLI, 1997, p. 22).

A construção da história das sociedades são formadas a partir da memória, não no sentido meramente subjetivo, mas de forma cultural e temporal, considerando a individualidade e o coletivo através do registro. Tais memórias podem se “perpetuar” por meio da narrativa, da representação, do discurso científico, das artes, dos acervos, da literatura, da escrita que se registram as memórias históricas que se preserva o passado, e nele reconhecem o presente e idealizam o futuro.

Dentro do vasto estudo da memória coletiva, encontra-se a memória coletiva material, que pode se configurar através de documentos e monumentos. De acordo com Le Goff (2013), o monumento é uma representação construída que nos remete ao passado. Recordando a filosofia “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (...)” (LE GOFF, 2013, p. 486). Em outras palavras, o monumento tem como característica o “sustentar” ou “prologar” a representação do poder das sociedades⁴³ (ou dos grupos dominantes), solidificando-se como testemunha que sobrevive e se ressignifica na sua relação social com o passar do tempo.

Os patrimônios além de herança são também os bens produzidos no passado, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais. Essas experiências e memórias podem fornecer informações significativas acerca da história. Por terem essa função, os patrimônios contribuem na formação de identidade individual e coletiva e no resgate da memória. Em vista disso, a preservação torna-se primordial no desenvolvimento cultural do coletivo, de forma que repercuta na formação sociocultural.

O conjunto de critérios contemporâneos que fundam a seleção ou a construção de um objeto patrimonial são complexos, múltiplos e variados (CANDAU; FERREIRA, 2015, p. 1). As narrativas e observações pontuadas pelos narradores através das suas memórias, nos

⁴³ As competições de dominância de cultura e poder também estão presentes nos patrimônios. Esse poder pode se demonstrar na seleção daquilo que é ou não patrimônio – ou até mesmo quando e como aquilo pode/deve ser preservado. Um estudo que aborda a seleção dos espaços de preservação mundiais e do Brasil a partir dos interesses da UNESCO, está no trabalho de Fernando Fernandes da Silva intitulado *As cidades Brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade* (2003).

permitem entender como se dá a construção da patrimonialização do espaço de trabalho e suas leituras atuais das próprias memórias.

4.2.1. O padecimento da modernidade

José Cândido de Sousa Neto, 18 de agosto de 2019.

Na modernização, eu ainda cheguei a conhecer a velha fabricação onde era muito bonito, tudo muito bom, era de cobre vindo da Alemanha [os equipamentos da fábrica]. A fábrica antiga, que produzia o XPTO que foi transformado em Brahma.

Ai tinha no prédio [antigo], toda a encanação - não tinha nada em inox [...] - e quando eu trabalhei na fábrica já era tudo em inox, a nova fabricação. Mas a antiga era muito bonita. Coisa que deveria ter sido preservada. Na época estavam desmontando o material de fabricação da antiga cerveja, mas era muito bom, muito bonito!

O rapaz que trabalhava comigo, o amazonense, era Beranilson dos Santos Cabral - era o nome dele - ele que me mostrou tudo. Então eu fui conhecer as velhas instalações [pois] eu já trabalhava com o pessoal da nova fabricação. Cheguei a ver o maquinário antigo, todo de cobre, muito bonito. Não sei se destruíram tudo, mas era muito bonito. Então a Brahma substituiu tudo por inox na nova instalação dela.

[...] Haviam dois prédios, o novo e o antigo. O novo era de alvenaria bem convencional *mesmo*. Muito utilizada na época. Não tinha nada aberto porque o cozimento era fechado. O engarrafamento também. Não tinha nada de especial. Bonito era o prédio antigo. O antigo é belíssimo.

[...] O que chamava mais atenção [do prédio antigo] era o maquinário da fabricação da antiga cerveja. O maquinário completamente diferente do novo na época. *A gente* notava a qualidade, tudo em bronze, era interessante. Naquela época já tinha muita coisa desmontada. Muita coisa *já* incompleta, *né?* Se quisesse fabricar cerveja ali já não se podia. [...]

A fábrica, como patrimônio industrial, não se limita ao edifício e ao maquinário. Se assim fosse, a fábrica não abarcaria toda a problemática da memória e das valorizações atribuídas por agentes sócias de nível macro ou micro (OLIVEIRA, 2017, p. 15). Considera-se identificar vestígios de uma cultura em processo de industrialização através de manifestações físicas que podem interferir na organização de grupos ou no ambiente em que vivem, determinando o modo de vida das pessoas (COUSONS, 1993).

Ecléa Bosi (1979), afirma que as pessoas, como seres sociais e complexos, se apegam em muitas ocasiões a objetos físicos de forma a acessar as informações da memória. Esses

objetos podem ser acessados de diversas formas, seja através da memória (quando lembrado) ou por meio de um objeto físico. Seja qual for o método, o objeto aciona a memória e a memória aciona o objeto.

As reflexões transmitidas por José Cândido nesse depoimento comunica como ele enxerga seu ambiente de trabalho ao retomar o passado, fazendo alusões e identificando elementos que para ele são importantes ao compartilhar as suas memórias.

Por diversas vezes o narrador utiliza o termo “bonito” ao se referir ao antigo edifício da cervejaria. Essa beleza descrita pelo narrador é caracterizada por elementos classificatórios, na qual ele afirma ser belo o antigo, o diferente, o europeu. Na sua categorização há uma confrontação. O seu comparativo está sustentado naquilo que é comum *versus* o diferente. Na ocasião da fábrica, se demonstra de forma clara e reiterativa quando descreve o maquinário da antiga fábrica, no qual apresenta:

Ai tinha no prédio [antigo], toda a encanação - não tinha nada em inox [...] e quando eu trabalhei na fábrica já era tudo em inox, a nova fabricação. (...) eu fui conhecer as velhas instalações. (...) Cheguei a ver o maquinário antigo, todo de cobre, muito bonito. (...) Então a Brahma substituiu tudo por inox na nova instalação dela. O que chamava mais atenção [do prédio antigo] era o maquinário da fabricação da antiga cerveja. O maquinário completamente diferente do novo na época. A gente notava a qualidade, tudo em bronze, era interessante. Naquela época já tinha muita coisa desmontada. Muita coisa já incompleta, né? Se quisesse fabricar cerveja ali já não se podia. [...]

A comparação do novo *versus* o antigo aparece aqui de forma imprevisto daquilo que conjecturado. Para Cândido, o superior era o antigo, chegando a utilizar o termo “qualidade” ao maquinário de cobre. Contudo, para o narrador, aquele maquinário de cobre destacado tantas vezes por ele, representa o oposto da inovação que naquela época e naquele contexto era o inox. Ressalta-se que Cândido não chegou a trabalhar na cervejaria antiga e seu posto de trabalho exercido na época não estava diretamente ligado a fabricação da cerveja.

A teoria da relação entre o maquinário e o trabalhador construída por Michelle Perrot (1988) parece não se aplicar da mesma forma neste caso. Algo semelhante aos resultados apresentados aqui ocorre no trabalho de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2013), na qual os antigos trabalhadores agregam valores aos maquinários de uma fábrica que já não existe mais.

As mudanças para a modernização, como já abordado anteriormente, se deram em grande escala quando o Grupo J. Macedo adquiriu a fábrica, finalizando essa primeira etapa de inovação cerca de 2 anos, abrindo a nova temporada fabricando a cerveja Brahma.

Evidencia-se ainda que, desde 1912 até 1970, período em que a cervejaria ainda estava sob gerenciamento da família Miranda Corrêa, diversas mudanças inovadoras de maquinário foram necessárias para sustentar o aumento da demanda dos produtos.

Ainda assim, a relação com o maquinário e o valor simbólico conferido a elas como elementos de identidade é o suporte que sustenta a narrativa de José Cândido. Para ele, existe um consenso memorial, um luto pelas máquinas da antiga fabricação e a perda de identidade da fábrica e da cerveja.

A atividade laboral cotidiana atrelada à curiosidade e à observação do narrador dar-se na construção da memória e na categorização daquilo que para o trabalhador foi especial. Neste caso, deu-se maior atenção àquilo que não se via normalmente, o que era fora do “comum”, que para ele era e continua sendo mais importante que a modernização: a história da fabricação.

4.3. Preservar o “símbolo do meu passado trabalhador”

Entre as memórias individuais dos narradores, vividas e reconstruídas em diferentes épocas e em diferentes contextos, encontram-se elementos que se assemelham na construção do espaço de trabalho e a relação de identidades com esses elementos.

Para José Cândido, a separação dos dois prédios é muito clara na sua vivência na fábrica. Essa divisão apresenta para ele elementos de fronteira, muito bem definidos. O antigo e o novo, o incomum e o comum, a qualidade e o defeito. Assim, o novo edifício é classificado como “convencional”, inferior por ser comum, pois “Não tinha nada de especial. Bonito era o prédio antigo. O antigo é belíssimo”.

Tal pensamento também é compartilhado por Antônio José, referindo-se aos prédios como o novo e o antigo. O narrador inclui ainda os termos “deslumbrante, gigante, notável (...)” ao se referir ao edifício antigo, enquanto o prédio novo é “(...) regular, normal. Muito semelhante às fábricas de hoje em dia”.

Ambos os colaboradores constroem essa divisão dos dois edifícios. Por meio disso, diferenciam a forma estética, usual e funcional os espaços de trabalho e os significados. Apesar da estética da fábrica ser um fator representativo na fala de Cândido, a arquitetura industrial vai além do “belo” e visa conciliar o estético com o funcional. A arquitetura industrial, nascida diante do sistema de produção industrial, surge com características

mutáveis, de forma que é adaptada de acordo com o modo de produção. Assim, podemos observar espaços industriais segmentados ou amplos para abrigar o maquinário (MUNCE, 1960).

Contudo, para os narradores, a expressão arquitetônica é um aspecto importante para definir o prédio antigo como uma construção singular. Assim afirmam “(...) a altura dele impressionava quem passava sempre ao lado. (...) O prédio da antiga cervejaria era deslumbrante, gigante, notável para quem passava por lá todos os dias” (Antônio José, 2019), “acho aquilo muito bonito. A arquitetura é bem alemã [...] é impressionante. Aquilo não se faz mais hoje em dia” (José Cândido, 2019). Dessa forma, comunicam que o estilo arquitetônico industrial da antiga fábrica é um elemento que diferencia essa construção das demais.

Dessa forma, os colaboradores vão construindo narrativas de suas memórias, na qual declaram:

O prédio em que trabalha era o novo, construído pela Brahma, *sabe?* Ele era regular, normal. Muito semelhante às fabricas de hoje em dia. Lembro que era bem grande o prédio, mas como havia muitos trabalhadores, sempre tinha gente.

Lembro pouco do prédio antigo, mas a altura dele impressionava quem passava sempre ao lado. Era bem ao lado de onde trabalhava, então ao entrar tínhamos que passar do lado do prédio. O novo ganhava em extensão, mas o antigo ganhava em altura.

O prédio da antiga cervejaria era deslumbrante, gigante, notável para quem passava por lá todos os dias. Pela parte de dentro não lembro muito. Já estava em desuso na época, então o prédio era fechado e escuro pela parte de dentro. Quase não dava para ver nada pelas janelas, além de objetos de ferro soltos e amontoados lá dentro.

Gostava muito de trabalhar lá. [...] Apesar de todo trabalho ter suas dificuldades, conheci muitos homens trabalhadores ali. [...] Guardo na minha memória os anos que passei ali. Aquilo é o símbolo do meu passado trabalhador (Antônio José, 2019).

Ele gostava muito de trabalhar lá... Ele tinha muitos colegas lá. [...].

Após a sua morte, não consegui trabalhar lá por muito tempo... [...]. Tudo ali me lembrava ele [...].

Apesar de tudo ter sido muito dolorido, com o tempo fui deixando de ver a fabrica com um sentimento ruim. Aos poucos fui me acostumando, a dor foi ficando menor, entende? Inicialmente, só de olhar para o lugar já sentia tristeza, uma dor no coração... Com o tempo isso foi passando. Hoje olho de forma diferente.

Hoje penso sempre no meu irmão quando vejo a fábrica... Sei que deve estar muito diferente as coisas por lá, mas lembro dele com um sentimento bom, sabe? Ele gostava de lá, achava lindo aquele prédio antigo. Ele também gostava das novas instalações da época quando a Brahma comprou... [...] Ele gostava demais de lá, das amizades, o lugar todo.

Por meio dele eu passei a enxergar o lugar diferente, e hoje vejo de outra forma. Gostaria de um dia poder visitar lá. Sei que deve estar bem diferente da época que trabalhei lá, mas gostaria de lembrar mais de perto do meu irmão... Acho que aquilo deveria ser preservado, cuidado... Gostaria de um dia ter a oportunidade de estar lá novamente (Maria Aparecida, 2019).

Eu vi fotos recentes da fábrica, acho aquilo muito bonito. A arquitetura é bem alemã [...] é impressionante. Aquilo não se faz mais hoje em dia. Acho que aquilo tudo deveria ser preservado, principalmente o maquinário já perdido. Se existisse visita pública, seria mais interessante *pra* mim, conhecer as velhas instalações do que a moderna. Porque era bonito. Tudo era bonito. Diferente de hoje, que é tudo automatizado demais *até*. Naquele tempo a gente via que tinha... era mais humano... tinha mais contato do homem ali trabalhando... Hoje em dia não tem nada, as máquinas fazem tudo. [Para visitar uma fábrica] com toda a certeza gostaria de ir na parte mais antiga do trabalho, a história... É muito mais bonito. A gente vê que era bonito... Aquele cobre, polido, brilha que nem ouro! Era bonito! Bonito de se ver... Naquela época o edifício antigo só tinha o resto do maquinário. [...] Quando eu cheguei já era o maquinário novo. Nova cervejaria da Brahma. [...] Tenho vontade de voltar a visitar aquele lugar. Achei tão bem conservado... [...] Se o edifício fosse aberto para visita, eu com certeza iria visita-lo. Eu acho importantíssimo cuidar daquilo. Aquilo tem uma arquitetura que não é nossa, é algo diferente. Tem tanta coisa ali que poderia servir para conhecimento do nosso povo... É a nossa história! E é tão bonito! É diferente de tudo que temos hoje em dia. Aquilo preservado seria ótimo. Deve ser preservado. Tanto para a memória dos trabalhadores quanto para a população da cidade (José Cândido, 2019).

A representatividade do edifício, como objeto físico, é um elemento presente nas memórias narradas. A segmentação do “velho” versus o “novo” se torna um elo que constrói as narrativas. As lembranças do antigo edifício, experimentadas de formas diferentes, compartilham de concepções e idealizações semelhantes. De acordo com Le Goff (1990), a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana. O passado só permanece “vivo” através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória “viva” (ALBERTI, 2004, p. 15).

Como já mencionado, nenhum dos colaboradores da pesquisa trabalhou no antigo edifício em vista que nos anos de 1970 a nova Companhia já havia construído as modernas instalações. Contudo, a fala que se estende a ambos os edifícios no momento de compará-los, também nos permite observar a forma em que é construída a identidade e a memória.

A concepção do prédio antigo estar ali, de forma física, durante as épocas que foram trabalhadores da cervejaria, os permite interpretar sua função nas memórias no passado e no presente. Assim, narram “O prédio da antiga cervejaria era deslumbrante, gigante, notável para quem passava por lá todos os dias (...). a altura dele impressionava quem passava sempre

ao lado.” (Antônio José, 2019). “Eu vi fotos recentes da fábrica, acho aquilo muito bonito. A arquitetura é bem alemã [...] é impressionante. Aquilo não se faz mais hoje em dia” (José Cândido, 2019).

Na descrição da parte interna do edifício antigo, o entendimento de abandono é descrito: “(...) o prédio era fechado e escuro pela parte de dentro. Quase não dava para ver nada pelas janelas, além de objetos de ferro soltos e amontoados lá dentro” (Antônio José, 2019), “Naquela época o edifício antigo só tinha o resto do maquinário, (...) que era muito bonito. (...) Aquele cobre, polido, brilha que nem ouro! Era bonito! Bonito de se ver” (José Cândido, 2019). Para José Cândido, esse afastamento e abandono do maquinário antigo representa o afastamento da mão-de-obra humana com o modo de produção, “Naquele tempo a gente via que tinha... era mais humano... tinha mais contato do homem ali trabalhando... Hoje em dia não tem nada, as maquinas fazem tudo.” (José Cândido, 2019).

Para Halbwachs (1925), o espaço geográfico faz parte daquilo que ele descreve como sendo um componente dos quadros sociais da memória, ou seja, suas condições sociais de produção. As transformações desse espaço desestabilizam a memória que ali se projeta, fazendo com que os sujeitos abstraíam-se da realidade contemporânea, representada pela ausência e esvaziamento, e assim, recuperam do passado imagens de uma fábrica idealizada, na qual os conflitos e as divergências ficam secundarizados. Dessa forma, as narrativas sobre o edifício se constroem numa balança que se apresenta entre o pesar e a nostalgia.

Assim, vai se construindo a memória dos colaboradores através da multidisciplinaridade de memórias fragmentadas e internamente divididas, “todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 2000, p. 107).

A história está ligada ao tempo que está ligada ao espaço (PORTELLI, 2000, p. 110), dessa maneira, o recordar as memórias de trabalho está vinculado ao lugar, ao espaço físico da fábrica. “Guardo na minha memória os anos que passei ali. Aquilo é o símbolo do meu passado trabalhador” afirma Antônio José (2019). Para Abreu e Chagas (2009, p. 31), os seres humanos usam símbolos para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não somente para simbolizar, representar ou comunicar, mas também para agir. Essa categoria faz a sensível menção entre mortos e vivos, entre passado e presente, e outras oposições.

O sentido do prédio, lugar de trabalho, passa por uma dinâmica nas memórias de Maria. Aquilo que antes à lembrava da perda do irmão, movimenta-se nos sentidos e emoções, fazendo uma releitura das suas vivências, o que a leva a afirmar:

Apesar de tudo ter sido muito dolorido, com o tempo fui deixando de ver a fábrica com um sentimento ruim. Aos poucos fui me acostumando, a dor foi ficando menor, entende? Inicialmente, só de olhar para o lugar já sentia tristeza, uma dor no coração... Com o tempo isso foi passando. Hoje olho de forma diferente (Maria Aparecida, 2019).

O que apresentou-se como memória dolorosa no passado, agora se mostra com um sentimento diferente na vinculação entre passado e presente. A correlação entre a fábrica, como espaço geográfico, e as memórias do irmão ainda permanecem vivas e mutáveis, contudo, nesta ocasião, assumem um sentimento “diferente”, “um sentimento bom” (Maria Aparecida, 2019).

Para todos os narradores, o preservar o edifício possibilitando a visita, apresenta-se como uma idealização. Afirmam:

Gostaria de um dia poder visitar lá. Sei que deve estar bem diferente da época que trabalhei lá, mas gostaria de lembrar mais de perto do meu irmão... Acho que aquilo deveria ser preservado, cuidado... Gostaria de um dia ter a oportunidade de estar lá novamente (Maria Aparecida, 2019).

Guardo na minha memória os anos que passei ali. Aquilo é o símbolo do meu passado trabalhador (Antônio José, 2019).

Acho que aquilo tudo deveria ser preservado, principalmente o maquinário já perdido. Se existisse visita pública, seria mais interessante *pra* mim, conhecer as velhas instalações do que a moderna. Porque era bonito. Tudo era bonito. Diferente de hoje, que é tudo automatizado demais *até*.

[Para visitar uma fábrica] com toda a certeza gostaria de ir na parte mais antiga do trabalho, a história... É muito mais bonito. A gente vê que era bonito... Aquele cobre, polido, brilha que nem ouro! Era bonito! Bonito de se ver...

Tenho vontade de voltar a visitar aquele lugar. Achei tão bem conservado... [...] Se o edifício fosse aberto para visita, eu com certeza iria visita-lo.

Eu acho importantíssimo cuidar daquilo. Aquilo tem uma arquitetura que não é nossa, é algo diferente. Tem tanta coisa ali que poderia servir para conhecimento do nosso povo... É a nossa história! E é tão bonito! É diferente de tudo que temos hoje em dia. Aquilo preservado seria ótimo. Deve ser preservado. Tanto para a memória dos trabalhadores quanto para a população da cidade (José Cândido, 2019).

O desejo de preservar está vinculado com as memórias e experiências de trabalho. O fundamento para a preservação está no conhecimento que poderia ser transmitido, “É a nossa história!”, a fábrica “é o símbolo do meu passado trabalhador”, “Aquilo preservado seria ótimo. Deve ser preservado. Tanto para a memória dos trabalhadores quanto para a população da cidade”.

Os narradores partilham da ideia de que a fábrica é um bem comum para os habitantes da cidade dentro do contexto urbano. Acreditam que a fábrica, como um todo, é um patrimônio que deve ser preservado e mantido. Que o local, como espaço de trabalho,

compartilha histórias individuais e coletivas, revelando a identidade da população manauara por mais de cem anos.

Assim, a construção de laços emocionais, vinculados ao espaço geográfico e atribuindo novos significados à fábrica, compartilham o desejo da preservação da mesma.

De acordo com Kühl (2012, p. 6), o preservar é um ato de respeito e ligação com o passado, interpretado no presente e voltado para o futuro, para que os bens culturais possam continuar como suportes da memória coletiva.

O desejo expresso para a visita também é um elemento a ser notado e discutido. O anseio para uma nova experiência no antigo espaço de trabalho faz com que a reconstrução da memória possa acontecer de forma a confrontar e comparar o *antes* e o *agora*. Para Joël Candau (2014, p. 9), isso faz parte da memória, uma vez que a memória é a reconstrução continuamente atualizada do passado.

Apesar de reconhecerem que a fábrica passou por modificações todos esses anos, o desejo de visitar não diminui suas expectativas nesse diálogo entre o passado e o presente.

Os diversos contextos em que se encontram os edifícios industriais e suas múltiplas formas de representatividade contribuem para as diferentes formas de manifestação, seja por indivíduos, organizações ou grupos sociais envolvidos através da memória e da história individual ou coletiva, pública ou privada. Para Kühl (2012, p. 5), falar de preservação, conservação e restauração manifestam-se por meio de novas problemáticas. Não se trata de conservar tudo, nem de demolir tudo. “É inviável e mesmo indesejável conservar tudo de modo congelado e engessado” (KÜHL, 2012, p. 5), se faz necessário realizar escolhas conscientes, baseando-se em estudos e conhecimentos aprofundados sobre o tema e o objeto de pesquisa.

No caso da cervejaria Miranda Corrêa, há um trabalho publicado de Mendonça (2019) referente a como as pessoas que moram no entorno da fábrica percebem e agregam significado à fábrica. Na pesquisa, os entrevistados afirmam que a fábrica possui valor significativo como parte da memória material dentro da paisagem urbana de seu bairro. De acordo com um dos relatos, destaca-se a fábrica por conter um edifício “suntuoso” na beira do rio que parece mal cuidado, mas que para ele cumpre a função de ativação da memória. “Em certos momentos, quando estou sentado na frente de casa no final da tarde, me pego lembrando de coisas da minha infância e juventude quando olho para essa fábrica (...)” (MENDONÇA, 2019, p. 217). Conforme os participantes da pesquisa, o edifício exerce a função de parte da paisagem urbana de seu bairro e, também, como objeto material da

memória que é indispensável carregando um valor sentimental especial. Apesar do edifício atualmente não exercer a função de fábrica ativa, o derrubar ou modificar a fachada representaria aos moradores entrevistados a destruição de um bem cultural material que estaria sendo retirado da comunidade. Observa-se que na fala de proteção do edifício, os participantes da pesquisa se resguardaram no discurso do pertencimento e da memória coletiva diretamente. A comunidade⁴⁴ entende que o edifício particular pertence a todos, pois compartilha memórias sentimentais (positivas ou negativas) de uma vida. Alterar ou destruir o edifício é tomado como uma violação as suas memórias, mesmo eles tendo consciência de que o edifício seja de propriedade particular e industrial (MENDONÇA, 2019, p. 215).

O pensar do patrimônio vai além do conservar e o não conservar, permanecer ou não permanecer. Aqui temos o caso de um edifício de uma antiga fábrica cervejeira que atualmente pertence a uma indústria holandesa que visa ao mercado capitalista. Aqui temos um patrimônio que cada vez mais instiga a novas discussões dentro da pesquisa. Para a indústria cervejeira é um espaço sem significado econômico.⁴⁵ Para a comunidade é a extensão de suas memórias.

A fábrica, representado pelos narradores como espaço físico entre dois mundos, o do trabalho e do patrimônio, apresenta um conjunto fabril pertencente atualmente a Cervejaria Heineken. Por meio desse mundo dual, possibilita-se que se questione sobre as mudanças sofridas pelo espaço urbano e as transformações que ocorreram na cidade, que se desdobra simbolicamente no símbolo visual da indústria cervejeira no Amazonas.

A vontade da população, destacado no trabalho de Mendonça (2019) e no presente trabalho, agora através do olhar de antigos trabalhadores, nos permite termos um bom embasamento teórico e de dados para os futuros debates na constituição do tombamento de um espaço privado, que compartilha memórias e a identidade da população da cidade de Manaus.

⁴⁴ Utiliza-se o termo comunidade para se referir à amostra. Não se ignora a possibilidade de parte da comunidade ter um pensamento diferente e até mesmo controverso a essa afirmação.

⁴⁵ Afirmação baseada no trabalho *A destruição da primeira fábrica da cervejaria Brahma do Rio de Janeiro* de Zenilda Ferreira Brasil, 2012.

5. CONSIDERAÇÕES

As sociedades, nos mais variados momentos, buscaram construir suas identidades, definir seus parâmetros recorrendo a elementos do passado. É por meio da vivência, da história e da narrativa (individuais e coletivas) de gerações anteriores que são fundamentadas as tradições e as ligações entre o passado e o presente. O traçar essas linhas que dão sentido às histórias cotidianas se faz necessário para entender a cultura e seus significados. Para entender essas linhas utiliza alguns procedimentos ora intencionais e programados, ora espontâneos e casuais. Os eventos passados se tornam conhecidos através de alguém que guardou, preservou, protegeu ou conservou vestígios que possam nos remeter ao passado a partir das vivências deles, nesse ato que é escrever e reescrever a história.

Refletir que Manaus, como cidade, sofreu modificações ainda na *Belle Époque* imitando modelo de cidades industriais, nos permite compreender melhor essa relação entre trabalho e identidade. Assim como a história da cervejaria e a influência da família Miranda Corrêa na cultura manauara do início do século XX.

Para os participantes da pesquisa, a categoria “trabalho” surge como fundamental nas narrativas, numa amplitude a partir da qual é possível compreender outros âmbitos da vida nos quais a experiência da fábrica aparece vinculada. Por meio da categoria de trabalhador pode-se observar a história de uma vida e a constituição da identidade individual e coletiva, atravessando diferentes momentos da vida, até o presente, na condição de idosos e aposentados. Em algumas narrativas, introduzir-se no mundo do trabalho apresentava o conceito de liberdade, oportunidade e amadurecimento. Também envolvia-se no círculo social e familiar, de modo que possibilitava aos sujeitos o convívio com outras pessoas diferentes e ao mesmo tempo semelhantes no seu modo de vida e de trabalho, formando uma sociabilidade dentro dos grupos no ambiente de trabalho.

De acordo com Barbosa (1979, p. 12), nossa sociedade de classes é difundida por cruéis contradições, no qual a mulher, a criança e o velho são insistentemente alvos dessa crueldade. A crueldade afirmada pela autora está na segregação e no silêncio imposto, de forma a não se escutar a história e vivência desses grupos. A mulher, a criança e o velho não são classes, são primeiramente aspectos diversificados e embutidos por entre as classes sociais, nas quais buscam se integrar e deles buscam definições (BARBOSA, 1979, p. 12). No trabalho de Ecléa Bosi (1979) referente a memória da população idosa na cidade de São Paulo, a autora afirma que os idosos são os guardiões do passado. A função social do idoso é

lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir. Entretanto a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do idoso e recusa seus conselhos. Sociedade essa que denomina como não merecedora da nomenclatura de Cidade, mas o de servidão, solidão e barbárie. A sociedade capitalista desarma e menospreza o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial e celebrava (BOSI, 1979, p. 18).

Ao destruir os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueia caminhos da lembrança, arranca seus marcos e apaga os seus rastros. Nos relatos detidos por Ecléa Bosi, o mais familiar e dezenas de vezes repetidos era “já não existe mais”. Essa frase dilacerava as lembranças dos narradores, cheios de temor. No trabalho da autora, esperava-se que os narradores já idosos não realizassem o esforço de buscar “uma rua, uma casa, uma árvore guardadas na memória, pois sabemos que não irão encontra-las nessa cidade” onde as mudanças do lugar através das demolições e substituições são constantes (BOSI, 1979, p. 19).

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Acurada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação. (...) O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (...) A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. Repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte (BOSI, 1979, p. 22).

Os documentos produzidos pela história oral não visam roubar a cena, e sim propor variações de versões que merecem ser vistas tanto em projetos que contenham redes diferentes como em diálogo com outras versões, inclusive a escrita (MEIHY, 2007, p. 18). Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um evento passado, ela não é a mesma que experimentamos quando a vivenciamos na ocasião, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção se alterou e, com ela, nossas ideias, nossa visão de mundo, do presente, dos sentimentos e emoções, da realidade e dos valores (BOSI, 1979, p. 17).

Da mesma forma, a história está ligada ao tempo que está ligada ao espaço (PORTELLI, 2000, p. 110). O recordar as memórias de trabalho está vinculado ao lugar, ao espaço físico da fábrica. “Guardo na minha memória os anos que passei ali. Aquilo é o símbolo do meu passado trabalhador” afirma Antônio José (2019). Para Abreu e Chagas

(2009, p. 31), os seres humanos usam símbolos para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não somente para simbolizar, representar ou comunicar, mas também para agir. Essa categoria faz a sensível menção entre mortos e vivos, entre passado e presente, e outras oposições.

O que se apresentou em outro momento como memória dolorosa para Maria Aparecida, agora se mostra com um sentimento diferente na ligação entre passado e presente. A ligação entre a fábrica, como espaço geográfico, e as memórias do irmão ainda permanecem vivas, contudo assumem um sentimento “diferente”, “um sentimento bom”. A fábrica passar a ser o lugar de memória, de recordação através da reconstrução de novos sentimentos, de uma nova visão. Novamente, a recordação está interligada a construção dos novos sentimentos e das memórias. A presença do “ele gostava” transpassa através da narração os sentimentos e emoções do irmão, que irá constituir a nova construção da memória, de forma que ela declara “por meio dele eu passei a enxergar o lugar diferente, e hoje vejo de outra forma”. Halbwachs (1968), afirma que se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar. Neste caso, o ressignificado atribuído da cervejaria para Maria Aparecida continuará em constante modificação todas as vezes que ela praticar o ato de recordar. Pois, como afirma Ecléa Bosi (1979), essa construção do passado é uma atividade infinita para cada indivíduo. Há diferentes formas de reescrever o passado. Definir novas maneiras de enxergar fronteiras, articulações e metodologias são essenciais para identificar as identidades e as memórias sociais, de forma que muitas vezes, são esses traços do passado que levam as questões para se estudar memória industrial e cultural (FERREIRA & ORRICO, 2002).

No trabalho com fontes orais, destaca-se no presente trabalho as significações, problematizando as diferentes concepções de patrimônio e espaço de trabalho, colocando as percepções atribuídas às experiências plurais de patrimônio industrial. Vale perceber diferenças de percepção, interpretação dos processos de valorização dos espaços fabris.

O desejo de preservar está vinculado com as memórias e experiências de trabalho. O fundamento para a preservação está no conhecimento que poderia ser transmitido, “É a nossa história!”, a fábrica “é o símbolo do meu passado trabalhador”, “Aquilo preservado seria ótimo. Deve ser preservado. Tanto para a memória dos trabalhadores quanto para a população da cidade”. Assim, a construção de laços emocionais, vinculados ao espaço geográfico e atribuindo novos significados à fábrica, compartilham o desejo da preservação da mesma.

Apesar dos desejos de preservação por parte dos antigos trabalhadores, a Cervejaria Miranda Corrêa, atualmente no domínio da Heineken, não é um patrimônio tombado. Não há registros do edifício ou do espaço fabril no IPHAN ou no TICCIH Brasil, assim como não é tombando em nível estadual ou municipal.

O desejo da população manauara pelo tombamento do espaço também é manifestado no trabalho de Mendonça (2019), no qual se realiza entrevista com os moradores ao redor da fábrica.

A Cervejaria Miranda Corrêa, como popularmente é chamada, apresenta características de patrimônio industrial como pode-se ver pela vasta literatura. O espaço fabril apresenta arquitetura industrial do final do século XIX e início do século XX, assim como suas diversas modificações ao longo dos anos propicia um panorama do progresso do setor cervejeiro. A fábrica também faz parte da paisagem urbana do bairro de Aparecida e da cidade como um todo, sendo um atrativo turístico para as visitas de barco pela orla da cidade.⁴⁶ O espaço industrial corresponde a um mosaico do tecido urbano da cidade.

Os diversos contextos em que se encontram os edifícios industriais e suas múltiplas formas de representatividade contribuem para as diferentes formas de manifestação, seja por indivíduos, organizações ou grupos sociais envolvidos através da memória e da história individual ou coletiva, pública ou privada.

Partindo de conceitos desenvolvidos por órgãos internacionais acerca do patrimônio industrial, adquirisse então uma compreensão das diversas dimensões que o englobam, sua importância e seus múltiplos significados como elemento cultural.

A integração dos patrimônios industriais e os bens culturais é um desafio para as cidades e territórios atuais, principalmente aqueles que envolvem grandes centros urbanos. O patrimônio industrial é um fragmento, um objeto de memória coletiva. Os patrimônios industriais são atributos da Revolução Industrial que se convertem, em diferentes contextos, em novos bens culturais. De acordo com Álvarez-Areces (2008), compreender todos os restos materiais, bens móveis e imóveis, abarcam elementos da cultura material da sociedade industrial capitalista, constituinte de um desenvolvimento histórico pelas atividades produtivas e extrativistas do homem, bem como o testemunho das mudanças exercidas pela sua influência na sociedade como um todo. Para Silva (2009), o patrimônio industrial permite a transmissão de saberes técnicos, de uma forma de fazer juntamente com a memória dos envolvidos. O estudo sobre as formas de trabalho do passado pode contribuir para

⁴⁶ Visto que faz parte do trajeto turístico que segue com destino ao Encontro das Águas.

entendermos alguns dos problemas do presente. Dessa forma, entende-se que o patrimônio industrial se enquadra tanto como um fator de desenvolvimento social e urbano como um elemento que determina e compor uma identidade pessoal e social (SILVA, 2017, p. 30).

No decorrer do tempo várias mudanças foram ocorrendo no tocante à prática e concepção do trabalho com conservação e preservação do patrimônio cultural. Importa salientar aqui que as mudanças e avanços das discussões sobre o patrimônio industrial, vêm na esteira dos avanços das reflexões sobre o patrimônio cultural de forma mais ampla.

O patrimônio industrial está definitivamente inscrito como um campo de pesquisa e atuação que atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana. Ainda que não seja possível esgotar todo o conhecimento adquirido sobre patrimônio industrial, tanto no exterior quanto no Brasil, é possível hoje entendê-lo como um campo de investigação claro e específico capaz de gerar para novas pesquisas dentro do tema.

A noção de patrimônio industrial, ainda pouco difundida, nos remete a ideia de uma inversão de funções e sentidos: o que antes era um lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória. Assim o mesmo signo visual adquire outros sentidos e significados. É a patrimonialização daquilo que antes se pensava apenas como espaços de produção, distantes, portanto da arte, de uma estética museal e de roteiros culturais (FERREIRA, 2013, p. 14).

Considera-se que, no Brasil, as pesquisas sobre patrimônio industrial se limita atualmente as regiões sul e sudeste. Há que considerar que essa discussão demanda para além do centro sul do país e que se faz necessário uma articulação profunda nas instituições de ensino superior e das entidades da sociedade civil que se preocupam e que tem ligação com a temática.

Assim sendo, o presente trabalho possibilita repensar a memória social da cidade de Manaus a partir da incorporação do conceito de patrimônio industrial. Assim, abre-se as portas para novas pesquisas e discussões sobre a temática no norte do país, principalmente para a cidade de Manaus na qual se concentra o Polo Industrial.

6. REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K.; ALMEIDA, M. A. P.; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo: História e desenvolvimento**. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1995.
- ADORNO, T. **Educação após Auschwitz**. In: Sociologia. São Paulo: Ática, 1986.
- ALENCAR, A. V. **São Raimundo dos meus amores**. Manaus, Sociedade de Televisão Ajuricaba, 1985.
- ÁLVAREZ-ARECES, M. Á. **Patrimonio Industrial: Un futuro para el pasado desde una visión europea**. APUNTES. vol. 21, n. 1, 2008. p. 6–25.
- ALVES, D. T. **A Amazônia dos Viajantes: História e Ciência**. In: Urbanismo e civilização na América Portuguesa. CARVALHO JÚNIOR, A. D. NORONHA, N. M. (org). Manaus: UFAM, 2011.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Comunicação Social (SECOM). **Série Bairros de Manaus Aparecida**. Manaus, 1985.
- ANGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- ASSUNÇÃO, P. **História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura**. Barueri, SP: Manole, 2012.
- AVÉ-LALLEMANT, R. **No Rio Amazonas (1859)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- A CAPITAL (Jornal). Diretor: Dr. Epaminondas de Albuquerque. Manáos. Número 153. 18 de dezembro de 1917.
- BARROS, E. C. C. **Diagnóstico da destruição: Os efeitos da expansão urbana sobre os sítios arqueológicos de Manaus/AM**. Dissertação de Mestrado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2016.
- BATISTA, D. **Amazônia: cultura e sociedade**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2006.
- _____. **O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BAZE, A. S. **Miranda Corrêa história e memórias**. Manaus: Editora Novo Tempo Ltda, 1997.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BENTES, D. S. **Outras faces da história**: Manaus de 1910-1940. Manaus: UFAM. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus (1892/1896)**. Acervo Digital, 2019. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164960/cart164960.jpg>. Acesso em 23 de maio de 2019.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Universidade de São Paulo; T.A. Queiroz Editor Ltda., 1979.

BRASIL. **Anuário estatístico do Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1993.

BRASIL. Z. F. **A destruição da primeira fábrica da cervejaria Brahma do Rio de Janeiro**. IPHAN, 2012. Disponível em <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 02 de dez de 2018.

CALABI, D. **História do urbanismo europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. Tradução: Marisa Barda e Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CANDAU, J.; FERREIRA, M. L. M. **Memória e patrimônio: narrativas e affordances patrimoniais**. *Educ. rev.* [online]. 2015, n.58, pp.21-36. ISSN 0104-4060. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.43469>>. Acesso em 13 de ago. de 2019.

CARDOSO, F. H., and MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Disponível em <<https://static.scielo.org/scielobooks/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

CARVALHO JUNIOR, A. D. NORONHA, N. M. (org). **A Amazônia dos Viajantes**: História e Ciência. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

Century's Arte e Leilões. Rio de Janeiro. V7.1. 2019. Disponível em <<https://www.centurysarteeleiloes.com.br/peca.asp?ID=52783#simple1>>. Acesso em 12 de junho de 2019.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 6. ed. São Paulo: UNESP, 2017.

_____. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CHRISTIANSON, S.Å. **The handbook of emotion and memory: Research and theory.** Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1992.

CIAVATTA, M. **O mundo do trabalho em imagens: memórias, história e Fotografia.** ISSN 1984-6657. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 12(1), jan-abr 2012, p. 33-46.

CORRÊA, L. M. **Guia de Manaus.** Roteiro histórico e sentimental da cidade do Rio Negro. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

COSTA, G. G. **As cidades Amazônicas na América Portuguesa.** Revista Eletrônica Examãpaku. ISSN 1983-9065. V. 07 – n. 02. Maio – agosto. 2014.

_____. **Manaus: um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2013.

COUSONS, N. **The BP book of industrial archaeology.** Birmingham: David & Charles, 1993.

DANTAS, V. N. **A trajetória da cultura cervejeira e sua introdução no Brasil.** Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em <<http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/VITORIA-NASCIMENTO-DANTAS.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

DIAS, E. M. **A ilusão do fausto – Manaus 1890 – 1920.** Manaus: Editora Valer, 1999.

FERREIRA, L. M. A.; ORRICO, E. G. D. **Linguagem, identidade e memória social.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-12.

FERREIRA, M. L. M. **Os fios da memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Ano 19, n. 39. p. 69-98. Jan/jun. 2013.

GARNIER, T. **Une cité industrielle: étude pour la construction des villes.** New York: Architectural Press, 1989.

GHABRIL, E. R.; FREITAS, G. S. **Desenvolvimento do sistema capitalista: sua evolução, fragilidades e a interdependência financeira.** Santa Cruz do Sul: Revista de Contabilidade Dom Alberto. v. 1, n. 8, dez. 2015. Disponível em <<http://www.domalberto.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Desenvolvimento-do-Sistema-Capitalista-Sua-Evolu%C3%A7%C3%A3o-Fragilidades-e-a-Interdepend%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em 19 de maio de 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Ed. 1. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINSBURG, J. **Theodor Adorno e a poesia em tempos sombrios.** Revista Alea: Estudos Neolatinos. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 61-69, jan/jul 2003. Disponível em: <http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2003000100005>. Acesso em 13 de abr. de 2019.

HALBWACHS, M. **La Mémoire Collective.** Paris: PUF, 1968.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Édition électronique. Collection Les Travaux de l'Année sociologique. Collection Bibliothèque de philosophie contemporaine. Paris : Félix Alcan, 1925.

IMPARCIAL (Jornal). Director: Dr. Antonino Corrêa. Anno 1. Número: 41. Manaus: 3 de fevereiro de 1918.

JORGE, V. J. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura.** 2. ed. Instituto Piaget, 2008.

JORNAL DO COMMERCIO. J. Rocha dos Santos (proprietário). Manáos. N. 498. De 27 de julho de 1905.

_____. J. Rocha dos Santos (proprietário). Manáos. 19 de novembro de 1905.

_____. J. Rocha dos Santos (proprietário). Manáos. 27 de abril de 1907.

_____. J. Rocha dos Santos (proprietário). Manáos. 23 de outubro de 1908.

JORNAL DO COMÉRCIO. Fundador dos Diários Associados: Assís Chateaubriand. N. 20.727. Manaus: Domingo, 20 de junho de 1971.

KRAISH, Adriana M. P. O. **O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural.** In: ANPUH, 2007.

KÜHL, B. M. **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação.** IPHAN, 2012.

LEAL, A. L. **Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política).** São Paulo: Centro de Estudos do Terceiro Mundo – USP, 1991. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/49097040/UMA-SINOPSE-HISTORICA-DAAM-AZONIA-1>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 7. ed. Revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades.** Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LEMOS, C. O que é patrimônio Histórico. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMBERGER, S. C. **O setor cervejeiro no Brasil: Gênese e evolução.** Guarapuava (PR): Unicentro, 2016.

LOPES, F. M. **Em nome da Liberdade.** As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Tese de Doutorado. Recife, 2005.

LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na Época Imperial.** 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

MACHADO, J. P. **Tapajós: o baixo amazonas.** Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MAGALHÃES, M. A. **Relações Brasil-Inglaterra no 1. Império.** Reconhecimento da Independência, Abolição do Tráfico e Tratado de Comércio. São Paulo: ANPUH e XXIV SBPC. 1972.

MAXWELL, K. **Marques de Pombal – Paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

MENDONÇA, R. L. **Memória & Patrimônio**: Lugares, sociabilidades e educação. Vol. I. Coordenado por: SERRES, J. C. P.; FERREIRA, M. L. M. Orgs: MARCHI, D. M.; KNACK, E. R. J.; POLINI, R. J. S. In: Patrimônio industrial e memória: o antigo edifício da Cervejaria Miranda Corrêa. Pelotas: ed. da UFPEL, 2019.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, M. V. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 5. ed. São Paulo: Série Princípios – Vol. 152, 2006.

MENEGUELLO, C. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. Anais do Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC. ANPUH-SC. PPGH, 2011. ISSN 2237-4078.

MESQUITA, O. **La Belle Vitrine**: Manaus entre dois tempos (1890-1900). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

_____. **Manaus**: História e arquitetura – 1852–1910. 3. Ed. Manaus: Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MONTEIRO, M. Y. **A Capitania de São José do Rio Negro**. 3 ed. Ilustrada. Manaus: Editora Valer, 2000.

_____. **Fundação de Manaus**. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

MOREIRA, D. C. **Arquitetura ferroviária e Industrial**: O caso das cidades de São João Del-Rei e Juíz de Fora (1875-1930). Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

NASCIMENTO, N. S. F. **Amazônia e desenvolvimento capitalista**: a centralidade da região para a acumulação e produção de expressões da “questão social”. São Luís: Revista de Políticas Públicas. Número Especial. P. 203 – 2013. Agosto de 2010.

NOBRE, P. A. M. **A Cidade e o Capital**: um breve histórico da situação da classe operária. IPEA. Code: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Área Temática: Desenvolvimentos: Desafios e perspectivas antropológicas. 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/are_a1-artigo17.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2019.

OLIVEIRA, E. R. **A cultura industrial como herança**: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização “tardia” no Brasil. Campinas: Oculum ens. n. 14 (2). ISSN: 311-330. Mai-ago. 2017.

OLIVEIRA, J. L. (Cel.). “Fortificações da Amazônia”. in: ROCQUE, Carlos (org.). **Grande Enciclopédia da Amazônia (6 v.)**. Belém do Pará, Amazônia Editora Ltda, 1968.

PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). 3. ed. Manaus: FUA, 2015.

_____. **Nos meandros da cidade**: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. In. Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós – Graduação em História da Universidade

Federal do Amazonas. v.1 – n.1 – jan./dez.2007. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 238, 2007.

PINTO, A. C. **Memórias autobiográficas e cintilantes e o problema da datação**. Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da FPCE da Universidade de Coimbra. Livraria Minerva. Coimbra: 1998.

_____. **O impacto das emoções na memória**: Alguns temas em análise. Psicologia, Educação e Cultura 2, 1998. p. 215-240. Disponível em <https://www.fpce.up.pt/docentes/acpinto/artigos/11_memoria_e_emocoes.pdf> Acesso em 12 de agosto de 2019.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POSTURAS MUNICIPAIS, AMAZONAS (1838-1967). Patrícia Melo Sampaio (org.). Manaus: Edua, 2016.

RAMOS, A. F. S. **A evolução da cervejaria Brahma**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda. Assis: Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), 2011.

SÁ, J. F. **Manaus**: higiene, meio ambiente e segurança do trabalho na época áurea da borracha. Manaus: Edua, 2012.

SAHLINS. M. D. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1990.

SÁLES, J. J. **Estudo do projeto e da construção de edifício de andares múltiplos com estruturas de aço**. São Carlos: Unesp. Tese do Programa de Pós-Graduação de Engenharia, 1995.

SALES, T. B. **Patrimônio industrial**: palavras, imagens e práticas. Revista Historiar. vol. 7, n. 13, ano 2015.2. p. 80-101. Disponível em <<http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/214>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

SALGADO, R. C. **Manaus 1965**: da floresta e das águas. Edições Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado de Cultura. Manaus: 2009.

Schacter, D. L. (1995). **Memory distortion**: History and current status. In Schacter, D. L., Coyle, J. T., Fishbach, G. D., Mesulam, M. -M., e Sullivan, L. E. (Eds.) Memory distortion: How minds, brains, and societies reconstruct the past (pp. 1-43). Harvard University Press. Cambridge, MA: 1995.

SECCO, C. L. T. R. **Por entre memórias e silêncios**: representações literárias das guerras em Angola e Moçambique. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 13-25, 2 sem. 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6160217.pdf>>. Acesso em 13 de abr. de 2019.

SELIGMANN-SILVA, M. **A história como trauma**. In: NETROVSKI. A; SELIGMANN-SILVA, M. (Org). Catástrofe e representação. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98. SELIGMANN-SILVA, M. A literatura do trauma. CULT - Revista de Literatura Brasileira. São Paulo, Ano II, n. 23, p. 40-47, jun de 1999.

SILVA, L. M. **Patrimônio industrial**: passado e presente. IPHAN: 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/patrimonio_industrial_passado_e_presente.pdf> . Acesso em 12 de setembro de 2018.

SILVA, R. A. R. **O patrimônio industrial brasileiro**: reflexões à memória e história do século XX. PUC Minas – Universidade do Minho – TICCIH Brasil.

SOUZA, L. J. B. **Manaus**: da “Zirma” dos viajantes a “Maurilia” dos historiadores. São Paulo: PUC, 2008. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/cordis/article/download/10313/7698>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

SOUZA, E. **Do “Alto” da Minha Colina**: sem os bucheiros o bairro de São Raimundo perdeu o encanto. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

SUFRAMA. **Polo Industrial de Manaus**. Ministério da Economia. Brasília. Disponível em <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/polo-industrial-de-manaus>> Acesso em 22 de maio de 2019.

Vida Domestica: Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro. Edições de 1920 a 1962. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830305&PagFis=30261&Pesq=Miranda%20Corr%c3%aa>>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.